



ROBERT H. STEIN

GUIA BÁSICO para a INTERPRETAÇÃO da BÍBLIA

Interpretando conforme as regras

Προσκαλεσάμενος τὸν τυφλὸν καὶ ἀσπασάμενος αὐτόν, εἶπεν αὐτῷ, «Ἰσθαι, τίς εἶμι, τοὺς ὀφθαλμοὺς αὐτοῦ ἠνοιγίσαι. ὁ δὲ Ἰησοῦς πάλιν προνάγκασται οὖν πρὸς αὐτόν, οἱ φαρισαῖοι καὶ οἱ ἰσούτες τὸν ἄνθρωπον ἐκεῖ καθήμενον καὶ γινόντες ὅτι νῦν βέβηκον ἐξέπληθύνοντο καὶ ἐφοβοῦντο.

Καὶ πάλιν πολλοὺ ὄχλον συνηγμένον προσκαλεσάμενος τοὺς ἰσούς μαθητὰς λέγει αὐτοῖς, Σπλαγχνίζομαι ἐπὶ τὸν ὄχλον ὅτι εἰσὶν ὡς πρόβατα ἄλογα ποιμένα, καὶ ἤρξατο διδάσκειν αὐτούς. Ἐγὼ ἐμὲ σέχεται οὐκ ἐμὲ σέχεται.

πρὸς

GUIA BÁSICO
para a
INTERPRETAÇÃO
da **BÍBLIA**

ROBERT H. STEIN

GUIA BÁSICO
para a
INTERPRETAÇÃO
da **BÍBLIA**



Todos os direitos reservados. Copyright © 1999 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembléias de Deus.

Título do original em inglês: *A Basic Guide to Interpreting the Bible: Playing by the Rules*
Baker Books, a division of Baker Book House Company
P. O. box 6287, Grand Rapids, Michigan 49516-6287

Publicado provisoriamente, em 1994, sob o título:
Playing by the Rules: A Basic Guide to Interpreting the Bible

Tradução: Adão Pereira da Silva
Preparação dos originais e revisão: Geremias do Couto
Capa: Eduardo Souza
Editoração eletrônica: Olga Rocha dos Santos

Stein, Robert H., 1935-

Guia básico para a interpretação da Bíblia / Robert H. Stein. Tradução de Adão Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1999.

224 p.; 14x21 cm.

Inclui bibliografia e índices.

ISBN 85-263-0256-6

1. Bíblia - Hermenêutica. 2. Bíblia - Interpretação. I. Título.

CDD - 220.6

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução desta obra, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios — eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia ou outros — sem a permissão expressa da Editora.

Exceção feita quando citada a fonte, o texto bíblico utilizado é o da Bíblia de Estudo Pentecostal, Revista e Corrigida, edição de 1995. Copyright © 1995.

Casa Publicadora das Assembléias de Deus

Caixa Posta 331
20001-970, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

9ª Edição 2008

Para

Steve e Liz

Que as alegrias de sua jornada na vida possam ser multiplicadas, porque vocês as compartilham, e as tristezas ao longo do caminho minimizadas, porque vocês as carregam juntos.

Sumário

Prefácio	9
Introdução	13

Primeira Parte

Regras Gerais de Interpretação

1. Quem faz as regras? Uma introdução à hermenêutica 19
2. Definindo as regras: um vocabulário para interpretação 41
3. O Espírito e a interpretação bíblica 67
4. Formas diferentes de escritura 79

Segunda Parte

Regras Específicas de Interpretação

5. Provérbios 89
 6. Profecia 95
 7. Poesia 107
 8. Expressão idiomática 123
 9. Hipérbole 129
 10. Parábolas 143
 11. Narrativa bíblica 159
 12. Cartas 179
 13. Tratados, leis e cânticos 201
-
- | | |
|--------------------------|-----|
| Glossário | 221 |
| Bibliografia selecionada | 223 |

Prefácio

Como posso justificar o fato de escrever um livro sobre o estudo da Bíblia, quando já existem tantos outros? Na condição de professor, estou ciente de que, tanto em nível popular quanto técnico, há vários livros sobre a interpretação da Bíblia. Muitos deles bem escritos. Como posso defender a publicação de mais um? Todavia, por várias razões, acredito que ainda há a necessidade de se escrever sobre o assunto. Este livro é, portanto, uma tentativa de apresentar, mediante linguagem não técnica, caminhos que ajudem o leitor a compreender qual deve ser o seu objetivo ao ler a Bíblia e como este objetivo pode ser alcançado.

Nos quatro primeiros capítulos, procuro demonstrar que o objetivo da leitura da Bíblia é entender o que os autores bíblicos queriam dizer com seus escritos. Uma vez que isto esteja claro, a próxima tarefa é descobrir as implicações legítimas que fluem deste significado e como isso se aplica nos dias de hoje. Para ajudar nesta tarefa, discuto e descrevo os papéis que o autor, o texto e o leitor representam neste processo. Um vocabulário preciso também é fornecido a fim de se evitarem mal-entendidos.

A seguir, discuto sobre os vários tipos de literatura encontrados na Bíblia. A descrição de um texto bíblico como um provérbio, uma parábola, uma profecia ou uma epístola tem pouco valor, a não ser que as “regras básicas” que governam

estas formas literárias sejam compreendidas. Sabemos, por exemplo, que Lucas 15.11-32 é uma parábola; Mateus 7.7,8, uma forma poética, conhecida como paralelismo sinônimo; e Jeremias 4.23-26 é uma profecia. Mas qual é o benefício de se ter esta noção? Como isso nos ajuda a entender estas passagens? Como uma profecia deveria ser interpretada? Uma hipérbole? Uma narrativa bíblica? Com isto em mente, procuro explicar neste livro algumas das regras que governam a interpretação destas várias formas literárias.

A importância de interpretar a Bíblia corretamente não pode ser enfatizada em demasia. Há pouco valor na alegação de que a Bíblia foi inspirada e de que é a revelação de Deus para a humanidade se não houver um certo conhecimento de como esta revelação divina deve ser interpretada. Quando falamos que a Bíblia é “infalível” ou “sem erros”, estes termos não têm significado algum se não soubermos como interpretá-los. O que queremos dizer quando declaramos que a Bíblia não apresenta nenhum erro? O que significa ser infalível? É a minha maneira de compreender a Bíblia? É a sua? É a tradução em particular da Bíblia que estou usando? É o texto em grego ou hebraico que os estudiosos usaram? Quem dá sentido a um texto? Um texto pode conter mais de um significado? Deveríamos interpretar os Salmos da mesma maneira que a epístola aos Romanos? Espero que este livro possa fornecer ao leitor respostas a estas e a outras questões.

O presente trabalho foi desenvolvido em um período de aproximadamente dez anos. Grande parte foi formulada através de meus ensinamentos de uma disciplina chamada “Prolegomena Bíblico”, a qual desde então recebeu o nome de “Hermenêutica”. Tenho uma grande dívida para com E. D. Hirsh, Jr., cuja obra *Validity in interpretation* causou grande impacto em meu pensamento. Muito do que apresento nos capítulos iniciais foi influenciado por ele. Isto é especialmente verdade quanto ao vocabulário que utilizo. Acredito, entretanto, que o uso da maior parte deste vocabulário será interpretado como um elogio, em vez de furto! Peço desculpas, porém, por qualquer inaptidão

que aparece vez por outra em minha apresentação de pontos de vistas similares.

Gostaria de expressar meus agradecimentos aos meus alunos pelo auxílio em entender mais claramente o que está envolvido na tarefa de interpretar a Bíblia. Para Duane Tweeten, Gary Johnson e Michael Welch, gostaria de expressar minha gratidão pela leitura e crítica de um manuscrito mais antigo deste trabalho. Gostaria, também, de agradecer a Gloria Metz, secretária da universidade, cujo auxílio tornou minha tarefa de escrever este livro muito mais fácil e agradável. Estou agradecido por seu auxílio durante todos esses anos, em meus vários projetos de publicação. Ela foi, realmente, um “presente” durante esse tempo. Em especial, quero agradecer meus colegas Arthur H. Lewis e Thomas R. Schreiner, por seus inúmeros comentários construtivos. Também gostaria de expressar minha gratidão à Igreja Wooddale, de Eden Prairie, Minnesota, por sua participação na publicação do texto atual. Foi através de meus ensinamentos em um curso de interpretação bíblica em sua escola religiosa que a composição deste trabalho teve início.

Introdução

Terça-feira à noite chegou. Daniel e Carla haviam convidado algumas pessoas da vizinhança para um estudo da Bíblia; agora, estavam se perguntando: “Será que alguém virá?” Diversas concordaram em participar; outras, entretanto, não se comprometeram. Às 20h00, contrariando as expectativas, todas apareceram.

Após um gostoso bate-papo, todos se encaminharam para a sala-de-estar, onde teve início o estudo. Daniel explicou que ele e sua esposa gostariam de ler, do princípio ao fim, um livro da Bíblia e, depois, discutir o conteúdo com o grupo. Ele sugeriu que o livro fosse um Evangelho e recomendou o de Marcos por ser o menor. Todos concordaram, embora muitos tenham dito, um tanto nervosos, que realmente não conheciam muito sobre a Bíblia. Daniel assegurou-lhes que isso não era problema, pois não havia nenhum teólogo entre os presentes. Em outras palavras, todos trabalhariam juntos com o objetivo de compreender a Bíblia.

Leram então Marcos 1.1-15, versículo por versículo. Devido às diferentes versões usadas, Daniel procurou esclarecer a todos que, embora as palavras entre as várias traduções pudessem ser diferentes, todas tinham o mesmo significado. Após a leitura do texto bíblico, cada pessoa deveria pensar em um breve resumo que descrevesse o que a passagem significava. Depois de terem refletido por alguns minutos, um por um, começaram a compartilhar seus pensamentos.

Salete foi a primeira a falar: “O significado desta passagem para mim é que todos precisam ser batizados, e eu acredito que deveria ser por imersão”. João respondeu: “Não! Para mim, este não é o significado. Eu acho que significa que todos precisam ser batizados no Espírito Santo”. Rafael disse um tanto tímido: “Eu não estou muito certo do que estou fazendo. Afinal, eu deveria tentar compreender o que Jesus e João Batista queriam dizer, ou o que a passagem significa para mim?” Daniel encorajou-o, afirmando que o importante era o significado da passagem para ele. Animado, Rafael continuou: “Bem, o que significa para mim é que quando você realmente quer conhecer Deus, você precisará vagar por aí assim como João Batista e Jesus fizeram. A vida anda muito agitada e sedentária. Você, então, precisa fugir e ficar em harmonia com a natureza. Eu tenho um amigo que diz que para conhecer Deus é preciso ir para uma floresta, onde estará em contato com as rochas”.

Carlos, no entanto, fez com que a discussão sofresse uma parada abrupta. “O Espírito Santo me mostrou”, disse ele, “que esta passagem significa que quando uma pessoa é batizada em nome de Jesus, o Espírito Santo descerá sobre ela como uma pomba. Isto é o que se chama de batismo do Espírito”. Jane replicou humildemente: “Eu não acho que o significado seja esse”. Carlos, contudo, assegurou que, tendo o Espírito Santo lhe revelado daquela forma, este era o significado correto do texto. Jane não respondeu a Carlos, mas tornava-se óbvio que não concordava com o que ele havia dito. Daniel não estava muito satisfeito com o rumo das discussões e procurou resolver a situação: “Talvez o que nós estamos experimentando seja uma indicação da riqueza da Bíblia. Ela pode significar tantas coisas!”

Mas um texto da Bíblia pode significar muitas coisas? Pode um texto ter significados diferentes e até mesmo contraditórios? Há algum controle sobre o significado dos textos bíblicos? A interpretação é controlada por meios de revelação individual dados pelo Espírito Santo? As palavras e a gramática controlam o sentido do texto? Se sim, de que texto estamos falando? É uma tradução para o português em particular, como,

por exemplo, a versão Revista e Corrigida ou a Revista e Atualizada? Por que não a versão da Bíblia na Linguagem de Hoje ou a paráfrase da Bíblia Viva? Ou, por que não uma tradução inglesa, como a King James Version? Ou, seriam os textos gregos, hebraicos e aramaicos que refletem melhor o que os autores, tais como Isaías, Paulo e Lucas escreveram? E sobre os autores originais? Como eles estão relacionados ao significado do texto?

É óbvio que não podemos ler a Bíblia por muito tempo antes que surja a questão referente ao seu “significado” e quem ou o que determina esse significado. Não podemos ler a Bíblia sem possuir algum propósito para o fazer. Em outras palavras, usando uma terminologia mais técnica, todas as pessoas que lêem a Bíblia o fazem com uma teoria “hermenêutica” em mente. A questão não é se alguém possui tal teoria, mas se essa “hermenêutica” está clara ou confusa, adequada ou inadequada, correta ou incorreta. Espero que este livro ajude o leitor a entender o que está envolvido na interpretação da Bíblia. Ele procurará fazê-lo ajudando os leitores a adquirir uma estrutura de interpretação que os auxiliará a compreender melhor o significado dos textos bíblicos e como aplicá-lo a própria vida.

Parte 1

**Regras Gerais
de Interpretação**

Quem faz as regras?

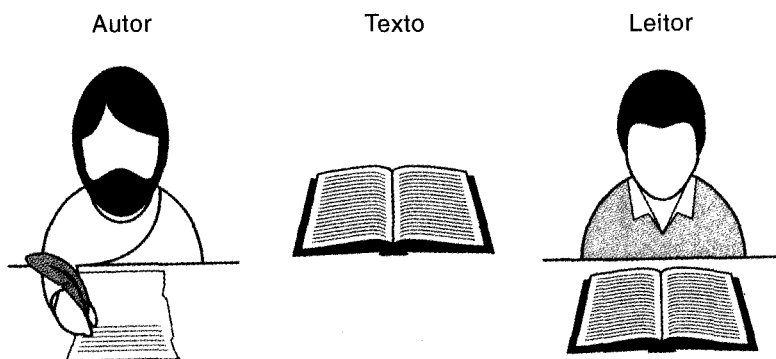
Uma introdução à hermenêutica

Normalmente, o termo “hermenêutica” assusta as pessoas. Mas isso não deveria acontecer. A palavra se origina do termo grego *hermeneuein*, o qual significa “explicar” ou “interpretar”. Na Bíblia, é usado em João 1.42 e 9.7, Hebreus 7.2 e Lucas 24.27. Na versão Revista e Corrigida, o último texto traz o seguinte: “E, começando por Moisés e por todos os profetas, *explicava-lhes* o que dele se achava em todas as Escrituras”. Na versão Revista e Atualizada, encontramos: “E, começando por Moisés, percorrendo por todos os profetas, *expunha-lhes* o que a seu respeito constava em todas as Escrituras”. A palavra traduzida em uma versão por “explicar” e em outra por “expor” é [*di*]hermeneuein. Um substantivo formado por esse verbo, *Hermes*, é o nome dado ao deus grego considerado o porta-voz ou intérprete dos outros deuses. Por isso lemos em Atos 14.12 que, após Paulo haver ministrado a cura de um paraplégico em Listra, as pessoas tomaram esse fato como se os deuses tivessem ido visitá-las, identificando o apóstolo com o porta-voz do panteão helênico

por ser o que falava. A Nova Versão Internacional traduz assim: “A Barnabé chamavam Zeus e a Paulo Hermes, porque era ele quem trazia a palavra” (cf. At 9.36; 1 Co 12.10,30; 14.5,13,26,27,28 etc.). O termo “hermenêutica”, portanto, descreve simplesmente a prática ou a disciplina da interpretação. Na interpretação da Bíblia, quem determina as regras?

Os vários componentes envolvidos na hermenêutica

Em toda comunicação, estão presentes três componentes básicos: o *autor*, o *texto* e o *leitor*, ou, como os lingüistas tendem a dizer: o *codificador*, o *código* e o *decodificador*.



Esta é, ainda, outra forma de descrevê-los: o *remetente*, a *mensagem* e o *destinatário*. Se algum deles faltar, a comunicação se torna impossível.

O objetivo principal, ou pelo menos um dos objetivos principais, quando se interpreta a Bíblia, é descobrir o “significado” do texto que está sendo estudado. Queremos saber o que o texto “significa”. Ainda mais: de onde esse significado se origina. Às vezes há divergência entre os intérpretes quanto ao componente de onde surge o significado.

O texto como fator determinante do significado

Alguns intérpretes sugerem que o significado é propriedade do texto, ou seja, é o próprio texto que o determina. Provavelmente, já ouvimos ou dissemos algo como: “O nosso texto nos diz...” E quem não ouviu grandes pregadores dizerem: “A Bíblia diz...”? Porém, os que defendem o significado como propriedade do texto pensam diferente. Alegam que o texto literário possui autonomia semântica, sendo o seu significado completamente independente do que o autor bíblico quis comunicar quando o escreveu. O que estava pensando ou procurava transmitir no momento em que escrevia é um tanto irrelevante e não influencia o significado, devido ao fato de o texto ser totalmente independente do seu autor. Como resultado, ler a epístola aos Gálatas com a finalidade de compreender o que Paulo quis dizer quando escreveu a epístola aos Romanos faz pouco ou nenhum sentido. Seria como ler *Um conto de duas cidades*, de Charles Dickens. Além disso, o que Paulo realmente quis dizer quando escreveu aos romanos vale tanto quanto a opinião de qualquer pessoa. Assim, de acordo com esse ponto de vista, o texto é independente e não tem nenhuma conexão com o autor — possui seu próprio significado.

Para pregadores como Billy Graham, as expressões “a Bíblia diz” e “Paulo quer dizer” significam a mesma coisa, se, porventura, estiverem ministrando sobre a epístola aos Romanos. Entretanto, para aqueles que alegam que o texto tem seu próprio significado, estas expressões são vistas sob ângulos diferentes. O significado pretendido por Paulo — o que ele procurava transmitir em seu escrito — não é mais importante que a interpretação de qualquer outra pessoa. De acordo com esse ponto de vista, quando um determinado escrito se torna “literatura”, as regras normais de comunicação não mais se lhe aplicam: transformou-se em texto “literário”. Sendo literatura, o escritor original não possui mais controle sobre o que escreveu; o texto tornou-se independente, passando a ter o seu próprio significado. Se de alguma maneira Paulo aparecesse perante os que apelam à autonomia semântica e disses-

se: “O que eu quis dizer quando escrevi isto foi...”, a resposta seria: “O que você diz, Paulo, é interessante, mas de pouca importância”. Conseqüentemente, qualquer controle autoral sobre o significado de um texto seria ilegítimo. Essa forma de raciocínio é muito popular entre os críticos literários.

Talvez o maior problema desse ponto de vista envolva a definição de “texto” e de “significado”. Texto é simplesmente uma coleção de letras ou símbolos. Podem ser letras latinas ou gregas, símbolos japoneses ou hieróglifos egípcios. Podem ser escritos da direita para a esquerda, da esquerda para a direita ou de cima para baixo. Em papiros, peles de animais, pedras ou metal. E tanto as letras quanto o material são objetos inanimados. O significado, por outro lado, é produto do raciocínio e do pensamento. É algo que apenas as pessoas podem fazer. Um texto pode transmitir significado, mas não consegue produzi-lo, pois não pode pensar! Somente os autores e leitores possuem essa capacidade. Dessa forma, o significado transmitido pelo texto só poderá ser produzido pelo autor ou leitor.

O leitor como fator determinante do significado

Alguns intérpretes alegam que o significado do texto é determinado pelo leitor (às vezes, chamado de “leitor implícito”, “leitor competente”, “leitor pretendido”, “leitor ideal” ou “leitor real”). Em outras palavras, é ele quem define o significado — ou o “atualiza”. É preciso estar atento para não confundir esse ponto de vista com a concepção de que o leitor aprende-decifra-descobre-determina o significado que o texto possui em si mesmo (o ponto de vista descrito anteriormente), nem com a idéia de que o significado é determinado pelo que o autor quis dizer quando escreveu o texto (ponto de vista que será descrito a seguir). Pelo contrário, segundo essa teoria o indivíduo, enquanto lê, cria o significado!

Conhecido também como “teoria da recepção”, “estética da recepção” ou “crítica de resposta do leitor”, esse ponto de vista sugere que, se leitores distintos encontram diferentes significados, isso ocorre simplesmente em virtude de o texto

lhes permitir essa multiplicidade. Em razão disso, há “leiturais” ou interpretações marxistas, feministas, liberais, igualitárias, evangélicas ou arminianas do mesmo texto. Ou seja, para essa corrente vários significados legítimos podem ser extraídos mediante a concepção de cada intérprete. O texto funciona mais ou menos como um quadro de giz, onde o leitor apõe o seu significado. É algo parecido com o que se ouve, às vezes, em linguagem popular: “O que este texto bíblico significa para mim é...” Ou: “Esta passagem pode significar algo diferente para você, mas para mim significa...” Como veremos posteriormente, tais declarações são mais bem compreendidas quando se descrevem as muitas aplicações (ou implicações) do significado pretendido pelo autor.

O autor como fator determinante do significado

O método mais tradicional para o estudo da Bíblia, no entanto, tem sido o de analisar o significado como algo controlado pelo autor. De acordo com esse ponto de vista, o significado é aquele que o escritor, conscientemente, quis dizer ao produzir o texto. Dessa maneira, a epístola aos Romanos deve ser interpretada à luz do que Paulo quis passar aos seus leitores quando escreveu — se estivesse vivo, bastaria que nos *dissesse* o que desejava transmitir. O significado, portanto, é exatamente o que o apóstolo considerava como tal. (Por isso, a melhor forma de tentar entender o sentido da epístola aos Romanos é ler, por exemplo, a epístola aos Gálatas, também escrita por Paulo, em vez de *O velho e o mar*, de Ernest Hemingway, ou a *Iliada*, de Homero.) A mesma regra se aplica, por consequência, ao Evangelho de Lucas: o significado do texto é aquele que o próprio Lucas, quando o escreveu, quis transmitir a Teófilo.

Esse ponto de vista argumenta que a Bíblia e outras grandes obras da literatura não devem ser tratadas como obras de “arte” exclusivas, com regras distintas e apropriadas. Pelo contrário, cabe interpretá-las da mesma maneira como interpretamos outras formas de comunicação verbal. Esse é essencialmente o método do bom senso, visto que o objetivo da interpretação é

compreender o que o orador ou escritor está querendo dizer. Por exemplo: para entender este livro, com certeza você está procurando descobrir o que eu realmente quis transmitir.

Nos Estados Unidos, nas décadas de 1980 e 1990, deu-se muito destaque a essa questão no que se refere à lei constitucional. Nas audiências da Suprema Corte, a discussão levantada por Robert Bork e Clarence Thomas era se o significado da Constituição é determinado pelo que os seus autores originais quiseram dizer quando a redigiram ou pela interpretação que os juízes, hoje, dão ao texto, independente da intenção original. Um dos magistrados da Suprema Corte declarou, por um lado, que o desejo de seguir a intenção original é “arrogância vestida de humilhação”, e que “é ultrajante fingir que podemos julgar o desejo dos autores [...] para questões específicas contemporâneas”. Por outro, há muito tempo, James Madison argumentava que se “o sentido no qual a Constituição foi aceita e ratificada pela nação não for o guia ao interpretá-la, não pode haver segurança [...] quanto ao exercício do seu poder”.

Muito se tem discutido se uma obra de literatura deve ser interpretada de modo diferente das outras formas de comunicação escrita. Em outros textos, assim como na comunicação em geral, o correto é procurar o significado pretendido pelo autor. Mas quando um escrito se torna “literatura”, outras são as normas para interpretá-lo. A literatura não caminha seguindo as regras da comunicação escrita, mas as da arte. Como resultado, a intenção do autor — o que ele queria dizer quando escreveu — deve ser rejeitada ou ignorada, pois o fator determinante do significado é o próprio texto ou o intérprete.

Mas quem define o que vem a ser “literatura”? Não há regra, lei ou consenso que possa determiná-lo. (Se dissermos que uma obra de literatura é aquela que foi reconhecida durante um período de tempo, então nenhuma obra do século XX poderia ser assim classificada. Ou se dissermos que um escrito só está em condições de receber esta classificação mediante o fato de obter muita popularidade, então os panfleteiros seriam grandes produtores de literatura!) Por ser

um tanto arbitrária, a classificação de um escrito como literatura indica que interpretá-lo por outras normas é contestável.

Em segundo lugar, ninguém até hoje foi capaz de provar a obrigatoriedade de uma obra de literatura ser interpretada por normas diferentes das aplicadas aos outros escritos. Não há uma resposta convincente para essa questão. Pela lógica, a prova deveria estar com aqueles que defendem o uso de regras distintas para interpretar um trabalho em particular arbitrariamente chamado de “literatura”. Mas tal prova jamais foi apresentada.

Negar que o autor determina o significado do texto também levanta uma questão ética — a de se estar roubando a criação de alguém. Analisar um texto à parte da intenção de quem o escreveu é como roubar uma patente de um inventor ou uma criança recém-nascida de sua mãe. Ao registrar-se um trabalho sob o nome de seu autor se está admitindo, pelo menos tacitamente, que essa obra a ele “pertence”.

O uso do nosso significado para substituir o pretendido pelo autor é uma espécie de plágio. Fica no ar a sensação de que o espoliamos. Um escrito assemelha-se ao testamento. É pernicioso interpretá-lo, ignorando a intenção de quem o fez. Para o testamenteiro — o responsável por fazer cumprir o testamento — ignorar o desejo do testador é crime, pois viola o senso de justiça. Para o intérprete, adotar atitude semelhante para com uma obra literária é pouco ético, pois demonstra desrespeito ao legado do autor.

Objecções ao autor como fator determinante do significado

Muitas objeções têm sido levantadas contra essa idéia. Uma das mais famosas é a chamada “falácia intencional”, popularizada por William K. Wimsatt Jr. e Monroe Beardsley. Eles alegam ser impossível entrar na mente de alguém e viver tudo o que se passava no momento em que escrevia. O leitor jamais poderá reviver as experiências do autor. As emoções mais profundas, os sentimentos e os motivos de Paulo simplesmente não são acessíveis a quem o lê, a menos que o apóstolo os

revelasse no próprio texto. Para os defensores da tese, tais considerações levam à conclusão de que o significado pretendido por Paulo é inacessível.

Essa objeção, no entanto, confunde dois aspectos diferentes da comunicação. Uma coisa são as experiências mentais e emocionais do autor. Outra é o que pretendeu transmitir com o seu escrito. A intenção de Paulo, por exemplo, está no ambiente público, pois, propositadamente, tornou isso possível ao leitor no próprio texto. Por outro lado, as suas experiências íntimas, os chamados “atos mentais”, não estão disponíveis, a menos que o apóstolo, de maneira explícita, os revelasse. Fica óbvio, portanto, que a falácia intencional parece não distinguir o significado do texto das experiências de quem o escreveu. Ora, quando se lê um texto paulino, o principal objetivo não é viver ou reviver as experiências emocionais e mentais do apóstolo, e sim entender o que ele procurava, conscientemente, transmitir aos seus leitores. Um texto significa o que seu autor quis comunicar em suas próprias palavras. E o acesso a esse significado só está ao nosso alcance mediante essas palavras. Por outro lado, não temos acesso aos seus atos mentais.

A falácia intencional também argumenta que o autor, em algumas ocasiões, quer transmitir um significado particular, mas é incapaz de expressá-lo de forma adequada. O autor pode ser lingüisticamente incompetente. Todos nós, vez por outra, percebemos que não expressamos adequadamente o que queríamos dizer. Até mesmo comunicadores altamente capazes, em algumas oportunidades, podem falhar. Por isso, é bem possível que um autor eventualmente não consiga expressar o que pretende transmitir. Pode até enganar o leitor com a escolha de vocabulário pobre ou errado para o seu texto. Essa objeção, contudo, tende a ser mais hipotética do que real. A maioria dos escritores, tal como Paulo, possui competência literária o suficiente para expressar corretamente os seus pensamentos. Na verdade, aqueles que escrevem artigos destacando esse problema também se imaginam capazes de expressar as suas idéias. Senão, por que escreveriam? Assim, por que negar a habilidade de outros autores?

Para o cristão, um fator adicional surge nesse ponto: a crença de que a Bíblia é inspirada. É preciso, também, considerar este componente divino. Se ao redigirem as Escrituras, os autores “falaram inspirados pelo Espírito Santo” (2 Pe 1.21), como se crê, conclui-se então que foi dada a eles habilidade divina para expressar adequadamente as questões que pretendiam transmitir.

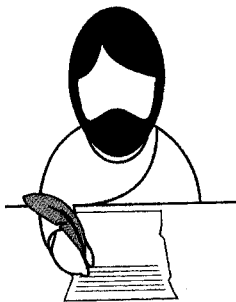
Outra objeção alega que as características psicológicas de cada indivíduo são únicas. Assim, o leitor não pode compreender os pensamentos e as emoções do autor no momento em que este escrevia. Entre ambos, são evidentes as diferenças. Portanto, o leitor jamais entenderia o que o autor realmente quis expressar no texto.

Objeta-se ainda que o leitor moderno não é capaz de compreender o significado de um autor antigo — como Paulo. A diferença marcante entre o presente e o passado não o permite. Como poderia um leitor dos tempos modernos, familiarizado com computadores e *megabytes*, aviões a jato e viagens internacionais, televisão, transplantes de coração, viagens à lua e energia nuclear compreender os escritos de um autor antigo, de uma época em que se usavam sandálias, togas e sacrifícios de animais? Por certo, culturas tão diferentes, às vezes separadas por séculos e até milênios, impossibilitam ao leitor moderno a compreensão do significado.

Tais objeções podem não ser aceitas, mas não devem ser desprezadas. As diferenças de tempo e cultura entre um autor antigo e o leitor moderno são muito reais. É comum a tendência de modernizar autores antigos, forçando o seu pensamento ao das pessoas do tempo presente. Conseqüentemente, não os compreendemos muito bem. Por outro lado, também podemos estar enfatizando demais essas diferenças. Lembre-se, todavia, que não estamos tentando entender os pensamentos de minhocas ou sapos! A humanidade que partilhamos com os autores do passado e o fato de termos sido criados à imagem de Deus facilita a tarefa de unir as épocas. As necessidades básicas de comida, vestimentas, calor, segurança, amor e perdão dos antigos são as mesmas que temos hoje. Dessa forma, compreender um autor antigo, embora difícil, não é tarefa impossível.

Uma objeção final diz respeito aos textos nos quais o autor apela para uma experiência de fé. Como pode um ateu ou herege compreender o significado do salmista, que afirma: “Bem-aventurado aquele cuja transgressão é perdoada, e cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa maldade, e em cujo espírito não há engano. Enquanto eu me calei, envelheceram os meus ossos pelo meu bramido em todo o dia. Porque de dia e de noite a tua mão pesava sobre mim; o meu humor se tornou em sequeidão de estio” (Sl 32.1-4). Um fiel pode compreender a experiência de fé do autor, mas como poderia o ateu entendê-la? Precisamos, contudo, distinguir aqui entre compreender o que autor quer dizer e compreender o assunto que ele está abordando.

O ateu pode entender que o salmista está falando sobre a satisfação de ser perdoado pelo Senhor e a agonia pessoal que a precedeu. Por outro lado, não pode compreender a experiência — o assunto em questão, a essência do que está sendo tratado — do salmista. Incapaz de aceitar o elemento divino que a envolve, procurará explicá-la à luz da psicologia de Freud. Ainda assim, poderá entender o que o salmista quer dizer com o seu relato — ele está falando da agonia, da culpa e da satisfação do perdão. (Para uma discussão mais detalhada do assunto, veja p. 71-78.)



O papel do autor

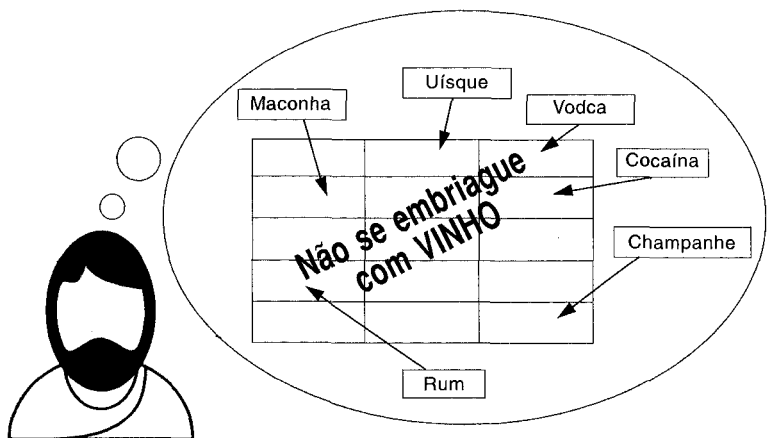
Os textos antigos não apareceram simplesmente na história, nem evoluíram de forma miraculosa a partir de árvores,

papiros ou peles de animais. Alguém, em alguma época e lugar, dispôs-se a escrevê-los, para dizer alguma coisa a quem os lesse. Se isso não fosse verdade, nunca teriam aparecido. Pessoas inteligentes desejaram transmitir algo que significasse alguma coisa para algum leitor. Apesar de escritos com os símbolos lingüísticos da época (hebraico, aramaico, grego, latino, não importa) possuem um significado que não pode mudar. Os textos bíblicos estão fundados na História. Foram escritos no passado e dele fazem parte, mas isso não altera o que o autor queria transmitir, assim como não mudam os eventos nos quais se basearam.

Ainda assim, o que um autor do passado, como Paulo, conscientemente quis dizer também implica em coisas das quais, necessariamente, não tinha consciência. Essas implicações também são parte do significado do texto. Quando, por exemplo, o apóstolo escreveu em Efésios 5.18: “Não vos embriagueis com vinho”, estava consciente de que os cristãos não deveriam embriagar-se com a bebida. Essa declaração, todavia, tem implicações que vão além do texto. Paulo tratou de um princípio: não se embriagar com qualquer tipo de bebida — cerveja, uísque, rum, vodca, cachaça ou vinho. Se lhe perguntassem, declararia que, embora não estivesse conscientemente pensando em outras bebidas alcoólicas, certamente queria dizer aos cristãos que não se embriagassem com elas também. Ninguém em Éfeso teria raciocinado: “Paulo proíbe que nos embriaguemos com vinho, mas acho que não seria errado me embriagar com cerveja”. Os escritos do apóstolo vão além da sua consciência, e essas implicações não contradizem o significado original. Pelo contrário, fazem parte do texto e dizem respeito até mesmo a coisas que não existiam na época em que este foi escrito!

O propósito da interpretação bíblica não pressupõe apenas a compreensão específica da consciência do autor, mas também o princípio ou forma de significado que ele pretendeu passar. Se Paulo realmente proibiu as pessoas do nosso tempo de se embriagarem com bebidas alcoólicas, estaria ele também proibindo, em Efésios 5.18, o uso desnecessário e o

abuso de narcóticos? É fato que outras declarações das Escrituras o proíbem, mas e esse versículo em particular? Se compreendemos o mandamento paulino como um princípio, então se depreende que essa passagem realmente adverte contra o uso de narcóticos. Se o princípio ou forma de significado pretendido por Paulo é algo como: “Não contamine seu corpo com substâncias como o vinho, que podem fazer com que você perca o controle de seus sentidos e inibições naturais”, então o uso de narcóticos é igualmente proibido por esse versículo. Se perguntássemos ao apóstolo sobre o assunto, com certeza responderia: “Eu não estava conscientemente pensando em narcóticos quando escrevi, mas foi exatamente a esse tipo de coisa que me referi”. O fato é que cada texto tem implicações ou significados dos quais o autor não está ciente, mas que se encaixam no significado pretendido. Com mais freqüência do que se imagina, a principal preocupação ao se interpretar um texto é compreender quais as verdadeiras implicações do significado do autor.



Paulo — Efésios 5.18

Podemos também ponderar se o Mestre estava pensando em semelhantes implicações quando disse: “Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás... Eu, porém, vos digo...”; ou:

“Ouvistes que foi dito aos antigos: Não cometerás adultério. Eu porém, vos digo...” (Mt 5.21-48). Jesus parece considerar o princípio descrito em Mateus 5.20 como subtendido nos mandamentos de Moisés. Se estava consciente dessas implicações não é relevante. O que importa é considerá-las como parte legítima dos princípios que ele queria transmitir.

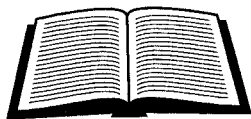
Nesse ponto, alguém pode levantar a seguinte objeção: “Mas Deus não é o autor das Escrituras?” Parece um questionamento razoável, porém nenhum livro da Bíblia o apresenta como sendo o seu autor imediato. Os textos de Paulo não começam: “Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, à igreja em Roma”. Os cristãos, é claro, acreditam que por trás dos livros da Bíblia encontra-se o Deus vivo, que inspirou a sua composição. Mas as Escrituras foram redigidas por homens, não por Deus. E assim, o significado divino dos textos bíblicos é o mesmo desejado pelos profetas e apóstolos inspirados — lendo os escritores sagrados, saberemos também o que Deus nos quis transmitir!

Temos repetido o termo “consciente” (ou “conscientemente”), relacionando-o ao significado pretendido pelo autor, com o propósito de evitar dois erros. O primeiro é o de que haveria mitos na Bíblia. De acordo com esse ponto de vista, os milagres e outros eventos narrados nas Escrituras devem ser compreendidos não como relatos históricos, mas como obra de ficção — ou mitos. Os significados desses “mitos”, alegam, seriam verdades “subconscientes” e valores latentes no pensamento da Igreja Primitiva e de escritores cristãos, não expressando o que os autores das Escrituras conscientemente transmitiram. Assim, estes significados lhes seriam totalmente desconhecidos e independentes do que pretendiam expressar. Para os defensores da tese, foi a mente do povo que deu asas aos “mitos”. No entanto, quando atribuímos o significado do texto à “consciência” do autor, como temos insistido, isso nos resguarda de cair na armadilha desse pensamento errôneo.

O termo “subconsciente”, empregado pelos que aceitam a teoria do mito, não deve ser confundido com o que definimos

como significado “inconsciente” do texto. Significados ou implicações “inconscientes” são, na verdade, desconhecidos do autor, mas estão implícitos na sua consciência sob alguma forma. (O “vinho”, em Ef 5.18, seria a forma “consciente”, enquanto as demais bebidas alcoólicas as implicações “inconscientes”.) Já o significado “subconsciente” pretendido pelos que levantam a questão mítica nada tem a ver com o que o autor conscientemente quis transmitir. Na realidade, ocorre geralmente o oposto, pois este acreditava na veracidade dos eventos que estava relatando e queria compartilhar o seu significado com os leitores. (Isso será discutido mais profundamente no capítulo 2.)

O segundo erro a evitar é o daqueles que defendem a interpretação literal da Bíblia para todos os textos. Esse pensamento desconsidera o fato de que os escritores bíblicos usaram várias formas literárias em seus trabalhos, tais como provérbios, poesia, hipérbole e parábolas. Em nenhum momento pretenderam que tais passagens fossem interpretadas literalmente, e sim de acordo com as regras de literatura aplicáveis aos casos. Sendo assim, o significado desejado por Jesus quando disse: “Se alguém vier a mim e não aborrecer a seu pai, e mãe, e mulher, e filhos, e irmãos, e irmãs, e ainda também a sua própria vida, não pode ser meu discípulo” (Lc 14.26) não é que seus seguidores devessem literalmente odiar os pais. Em vez disso, significa que para sermos discípulos de Jesus devemos colocá-lo acima de tudo e de todos. O significado de Lucas 14.26, portanto, é o que Jesus e Lucas conscientemente procuraram transmitir, e não o significado literal das palavras. Da mesma forma, a parábola do rico e Lázaro (Lc 16.19-31) deve ser interpretada como uma parábola — de acordo com as regras que determinam a interpretação desse gênero literário, e não como um relato histórico. (Lucas revela isso pela introdução: “Ora, havia um homem rico...”, expressão usada no seu evangelho para introduzir parábolas [ver Lc 10.30; 14.16; 15.11; 16.1; 19.12] e que aparece mais claramente no texto grego do que na maioria das traduções.)



A função do texto

O texto consiste em uma coleção de símbolos verbais, que podem ser vários tipos de letras, pontuação, acentos (grego) ou pontuação de vogal (hebraico). Um autor bíblico, ao escrever, poderia ter usado o símbolo que desejasse. Na verdade, poderia ter inventado uma linguagem que apenas ele e aqueles que escolhesse soubessem. Códigos especiais, ou secretos, são criados com esse propósito por autores que querem manter o texto inacessível à maioria das pessoas. Em períodos de guerra, tais meios são especialmente importantes. Quando “desvendados” pelo inimigo, podem trazer conseqüências desastrosas para o lado que conhece a linguagem desenvolvida.

Porém, se a intenção é transmitir uma mensagem para o maior número de pessoas possível, como é o caso dos autores bíblicos, então a escolha recairá sobre um código — uma coleção de símbolos verbais — que os leitores entendam, envolvendo consoantes, vogais, pontuação, palavras, expressões e uma gramática que o autor e o leitor tenham em comum. Ao escrever, portanto, o autor cria um texto que pode ser “compartilhado”, submetendo-se propositadamente às convenções e à compreensão da linguagem de sua época. Assim, mesmo nós, leitores modernos, pelo fato de sabermos como um contemporâneo de Paulo compreendia as palavras gregas (vocabulário), a construção gramatical (sintaxe) e o contexto, podemos hoje entender a mensagem paulina.

A necessidade de compartilhar leva o autor a aceitar as “normas de linguagem” do seu público. Se algo lhe parecer desconhecido ao leitor, ele o explicará, de uma forma ou de outra. (Compare como o autor da Carta aos Hebreus explica, em 5.14b, o que quer dizer com “perfeitos” em 5.14a; como o evangelista João explica, em 2.21, o que Jesus quis dizer com “templo” em 2.19,20, e, em 7.39, o que foi dito em 7.37,38.)

Dentro das normas de linguagem, contudo, as palavras possuem uma extensão de possíveis significados, os quais se encontram nos dicionários ou léxicos. Consciente disso, o autor, ao usar determinada palavra, reduz o número de significados possíveis a apenas um.

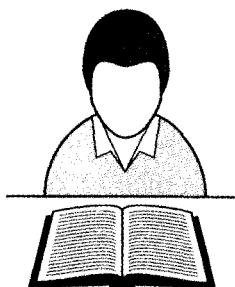
O significado específico de uma declaração é determinado pelo contexto. Por exemplo, a palavra “amor” pode ter as seguintes definições: profunda ternura, afeição, relação pessoal calorosa, relação sexual, predileção forte ou apenas gostar. A frase: “Vamos amar uns aos outros”, por sua vez, é ambígua. Ela pode significar uma coisa quando encontrada nos ensinamentos de Jesus e outra bem diferente em uma revista pornográfica. Mas através do contexto — a frase na qual aparecem os símbolos verbais, o parágrafo nos quais eles se encontram, o capítulo no qual são colocados — o autor revela o significado específico pretendido. Linguístas, eventualmente, empregam o termo francês *langue* para descrever a vastidão de possíveis significados de uma palavra nas normas de linguagem e *parole*, também do francês, para descrever, dentro dessas mesmas normas, o seu significado específico.

O texto, porém, pode transmitir muito mais do que o seu significado. É capaz de abrir ao leitor vastas áreas de informação: histórica, psicológica, sociológica, cultural, geográfica. Lendo o Evangelho de Marcos, por exemplo, é possível aprender sobre a história de Jesus, as tradições e o estilo do autor. Já o livro de Josué descortina a geografia da Palestina e a estratégia militar do segundo milênio a.C. Os Salmos, por conseguinte, ensinam sobre a antiga poesia hebraica e os cultos israelenses. O leitor pode investigar o que está lendo para obter essas informações. No entanto, estejamos conscientes de que esse não é o estudo do significado do texto. O significado é o que Marcos, Josué e os autores dos Salmos quiseram transmitir aos seus leitores enquanto registravam sua história, suas tradições, geografia e se utilizavam daquela forma literária.

Por isso, sejamos cuidadosos ao investigar um relato para não desviarmos a nossa atenção do seu verdadeiro sentido. Vejamos este caso: o propósito da passagem que narra o epi-

sódio em que Jesus acalma a tempestade (Mc 4.35-41) não é informar sobre a topografia do mar da Galiléia (um lago cercado por uma cadeia de montes altos) e sua propensão a tempestades repentinas e violentas (4.37), nem sobre a falta de fé dos discípulos (4.40) e nem ainda sobre o formato e tamanho dos barcos ali utilizados no século I d.C. (4.37). Marcos revela, no versículo de abertura de seu evangelho, que sua obra versa sobre “Jesus Cristo, Filho de Deus”. Esta é a base sobre a qual, portanto, devemos interpretar o relato. O significado que Marcos queria transmitir está claro, como se vê pela conclusão: “Mas quem é este que até o vento e o mar lhe obedecem?” (4.41). O autor queria transmitir que Jesus de Nazaré é o Cristo, o Filho de Deus. Ele é o Senhor, e até mesmo a própria natureza lhe está sujeita!

Quando se lê a Bíblia, talvez a maior necessidade seja distinguir entre a vasta quantidade de informações obtidas e o significado que os autores dão a essas informações. Este ponto será abordado com mais detalhes nos capítulos posteriores. (Ver especialmente, pp. 49-52.)



A função do leitor

Examinando os símbolos verbais (ou seja, o texto), o leitor procura entender o que o autor quis dizer com eles. Consciente de que quem escreveu usou intencionalmente símbolos “compartilháveis”, inicia sabendo que o texto se ajusta às normas de linguagem dos leitores originais. (Isso significa que ao ler as obras de Shakespeare, por exemplo, precisará usar um

da época do autor, podem ser úteis, para o conhecimento das normas de linguagem então utilizadas. Sendo assim, para compreender o que Paulo quer dizer em um versículo de sua epístola aos Romanos, o leitor deve inteirar-se do pensamento do apóstolo, observando o que ele escreve nos versículos ao longo do texto, nos capítulos posteriores e anteriores — enfim, no restante da epístola — e também na epístola aos Gálatas (o escrito de Paulo que mais se assemelha a Romanos), em 1 e 2 Coríntios e em seus outros escritos. Analisado o material paulino, o leitor poderá pesquisar em outros lugares, nesta provável ordem de importância: o restante do Novo Testamento, o Antigo Testamento, a literatura intertestamentária, a literatura dos rabinos, a literatura dos pais da Igreja e a literatura grega contemporânea.

A ordem desse tipo de literatura é determinada à medida em que reflete, de forma gradativa e decrescente, o pensamento do autor. Assim, um versículo do Evangelho de Lucas é melhor interpretado pelos versículos, parágrafos e capítulos próximos, pelo restante do livro e também pelo livro de Atos. Este revela melhor o pensamento de Lucas do que os evangelhos de Mateus, Marcos e João. E estes são mais indicados do que Isaías, o qual, por sua vez, é mais apropriado do que a obra de Flávio Josefo, historiador judeu do século I.

É, também, importante que o leitor compreenda a forma literária empregada pelo autor, pois cada uma é regida por regras diferentes. Se quem escreveu expressa o significado na forma de um provérbio ou de uma parábola, então devemos interpretar o texto segundo as respectivas regras. A argumentação cuidadosa de Paulo em sua epístola aos Romanos deve ser interpretada de maneira diferente da forma poética da qual se valeu o salmista. A única coisa comum na interpretação de todas as formas literárias é que o leitor está procurando entender o significado pretendido pelo autor. No entanto, ao desejar compartilhar este significado, o autor trabalhou com as regras particulares de cada forma literária.

Uma vez conhecido o significado, é preciso procurar as suas implicações, que são especialmente importantes. Se em

Efésios 5.18 Paulo pretendeu que os cristãos não se embriagassem com vinho em razão da perda do controle de seus sentidos, quais as implicações mais relevantes, a partir desse paradigma, para o leitor? É vital este conhecimento, pois as implicações não conscientes proporcionam ao texto uma *significação* variada. Embora o *significado* de um texto nunca mude, pois está encerrado em sua própria época, sua significação está sempre se alterando. Por ignorarem isso, alguns alegam que as Escrituras possuem “significados” diferentes. Mas o texto pretende apenas um único significado. (Os exemplos de jogos de palavras com múltiplo sentido são muito raros.) O texto, todavia, apresenta “significações” diferentes para leitores distintos. Por exemplo, as palavras de Jesus: “E ser-me-eis testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra” (At 1.8) têm um único significado. Ele quer ver a mensagem do Evangelho se espalhando pelo mundo. Ainda assim, o valor das várias implicações, a significação das palavras do Mestre, irá, com certeza, variar muito para cada leitor. Para mim, isso implica em ensinar teologia no seminário; para minha filha e meu genro, implica em ir para o exterior e trabalhar entre um povo não alcançado; para meus filhos e suas esposas, implica em trabalhar em suas igrejas locais. Para outros, pode implicar em trabalhar em uma igreja rural, pastorear na cidade ou testemunhar de Cristo no emprego. Para uma pessoa não cristã, implica, sem dúvida, em uma rejeição ao significado.

Questões

1. Existe o que chamamos “significado” de um texto? Caso positivo, onde o significado pode ser encontrado? Quem ou o que o determina?
2. Como podemos determinar o que constitui uma boa tradução da Bíblia? Isso tem alguma relação com o que é discutido neste capítulo?

3. Por que as pessoas aprendem grego e hebraico (e aramaico) para estudar a Bíblia? O que isso tem a ver com o significado do texto?
4. No anseio de transmitir sua mensagem, como os escritores se limitam? Como essa limitação nos ajuda a interpretar a Bíblia?

Definindo as regras: um vocabulário para a interpretação

Um dos maiores problemas na interpretação da Bíblia é a terminologia imprecisa. Se o intérprete utilizar os termos da hermenêutica de maneira errada, o resultado será confuso. E a confusão aumentará se forem empregados com significados diferentes e contraditórios. A precisão do vocabulário nos ajudará a obter uma visão mais clara do que está envolvido no processo de interpretação e nos permitirá compreender melhor o que alguém está dizendo quando a terminologia empregada não for tão exata. Então poderemos adequar a sua terminologia à nossa, tornando mais claro o entendimento.

Essa prática é útil em outras áreas de estudo. Em teologia, por exemplo, permite-nos dominar um sistema teológico como o calvinismo, mesmo que não sejamos calvinistas. Conhecendo bem esse sistema, poderemos compará-lo com outras linhas teológicas. Como resultado, estas se tornarão claras, pois estão sendo cotejadas com uma teologia conhecida. Da mesma forma, é mais fácil compreender outros sistemas se tivermos uma clara com-

preensão de como o nosso funciona. Neste capítulo, apresentaremos um preciso vocabulário hermenêutico, para que possamos compreender melhor o que está envolvido no processo de interpretação.

Significado

Significado de um texto é aquele padrão que o autor desejou transmitir através de palavras (símbolos que podem ser compartilhados).

É importante notar que os três componentes da comunicação estão presentes na definição acima. O *autor* se representa pelo significado pretendido do texto. O *texto* é representado pelos símbolos que o autor utiliza para expressar o significado. O *leitor* é representado pelo propósito de compartilhar esses símbolos, pois o autor escreveu tendo-o em vista e conscientemente submeteu-se às normas de linguagem com as quais o leitor está familiarizado.

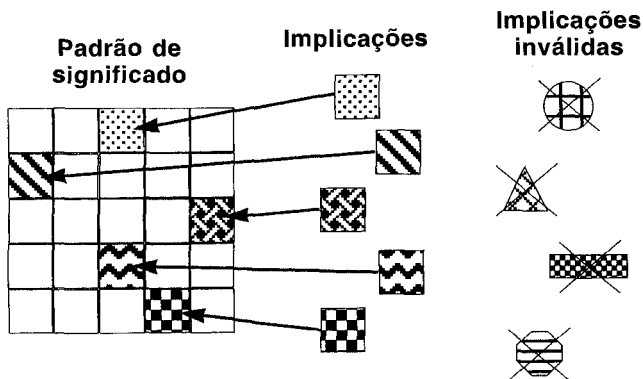
O significado do texto depende do desejo consciente e específico do autor. Este princípio é determinante para a nossa compreensão. E, a exemplo de qualquer evento histórico, o significado não pode ser mudado, nem mesmo pelo autor, pois ele não tem como mudar o que já aconteceu. O máximo que pode fazer é “retratar-se”, mas isso não altera o significado que permanece no texto. Para expressar um novo significado, será necessária uma revisão ou uma nova edição alterada da obra.

Note-se também que tudo quanto o autor quis dizer tem implicações das quais ele não estava ciente. As leis, por exemplo, apresentam implicações desconhecidas pelos seus formuladores. O trabalho das cortes é determinar quais são essas implicações. Aqueles que escreveram a Constituição americana não estavam cientes de todas as implicações legítimas oriundas dos vários artigos incluídos nessa grande obra. Porém, elas são parte do significado. Da mesma maneira, os textos produzidos pelos autores das Escrituras, guiados pelo Espírito, têm implicações que ultrapassam o significado específico que eles, conscientemente, procuraram transmitir.

Implicações

Implicações são aqueles significados dos quais o autor não estava ciente, mas que, apesar de tudo, se enquadram legitimamente no padrão de significado por ele pretendido.

O significado específico que um autor como Paulo desejava é apenas a ponta do iceberg, a parte visível. Grande parte do padrão de significado pretendido pelo apóstolo não está explícito. Ainda assim, o significado específico envolve um padrão de significado que contém várias implicações, de cuja maioria o apóstolo não estava ciente, sendo, portanto, apenas parte de todos os subsignificados contidos nesse padrão. Em Efésios 5.18, por exemplo, o padrão desejado é a proibição da embriaguez com qualquer bebida alcoólica, e não apenas com vinho. O mandamento para não nos embriagarmos com vinho



(Nota: O *padrão de significado* é representado por um quadrado, e as implicações, portanto, são subquadrados que nele se encaixam.)

é apenas parte desse padrão. Ele envolve todas as bebidas alcoólicas atuais, assim como os narcóticos — mesmo que Paulo não fizesse idéia da existência dessas substâncias nem de como elas entrariam no corpo humano.

“Subsignificado” e “subestilo” são outros termos que podem ser usados para descrever as implicações. Outro sinônimo ainda é “significado inconsciente”, embora não seja tão abrangente quanto “implicação”, porque o autor pode estar consciente de várias implicações, mesmo que não as exponha. Paulo, sem dúvida, estava ciente de que Efésios 5.18 também proíbe a embriaguez com cerveja, pois era uma bebida que já existia na época. A implicação inclui esse subsignificado, porém jamais seria um significado inconsciente.

O objetivo da interpretação bíblica é compreender não apenas o significado dos autores das Escrituras, mas também, através de um padrão de significado, as várias implicações do texto. As implicações não são determinadas pelo intérprete, mas pelo autor. O intérprete, tal como o mineiro que se aventura pelas montanhas para encontrar ouro, busca descobri-las. O mineiro não cria o ouro da montanha, apenas procura o que já está lá. Assim também o intérprete das Escrituras. Ele busca na montanha da Palavra o ouro que o autor sagrado ali deixou.

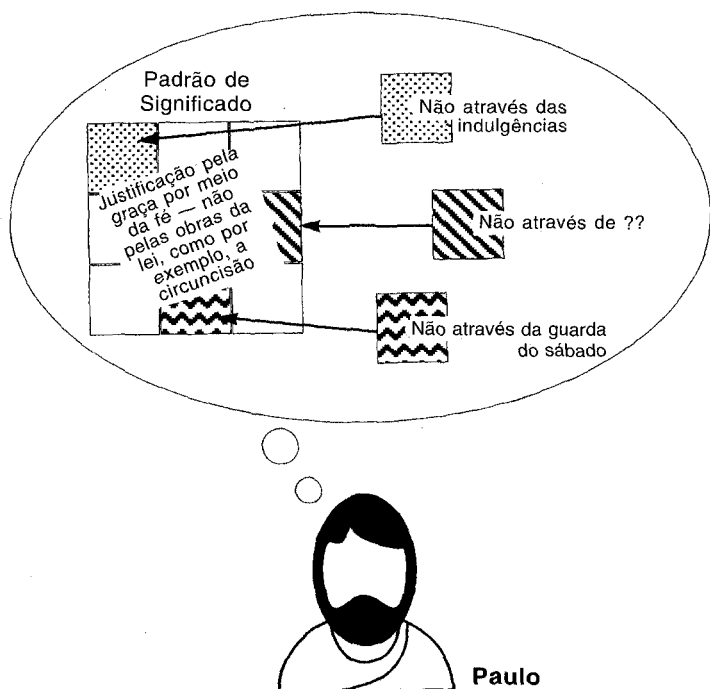
As implicações legítimas de uma declaração como “Carvalhos são maravilhosos!” são determinadas pelo autor e pelo contexto: se foi proferida por uma criança subindo na árvore, é legítimo pensar que para ela “carvalhos são maravilhosos para *subir*, devido aos seus muitos galhos”. No entanto, se partiu de um empreiteiro construindo uma casa, de um artista pintando uma paisagem, de um engenheiro civil encarregado do controle do fluxo de água de um rio ou de um biólogo ensinando fotossíntese, os carvalhos seriam maravilhosos pela sua resistência para a construção de casas; pelas suas belas proporções; pela sua utilidade na prevenção da erosão e no controle do fluxo do rio; pela capacidade de converter nutrientes. Porém, a implicação de um não se enquadraria na do outro.

Gálatas 5.2 nos dá outro exemplo. Paulo declara: “Eis que eu, Paulo, vos digo que, se vos deixardes circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará”. O significado específico que Paulo tinha em mente está bem claro. Ele desejava que os cristãos

gentios da Galácia, seus leitores, soubessem que renunciaram a fé por ter cedido à pressão dos judeus e se submetido à circuncisão; que recusaram a graça de Deus em Cristo, procurando, em vez disso, estabelecer uma relação diferente com Deus, baseada em suas próprias ações ou obras; que não podiam misturar a fé, que está fundamentada na graça de Deus, com as obras da lei. Para os gentios na Galácia, aceitar a circuncisão equivalia, portanto, a renegar Cristo!

A circuncisão não é discutida pela Igreja cristã hoje. Mesmo assim, durante toda a história da Igreja, as implicações desse versículo provaram ser de grande utilidade. Lutero, no século XVI, tomou as indulgências e a penitência proclamadas pela Igreja Católica como uma tentativa de estabelecer uma relação com Deus dependente das próprias ações. Era renunciar a relação bíblica com a graça de Deus, mediada pela fé. Certamente, Paulo não estava pensando no abuso das indulgências do século XVI ou nas penitências quando escreveu sua epístola aos Gálatas. Lutero, porém, estava certo ao ver essa implicação implícita no significado de Paulo.

Lembro-me de uma situação em que as implicações desse texto foram extremamente relevantes para mim. Alguns fanáticos religiosos abordaram-me com a advertência de que, para ser salvo, eu precisava prestar culto em um dia específico da semana. Então respondi-lhes: “Minha esperança de salvação é que, quando estiver perante Deus, Ele se lembre de que Jesus morreu por mim e, por causa da sua redenção, me perdoou. Vocês estão dizendo que, se eu não prestar culto no dia em que vocês prestam, Deus não vai me aceitar?” A resposta deles foi: “Se você não prestar culto nesse dia por ignorância, Deus pode perdoá-lo”. Então retruquei: “Mas não estou fazendo isso por ignorância! Presto culto no primeiro dia da semana porque era assim que a Igreja fazia antigamente”. “Então”, responderam eles, “você está condenado!” As implicações do texto paulino são claras: não podemos misturar graça e fé com obras da lei. É estritamente pela fé que somos salvos — não fé mais circuncisão; não fé mais indulgências; não fé mais penitências; não fé mais a guarda do sábado.



De modo similar, os mandamentos “não matar” e “não cometer adultério” (Êx 20.13,14) têm implicações que vão além do significado consciente do autor bíblico. Jesus as tornou evidentes quando disse que o ódio violava o significado do mandamento de não matar e que a cobiça pela mulher do próximo violava o significado do mandamento de não cometer adultério (Mt 5.21-48). Conseqüentemente, Jesus não está contradizendo Moisés, e sim trazendo à luz as várias implicações do padrão mosaico: Assim também o mandamento “olho por olho, dente por dente” (Êx 21.23-25) tem significados inconscientes, como não cortar a mão de uma pessoa por roubar um pedaço de pão e não executar alguém por matar um veado sob a proteção do rei — tais atos constituem-se abusos, pois não correspondem ao padrão de significado pretendido pelo texto bíblico, que é a punição adequada ao crime.

Todas as implicações de um texto são controladas pelo significado pretendido pelo autor. Se visualizarmos o padrão de significado de Paulo em Efésios 5.18 como um grande quadrado, apenas os subsignificados “quadrados” por natureza serão legítimos. Subsignificados “circulares” ou “triangulares” não serão válidos. (Ver ilustração na p. 43.) Portanto, para que sejam estabelecidos os limites das verdadeiras implicações do texto faz-se necessária uma compreensão clara e cuidadosamente definida do padrão pretendido pelo autor. Dessa maneira, enquanto substâncias alcoólicas e narcóticas se enquadram no significado de Efésios 5.18 (por seu efeito tóxico e por causarem descontrole das ações), comer em excesso ou trabalhar demais não estão implicados. Talvez outros textos tratem do exagero com relação à comida ou ao trabalho, mas não esse de Paulo.

Significação

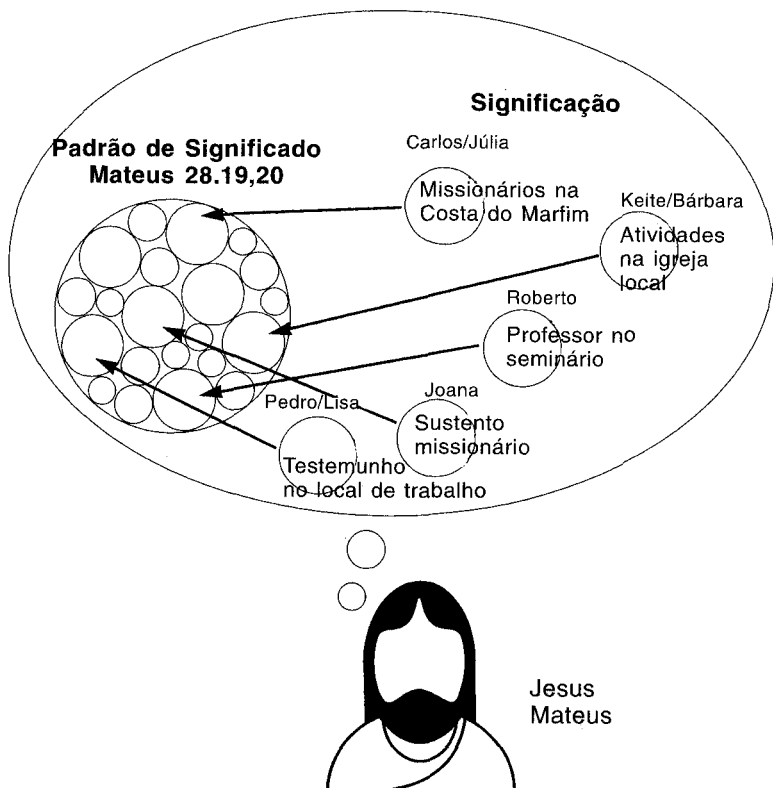
Significação refere-se à maneira como um leitor responde ao significado de um texto.

Para o cristão, há uma relação muito íntima entre a significação e as implicações de um texto bíblico, porque ele atribui significação positiva às implicações. Já um descrente talvez concorde que “X” e “Y” sejam implicações legítimas de um texto bíblico, e diga simplesmente: “Não acredito nisso!” ou: “E daí? Não me importo!” Significação envolve atitude: é uma crítica do significado pretendido pelo autor. Pode-se dizer também que significação é o efeito — positivo ou negativo — do significado sobre o leitor. Pelo fato de o cristão acreditar que a Bíblia é a Palavra de Deus, geralmente para ele o efeito é positivo.

Freqüentemente, faz-se distinção entre o que um texto *queria* dizer e o que ele *quer* dizer. Ou seja, o padrão desejado pelo autor (significado) e sua aplicação no presente (significação). (Às vezes, os termos “significado” e “significativo” são usados.) O significado pertence ao autor; a significação, ao leitor. Assim, a expressão “o que um texto queria dizer” irá

corresponder ao *significado*, neste capítulo. A expressão “o que um texto quer dizer [para mim]” não será usada, mas substituída por “a *significação* desse texto [para mim] é...”

Já foi dito que existe apenas um significado no texto e que ele não muda. A significação, porém, tem muitas facetas, podendo variar de uma pessoa para outra. A Grande Comissão, em Mateus 28.19,20, pode significar tornar-se um pastor para uma pessoa; para outra, pode implicar em uma chamada missionária; para uma terceira, talvez demande a responsabilidade de ser uma testemunha entre os vizinhos. Mas todas, apesar de diferentes, são respostas positivas a implicações legítimas do significado.



A significação de um texto deve ser distinguida das implicações. A significação é algo que os leitores fazem, ao responderem ao significado do texto. O intérprete é o mestre da significação, pois pode dizer “Sim” ou “Não”. As implicações, contudo, não pertencem ao intérprete. Quem as determina é o autor. Elas são apenas descobertas ou aprendidas pelo leitor. Uma vez descobertas, todavia, o leitor se torna o dono da situação, pois para estas implicações ele pode dizer “Sim” ou “Não”. Pode aceitar ou rejeitá-las. Portanto, não devemos confundir as implicações do significado desejado pelo autor com a resposta do intérprete à essas implicações. A significação corresponde à resposta do intérprete e envolve a vontade. A percepção mental das implicações é uma coisa. A resposta a essas implicações, por outro lado, depende do desejo pessoal do leitor. (O termo “aplicação” é, às vezes, usado para descrever “significação”. Por exemplo, quando as pessoas falam da “aplicação deste texto para mim”, estão se referindo ao que definimos aqui como “significação”. O termo “aplicação” também pode ser usado para se referir à “implicação”. Fazemos isso quando nos referimos de maneira abstrata às “várias aplicações” de um texto. Devemos evitar este termo devido a sua ambigüidade e nos referirmos, em vez disso, à “implicação” e “significação”.)

A matéria do assunto

A matéria do assunto diz respeito à área de conhecimento relacionada ao tópico tratado no texto.

Exemplos de matéria do assunto são os seguintes:

Gênesis 1—3: A criação do mundo, tradições antigas sobre a criação, as fontes literárias e orais usadas pelo autor, proveniência, data etc.

Esdras: A história dos judeus no século V a.C., a situação política do Oriente Médio naquele século, a geografia ou arqueologia de Jerusalém, proveniência, data etc.

Salmos: Poesia hebraica, fórmulas litúrgicas do judaísmo, adoração judaica, a classificação das formas de salmos, proveniência, data etc.

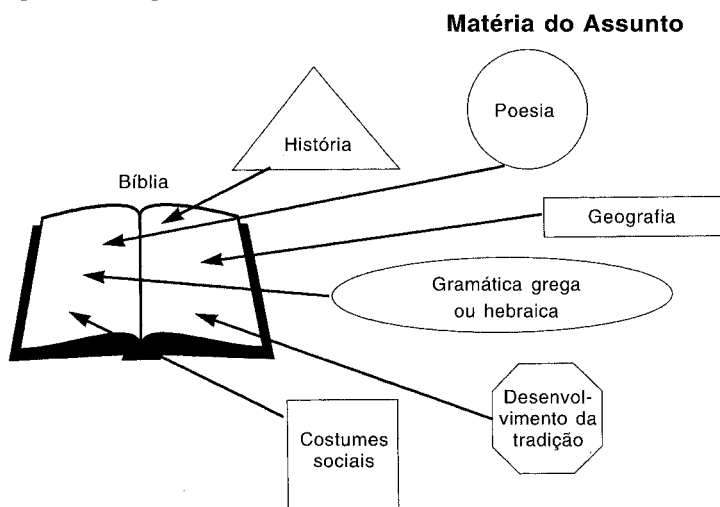
Provérbios: Literatura de sabedoria do antigo Oriente, o gênero literário dos provérbios, proveniência, data etc.

Jeremias: A histórias de Judá no século VI a.C., a vida de Jeremias, o gênero literário de profecias, como as tradições proféticas eram difundidas, proveniência, data etc.

Evangelhos: A vida de Jesus, os seus ensinamentos, a relação literária dos Evangelhos, a classificação das perícopes dos Evangelhos, a história das tradições orais, proveniência, data etc.

Gálatas: Forma epistolar grega, antigo gênero de retórica, a localização geográfica da Galácia, a cronologia da vida de Paulo, o problema na Galácia, proveniência, data etc.

Os casos citados permitem concluir que um texto pode ser investigado por várias razões. Todas se constituem em áreas legítimas e interessantes de estudo, mas nenhuma trata do significado do texto. Portanto, é indispensável fazer uma distinção clara entre a matéria do assunto encontrada no texto e o significado que o autor dá ela.



Este exemplo talvez sirva de ajuda. Em Marcos 2.1-12, encontramos o relato da cura de um paralítico, que contém vasta quantidade de tópicos possíveis de ser investigados. Alguns deles incluem questões históricas sobre quando este evento ocorreu na vida de Jesus, ou o que ocorreu exatamente (a busca pelo Jesus histórico); a arquitetura e a construção dos lares no primeiro século na Galiléia; questões médicas quanto ao tipo e as causas de paralisia naquela época; a relação entre doença e pecado na teologia judaica; a forma crítica de classificação do texto; como se desenvolveu a história desse relato durante o período da tradição oral, e assim por diante. Nenhum, porém, envolve o significado do texto.

O significado de Marcos 2.1-12 é aquele que o evangelista procurou ensinar através da matéria do assunto ali exposta. Isto fica claro em Marcos 1.1, onde aparece o propósito do Evangelho: mostrar Jesus como o Filho de Deus. Esta ênfase é percebida no próprio texto em vários lugares: na questão levantada pelos escribas sobre quem tem o poder de perdoar pecados (2.7); na declaração de Jesus de que o Filho de Deus tem essa autoridade (2.8-10); na realização do milagre para legitimar tal declaração (2.11), e na forma como os ouvintes reagiram ao desfecho da história: “Nunca tal vimos” (2.12). Esta seqüência revela o significado do texto, através do qual Marcos quis demonstrar que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, não existindo na terra ninguém semelhante, pois só ele tem a autoridade divina de curar e perdoar pecados.

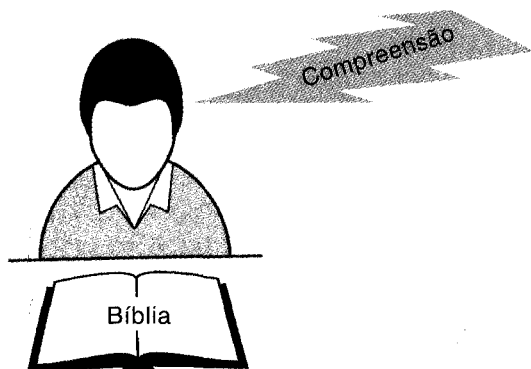
Uma implicação legítima (ou significado inconsciente) dessa grande verdade cristã é que Jesus é o Salvador. Outra é que ele tem a autoridade de perdoar os nossos pecados e de nos curar. Por outro lado, o significado do texto nada tem a ver com os tipos de materiais de construção do primeiro século ou sobre como devemos classificar esse relato, ainda que estas informações façam parte da matéria do assunto.

Freqüentemente, os estudiosos fazem distinção entre o “texto” e o “evento”. Sob este aspecto, o texto é relacionado ao evento da mesma forma como o significado se relaciona à matéria do assunto. Quando estamos investigando o “texto”,

procuramos definir que padrão de significado o autor desejava transmitir. Quando estudamos o “evento”, estamos investigando a matéria do assunto histórica apresentada no texto. Nos Evangelhos, por exemplo, a investigação dos eventos significa aprender o que realmente aconteceu na vida de Jesus. Já o estudo do texto implica em investigar o que os evangelistas pretendiam de fato ensinar mediante o registro desses eventos. Em outras palavras: o “texto” é o significado que o autor atribui ao “evento” - a matéria do assunto.

Compreensão

A compreensão diz respeito ao entendimento correto do significado do autor.



Obtém-se a compreensão de um texto através do entendimento correto do padrão de significado pretendido pelo autor. Já que há apenas um significado, cada indivíduo que o compreenda terá a mesma compreensão mental do padrão de significado do autor. Algumas compreensões podem ser mais completas do que outras, devido à maior percepção das várias implicações envolvidas; mas se uma compreensão em sua essência está correta deve possuir a mesma compreensão do

significado do autor como qualquer outra. Desta forma, embora a compreensão de uma pessoa seja mais ampla (devido ao fato de estar mais ciente das implicações envolvidas), todas as compreensões terão em comum o mesmo padrão de significado.

Se visualizarmos o padrão de significado pretendido pelo autor como um círculo, então cada (correta) compreensão estará subentendida dentro do mesmo formato. Porém, todas as implicações envolvidas nesse círculo não são compreendidas da mesma forma. A expressão individual da compreensão (isto é, a interpretação) também irá variar. Sob este aspecto, uma pessoa pode expressar o significado como um círculo, outra como uma bola perfeitamente redonda, outra como uma curva de 360 graus, outra como uma esfera bidimensional. Cada compreensão, não importa a forma como se expresse, envolve um entendimento mental correto do significado do texto.

Devido ao fato de a compreensão ser definida como um entendimento mental “correto”, não pode haver compreensão “incorreta”. Isto seria uma contradição de termos. Para sermos precisos, vamos considerar a compreensão mental “incorreta” de significado como um mal-entendido. Isto nos permitirá usar esse termo sem qualificações.

Interpretação

A interpretação diz respeito à expressão verbal ou escrita da compreensão do significado do autor.

Enquanto o significado do texto é único, bem como a compreensão correta desse significado, há quase um número infinito de formas de expressar essa compreensão. Isto pode ser feito mediante o uso de diferentes tipos de exemplos. Mesmo o Senhor Jesus, ao ensinar sobre a chegada do reino de Deus, utilizou-se de várias parábolas. Também podemos criar novas frases e lançar mão de vocabulário diferente para expressar o mesmo pensamento ou raciocínio. A multiplicidade de inter-

pretações corretas é demonstrada sempre que dissemos algo como, “Outra maneira de dizer isto é...”, ou: “Outro exemplo para ilustrar o assunto é...”, ou, ainda: “Talvez o melhor meio de elucidar o significado seja...”

Alguns intérpretes alegam que não existe sinônimo perfeito. Ainda assim um autor, com o propósito de evitar o desgaste de vocábulos já empregados, pode, conscientemente, desejar usar outros termos com o mesmo sentido. Isto porque o uso de sinônimos é previsto pelas normas de linguagem, que também admitem uma extensão de possíveis significados para a mesma palavra. Para efeito de raciocínio, vamos pensar nesta extensão como círculos diferentes, utilizando-nos dos seguintes vocábulos, muito ligados entre si: “observar” e “ver”. Note-se que eles têm seu próprio círculo de significados possíveis, mas estes se sobrepõem, de modo que, nessas áreas sobrepostas, “observar” e “ver” podem significar a mesma coisa. Assim, um autor pode decidir-se pela alternativa de selecionar o mesmo significado possível tanto para “observar”, quanto para “ver”. Algo como: “Eu ‘observei’ o acidente”, ou “Eu ‘vi’ o acidente”. Neste capítulo, tenho adotado o mesmo critério: uso “significado inconsciente”, “subsignificado” e “subestilo” a fim de evitar o desgaste do termo “implicação”. No livro, estes termos são sinônimos.

Embora a compreensão e a interpretação estejam intimamente ligadas, elas são muito diferentes. A compreensão precede a interpretação e envolve o pensamento, sendo definida como algo “mental”, enquanto a interpretação é “verbal”. Esta distinção é testemunhada em muitas situações quando “compreendemos” muito bem o significado de alguma coisa, mas não encontramos as palavras certas para expressar o nosso raciocínio. Por exemplo, entendo o que significa o vocábulo alemão *gemütlich*, mas tenho dificuldade de expressar este significado verbalmente.

Não é correto pensar, também, que interpretação signifique a mesma coisa que “tradução”. No entanto, em virtude de o ato de interpretar tanto quanto a tradução serem pre-

cedidos pela compreensão, o marco entre eles é vago e confuso. Quem traduz procura expressar o significado consciente do autor o mais próximo possível do original, usando os símbolos verbais de outra linguagem. A interpretação, por outro lado, não precisa necessariamente envolver duas linguagens diferentes, sendo livre para usar radicalmente diferentes imagens, termos e metáforas para explicar o raciocínio do autor.

Há duas filosofias para orientar o trabalho de tradução: “palavra por palavra” ou “pensamento por pensamento”. Nas traduções da Bíblia em português, como, por exemplo, a Revista e Corrigida, a Revista e Atualizada, a Versão Revisada da Imprensa Bíblica Brasileira e a Tradução Brasileira foi adotada a filosofia “palavra por palavra”. Todavia, a maior parte das traduções e paráfrases modernas, tais como a Bíblia Viva, Bíblia na Linguagem de Hoje e a Nova Versão Internacional, segue o modelo “pensamento por pensamento”.

O ponto fraco da primeira tentativa é que em idiomas e culturas diferentes nem sempre os vocábulos se equivalem e têm a mesma exatidão. Para exemplificar, vejamos a tradução da passagem que trata do relacionamento entre José e Maria, em Mateus 1.18-20:

Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: Estando Maria, sua mãe, desposada com José, antes de se ajuntarem, achou-se ter concebido do Espírito Santo. Então, José, seu marido, como era justo e a não queria infamar, intentou deixá-la secretamente. E, projetando ele isso, eis que, em sonho, lhe apareceu um anjo do Senhor, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber a Maria, tua mulher, porque o que nela está gerado é do Espírito Santo. (*Revista e Corrigida.*)

José e Maria eram “noivos” (1.18)? Se a resposta é positiva, por que ele é então descrito como “marido” (1.19)? Por que pensa em se “divorciar” da “esposa” (1.19)? O problema reside na ausência de termos equivalentes em nossa língua para descrever esse tipo de relação do casal, que antecedia ao matrimônio. Segundo a cultura judaica, o relacionamento de José e Maria só poderia ser rompido pelo divórcio (1.19), mesmo

que não tivesse havido, ainda, qualquer cerimônia de casamento (cf. 25.1-3), nem a consumação sexual (1.25). Assim, qualquer relação fora desses limites seria considerada como adultério. Ocorre que simplesmente não há, em português, nenhum termo que seja o equivalente exato para descrever essa situação.

O modelo de tradução “pensamento por pensamento” tem, também, seus pontos vulneráveis. Isto fica evidente quando procuramos determinar como um autor usa os mesmos termos em lugares diferentes com o mesmo significado. O valor da concordância em tal tradução fica muito mais comprometido do que no modelo mencionado anteriormente. Fico frustrado quando, no propósito de comparar outras passagens nas quais o autor bíblico usa as mesmas palavras com o mesmo significado, utilizo essas traduções e elas não vertem os termos consistentemente. Este é, também, um problema no modelo “palavra por palavra”, mas decididamente em menor escala.

Atos mentais

Atos mentais dizem respeito às experiências que o autor viveu quando escreveu o texto.

Embora o padrão de significado que um autor desejava transmitir ao leitor esteja disponível no texto, suas emoções e experiências mentais não estão. Às vezes, as pessoas confundem significado com atos mentais, coisas absolutamente diferentes. Essa confusão aparece com clareza na “falácia intencional”, a qual alega ser impossível reviver o que os autores mentalmente conjecturavam enquanto escreviam. Ora, quando estamos procurando o significado de um texto, não é nossa intenção reviver os atos mentais do autor. Em vez disso, estamos interessados no que ele queria transmitir. É possível compreender o que um autor como Paulo queria nos passar com suas palavras, sem considerar os seus atos mentais.



Em artigo esclarecedor, intitulado “*Fern-seed and Elephants*”, C. S. Lewis nos adverte para não tentar reconstituir os atos mentais de um autor. Ele cita como exemplo uma crítica de um de seus antigos artigos, onde vários críticos especularam sobre o que o teria levado a escrever aquele trabalho e o que se passava em sua mente enquanto escrevia. Isto o levou a perceber como os críticos, freqüentemente, procuravam reconstituir suas experiências ao escrever, assim como as de outros autores, os quais ele conhecia. Para Lewis, ficou claro que eles, geralmente com muita confiança e segurança, gastavam grande parte de suas críticas explicando que circunstâncias teriam levado um autor, em particular, a escrever algo. Sua impressão foi de que os críticos não estavam, às vezes, simplesmente, errados, ou errados apenas pela metade do tempo, mas estavam *sempre* errados! Posteriormente, ele aventou a possibilidade de que sua impressão poderia estar incorreta, pois não mantinha um livro de registros, mas não conseguia se lembrar de um único exemplo em que os críticos estivessem certos sobre tais especulações!

Se C. S. Lewis estava certo ao considerar a incapacidade dos críticos para compreender os atos mentais de seus contemporâneos, mesmo vivendo no mesmo país, com a mesma cultura e sistema educacional, isto nos leva ao seguinte questionamento: Como, então, entender os atos mentais de

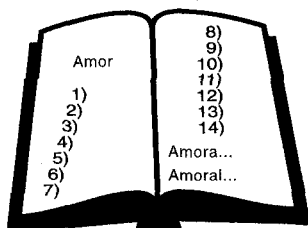
autores antigos e as circunstâncias que os levaram a escrever? Se contemporâneos, que compartilham a mesma cultura e têm o mesmo *background*, não são capazes de entrar na mente de autores modernos e definir seus atos mentais, como, então, esperar que o façam com autores de milhares de anos atrás, cuja cultura, treinamento, linguagem e visão de mundo são radicalmente diferentes? Podemos saber o que eles, conscientemente, quiseram transmitir. O significado pretendido está disponível através de seus textos, mas não suas experiências mentais. A menos que tenham decidido compartilhá-las com os seus leitores. C. S. Lewis sugere, portanto, com toda a razão, que investigar sobre tal matéria é pura especulação e de pouca importância.

Normas de linguagem

As normas de linguagem tratam da extensão de significados permitidos pelas palavras (símbolos verbais) de um texto.

Uma palavra, em qualquer idioma, geralmente possui uma extensão de significados possíveis, percebidos de forma muito clara no dicionário, que lista as várias definições de cada vocábulo. Embora cada um se limite a certos significados, o autor não pode fugir da responsabilidade de escolher aquele que melhor expresse a sua idéia, se, de fato, deseja comunicar-se com os seus leitores. Se querem ser compreendidos, devem estar dispostos a se submeter a essas limitações. Por outro lado, se dão a uma palavra significado diferente daquele permitido pelas normas de linguagem, compete-lhes revelar isto aos seus leitores ou não serão compreendidos. A palavra “amor”, por exemplo, tem uma extensão limitada de significados possíveis: “afeição intensa”, “intenso desejo sexual”, “sentimentos fortes”, “a conclusão complementar de uma carta”, entre outros. No entanto, jamais pode significar “sanduíche” ou “caspa”. As normas de linguagem não o permitem.

Normas de Linguagem Dicionário



As normas de linguagem, de modo similar, permitem que frases como “O amor de Cristo” tenham também uma extensão de significados possíveis. Ele pode significar “o amor de Cristo por mim”, ou: “o amor de Cristo pela humanidade”, ou, ainda, “o amor de Cristo em minha vida”. Mas não significa, em hipótese alguma, “torta de abóbora com creme batido”. O termo “fé”, por sua vez, possui ampla extensão de significados no Novo Testamento. Em alguns casos quer dizer “mera aprovação mental de um fato”, em outros “confiança total”, ou, ainda, “um grupo de crenças”. As normas de linguagem permitem o uso de qualquer uma dessas definições, mas não admite que “fé” signifique “programação de computador”.

Talvez o exemplo clássico desta questão seja encontrado no conhecido livro *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll. Alice e *Humpty Dumpty* têm a seguinte conversa:

— Há glória para você!

— Eu não sei o que você quer dizer com “glória” — disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desdém.

— Claro que não sabe até que eu diga. Eu quis dizer “há um ótimo argumento decisivo para você”!

— Mas “glória” não quer dizer “um ótimo argumento decisivo” — argumentou Alice.

— Quando eu uso uma palavra — disse *Humpty Dumpty*, em tom de escárnio —, ela significa apenas o que eu escolhi que ela significasse, nem mais nem menos.

— A questão é — disse Alice — se você consegue fazer com que as palavras signifiquem tantas coisas diferentes.

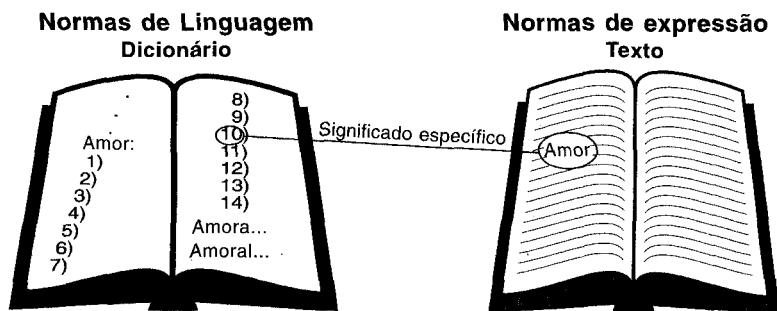
— A questão é — disse Humpty Dumpty —, o que deve ser mais importante. Isso é tudo.

Em certo sentido Humpty Dumpty está correto. Ele pode dar o significado que quiser aos vocábulos. Mas se deseja transmitir este significado aos outros - aqui está o problema - precisa submeter-se às normas de linguagem. É-lhe facultado o direito de criar uma nova palavra ou dar novo sentido a um termo antigo, mas se quiser transmitir este novo significado terá de explicar tal uso incomum. Alice, por sua vez, também está correta. Gostando ou não, se Humpty Dumpty quer comunicar alguma coisa, ele não pode criar arbitrariamente um único sentido para o termo empregado, a não ser que informe aos seus ouvintes/leitores de que o fez assim.

A razão pela qual os estudiosos da Bíblia estudam grego e hebraico (e aramaico) é porque os escritores bíblicos escreveram e transmitiram o seu significado sob as normas desses idiomas. E o motivo pelo qual os eruditos estudam o grego comum, em vez de o grego clássico, é que os autores do Novo Testamento escreveram para uma época da história em que a língua de todos era o grego popular, e não o clássico, dos séculos anteriores.

Normas de expressão

As normas de expressão são o significado específico que o autor deu a uma palavra, frase ou sentença de um texto.



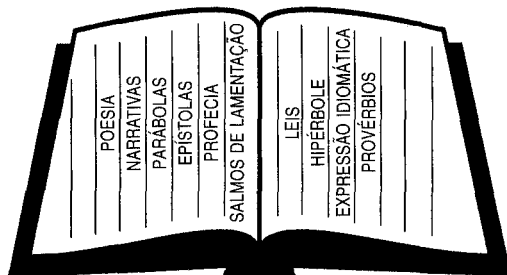
Enquanto, dentro das normas de linguagem, uma palavra ou frase possui uma extensão de significados possíveis, o seu uso no texto significa apenas uma coisa. A tarefa do interprete é descobrir esse significado. Ao fazê-lo, estará se orientando pelas normas de expressão. Felizmente, as normas de linguagem limitam o número de possibilidades, de modo que apenas uma delas terá o significado que interessa ao autor transmitir a quem está lendo. Por isso, o autor bíblico se manteve cuidadosamente dentro desses limites, a fim de ajudar os seus leitores a compreender o que queria dizer. O contexto que ele fornece presta enorme auxílio para reduzir os significados possíveis a apenas um significado específico. É o exercício das normas de expressão pelo leitor.

Gênero literário

O gênero literário diz respeito às formas literárias que estão sendo usadas pelo autor e as regras que as governam.

A partir do capítulo 4 veremos que os textos bíblicos se vestem de diferentes gêneros literários. Como os escritores da Bíblia tinham por finalidade compartilhar o significado do que escreviam, submeteram-se às convenções literárias de seu tempo, que controlavam cada gênero em particular por eles empregado. Se o leitor não levar isto em conta, será impossível a compreensão do significado. No início do capítulo 5, investigaremos as normas e convenções dos muitos gêneros literários encontrados na Bíblia.

A Bíblia e os gêneros literários



Contexto

O contexto diz respeito ao significado que o autor dá aos materiais literários encontrados em seu texto.

A maneira pela qual um autor ajuda seus leitores a compreender o significado pretendido é através do contexto. Por isso, é comum ouvirmos as pessoas dizerem: “O significado de uma passagem é determinado pelo contexto”, ou: “Sabemos o que Paulo quer dizer aqui pelo contexto”. Ainda assim, o que é exatamente contexto? Se dissermos que são as palavras, orações, os parágrafos e capítulos que estão antes ou depois do texto, podemos estar atribuindo um significado autônomo a tais símbolos verbais. No entanto, o contexto não possui mais autonomia semântica do que o próprio texto. Sem considerar o significado pretendido pelo autor, os símbolos verbais que formam o contexto não possuem sentido em si mesmos. Isto significa que devemos entender o contexto literário como sendo o que o autor procurou dizer com os símbolos utilizados antes e depois do texto em investigação. Portanto, quando nos referimos ao “contexto”, aludimos ao padrão de significado compartilhado pelo autor nas palavras, orações, nos parágrafos e capítulos que rodeiam o texto. Desta forma, o contexto de Romanos 3.20,21 é o que Paulo queria dizer com as palavras que aparecem antes e depois da passagem. Bons autores, é óbvio, procuram auxiliar seus leitores fornecendo um contexto com significado facilmente compreendido.

O contexto é muito valioso, pois ajuda o leitor a compreender o significado que o autor deu ao texto. A mesma importância tem o contexto literário, na medida em que permite avaliar o uso de termos e de gramática comuns à época e empregados também pelo autor. Por outro lado, contextos sociais, políticos e econômicos têm menos valor, porque pessoas de contextos idênticos podem escrever como anarquista

ou monarquista, teísta ou ateu, revolucionário ou legalista, fatalista ou libertário. O que os autores bíblicos queriam dizer com os seus escritos, o tipo de fé que desejavam transmitir, só pode ser conhecido pelos textos que escreveram e os respectivos contextos literários.

Cabe ressaltar, por ultimo, que se não prestarmos muita atenção ao contexto, isto pode resultar em grande confusão. Por exemplo, tanto Paulo (Rm 4.1-25) quanto Tiago (Tg 2.14-26) usam o termo “fé” (*pistis*, em grego) com significados distintos. Ficaremos confusos se tomarmos como certo que os dois escritos queriam dizer, por fé, “um conjunto de crenças”. Nossa confusão irá aumentar, se assumirmos que Paulo está falando de uma “mera aceitação do fato”. Teremos, ainda, maiores dificuldades, se entendermos que Tiago refere-se a “uma verdadeira confiança”. Todavia, está claro, pelo contexto, que Paulo se refere ao último significado (Rm 4.3,5) e Tiago ao primeiro (cf. Tg 2.14,19).

Questões

1. Defina os seguintes termos com suas próprias palavras: significado, implicações, significação, matéria do assunto, compreensão, interpretação, atos mentais, normas de linguagem, normas de expressão, gênero literário e contexto.
2. Como um autor pode se “referir” a certos aspectos que dizem respeito a coisas que não conhecia?
3. De que maneira “significado” e “implicação” são parecidos? De que maneira eles são diferentes?
4. Qual a diferença entre “interpretação” e “compreensão”?
5. A maioria dos sermões encontrada nos Evangelhos (ou o livro de Atos, ou, ainda, os livros de Gênesis à Ester) está centralizada no “significado” ou na “matéria do assunto” do texto? Você pode dar um exemplo?
6. Faça uma distinção entre o “significado específico desejado”, o “padrão de significado” e as “implicações” do

mandamento de Paulo, “Saudai-vos uns aos outros com ósculo santo” (1 Co 16.20).

Exercício de definição

(Quais dos termos usados neste capítulo melhor descrevem os enunciados que se seguem?)

1. “O que o livro de Atos nos ensina neste capítulo sobre a Igreja primitiva?”
2. “Oh, agora eu sei o que Paulo quis dizer!”
3. “Embora Paulo apenas tenha dito a Timóteo que as mulheres deveriam se vestir de maneira modesta e não usar pérolas (1 Tm 2.9), provavelmente, também aceitaria a idéia de que as mulheres não deveriam usar jóias em grande quantidade”.
4. “O que Paulo quer dizer, em Gálatas 3.1-6, é que se os habitantes da Galácia receberam o Espírito Santo, a garantia de sua salvação, pela fé, Deus, portanto, já os tinha aceitado e, desta maneira, não havia necessidade que eles fossem circuncidados”.
5. “Evidentemente Paulo estava pensando nas raízes do seu passado como um fariseu quando escreveu isto”.
6. “Esta passagem não pode significar o que você está dizendo porque o particípio presente no texto não pode ser interpretado desta maneira”.
7. “O que Jesus quis dizer quando disse: ‘Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus’ (Mc 12.17) é que você e eu devemos obedecer o governo e pagar nossos impostos”.
8. “Esta passagem não deveria ser interpretada literalmente, mas de maneira figurada”.
9. A partir do uso do termo de Paulo em outra parte, está claro que, também, significa “declarar honradez”, em Romanos 3”.
10. “Provavelmente, Moisés não estava pensando nisto, mas parece algo no qual o texto pode ser aplicado”.

11. “Nosso texto nos diz que Jesus realizou seu primeiro milagre em Caná, na Galiléia”.
12. “O que esta passagem nos diz é que Jesus também é capaz de perdoar nossos pecados, se cremos nele”.
13. “A palavra que Paulo usa neste texto pode significar várias coisas diferentes”.
14. “O que encontramos em 1 Coríntios 15:3ss é um credo da Igreja relativo à ressurreição que Paulo está citando.”
15. “O que Paulo disse aqui é interessante, mas eu não penso que tenha algum valor para nós, hoje.”
16. “Eu pude explicar a Denise o que a Bíblia diz sobre ser salvo, mas não pude persuadi-la a aceitar a Cristo em seu coração”.

O Espírito e a Interpretação Bíblica

○ Espírito Santo está intimamente envolvido em todo o processo de formação da Bíblia. Ele participa desde o começo, como a causa da existência da Palavra de Deus. Foi através de sua inspiração que os autores bíblicos escreveram as Escrituras. Ele orientou a formação do cânon do Antigo Testamento pelos judeus e conduziu o reconhecimento pela Igreja dos livros inspirados a serem incluídos no Novo Testamento. O Espírito, também, conduz o cristão no processo de interpretação, em sua busca sobre como aplicar o ensino bíblico em sua vida.

O papel do Espírito na inspiração

A Bíblia é produto da inspiração divina (2 Tm 3.16,17; 2 Pe 1.20,21). Como resultado, ela é a Palavra de Deus e revela aquilo em que os cristãos crêem (assuntos de fé) e como eles vivem (assuntos de prática). Os termos “infalibilidade” e mais recentemente “inerrância” são, freqüentemente, usados para

descrever a fidedignidade da Bíblia. O primeiro, enfoca a confiabilidade doutrinal da Bíblia; o último, a sua confiabilidade efetiva. Às vezes, essa compreensão não é clara, visto que, separados de uma explicação de “o que” é infalível, e “o que” é inerrante, estes termos são essencialmente sem sentido.

Quando os cristãos dizem que a Bíblia é infalível e/ou inerrante, o que isto significa? Significa que as mensagens espirituais ou “existenciais” ensinadas nas Escrituras são verdadeiras baseadas em narrativas imprecisas, consideradas não históricas, mas “míticas”? Ainda que certos intérpretes existencialistas possam concordar com essa declaração, ela, entretanto, não representa a idéia que o Cristianismo tradicionalmente concebe por esses termos. Significa talvez que realidades éticas (ou “subestruturais”) duvidosas por trás do significado pretendido pelo autor sejam verdade? Ainda que algumas pessoas (como um “estruturalista”), possam concordar com essa visão, ela, também, não traduz o que o Cristianismo pensa por esses termos. Significa, por conseguinte, que os fatos da Bíblia são verdade? Mas o que é um “fato” das Escrituras?

Podemos solucionar tal problema, compreendendo que as expressões “infalível” e “inerrante” são julgamentos de proposições. Elas se distinguem como ferramentas para avaliar declarações de significado. Assim, a reivindicação cristã de que a Bíblia é infalível ou inerrante significa, em essência, que tudo quanto “os autores das Escrituras desejavam transmitir com suas palavras”, suas proposições representadas pelo padrão de significado, tudo é verdade. O termo “infalibilidade” significa que tudo quanto os autores desejavam transmitir com respeito a assuntos de fé (doutrina) e prática (ética) é verdade. O termo “inerrante”, de igual forma, significa que tudo quanto os autores desejavam transmitir com os fatos (história, geografia, ciência etc.) é, também, verdade e, em ambos os casos, nunca seremos induzidos ao erro. Porém, o fator determinativo a qualquer tempo envolve aquilo que o autor, conduzido pelo Espírito, desejou transmitir pelo seu texto.

Uma boa ilustração elucidativa é encontrada em Isaías 11.12, onde o profeta narra que Deus “recolherá os dispersos de Judá

desde os quatro cantos da terra”. O que ele quis dizer com esta declaração? Teria sido: “Quero que saibam que a terra consiste em quatro cantos e Deus trará de volta o seu povo desses quatro lugares?” Ou, ainda: “Quero que saibam que Deus trará de volta o seu povo dos quatro fins da terra?” (Observe que uso a expressão “fins da terra” nesta afirmativa, embora acredite que a terra é redonda e não tem nenhum “fim”!). Se Isaías, nesse versículo, pretendesse ensinar geografia, o texto não seria, então, inerrante, porque estaria contendo um erro geográfico. A terra não tem nenhum “canto”. Porém, se o profeta não tinha este propósito, senão o de falar do futuro “ajuntamento” do povo de Deus de todas as partes da terra, então sua declaração pode ser considerada infalível e inerrante.*

A inspiração compreende o Espírito (2 Pe 1.21) guiando os autores das Escrituras não só quanto a escrita mas também quanto a forma de comunicar o seu padrão de significado. Várias passagens revelam que esta direção divina estende-se também às palavras (“símbolos verbais”) utilizadas (Mt 5.18; Gl 3.16). A questão sobre “como” se desenvolveu este processo, porém, está longe de ser clara. Às vezes, pode ter sido mediante uma visão (Ob 1; Na 1.1; Hc 2.2; Ap 1.11) ou através de uma voz (Êx 17.14; Jr 30.1,2; 36.2; Ap 1.11), mas não há resposta precisa sobre como Paulo ou Lucas foram guiados pelo Espírito enquanto escreviam. Muitos escritores tinham estilo literário e ênfases teológicas características, demonstrando que o Espírito usou-os conforme a capacidade de cada um. Em razão disso, teólogos, raramente, tentam defender a teoria de que a Bíblia foi ditada pelo Espírito. Declarações explícitas como a de Lucas 1.1-4 são, também, contrárias a esse ponto de vista.

O papel do Espírito na formação da Bíblia

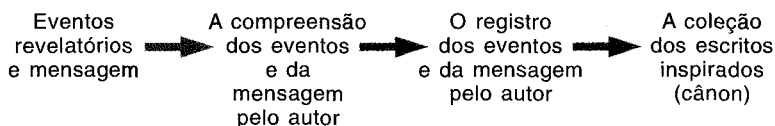
O processo pelo qual os sessenta seis livros da Bíblia foram colecionados e reconhecidos como a Palavra de Deus envolve a questão do “cânion”. Este é um termo grego, que originalmente quer dizer bordão ou vara usada para medir distâncias

ou alturas. Com o passar do tempo, porém, ampliou o significado para “regra” ou “padrão”. Na história eclesiástica, passou a ser usado com respeito aos livros reunidos para tornar-se o “padrão” que nortearia a vida da Igreja.

Vários fatores desempenharam papel decisivo nesse processo de reconhecimento. Observe-se, a princípio, que a Igreja não decidiu, por si própria, quais livros passariam a fazer parte do cânon, mas apenas “reconheceu” aqueles que, de fato, são a Palavra de Deus. Isto se deu mediante a inspiração do Espírito Santo. Desta forma, o cânon foi “fechado” quando veio à luz o último livro do Novo Testamento. O reconhecimento, todavia, levou tempo.

Um dos fatores que ajudaram a Igreja a reconhecer que livro poderia fazer parte do cânon, no caso do Novo Testamento, foi a autoria apostólica ou a associação com um apóstolo. Assim, as cartas de Paulo, Pedro e João foram consideradas canônicas. O mesmo é verdade com relação aos Evangelhos de Mateus e João. Por outro lado, Lucas, autor do terceiro Evangelho e do livro de Atos, era companheiro de Paulo; Marcos, de Pedro, e a carta aos Hebreus, desde cedo, foi associada ao nome de Paulo. Outro fator de grande importância foi a antigüidade do escrito e o seu uso contínuo pelas igrejas. Desta forma, os livros que vieram depois e tiveram uso limitado não foram reconhecidos como canônicos. Outro fator foi a unidade doutrinária entre esses livros e o restante das Escrituras. A Igreja teve o seguinte entendimento: o mesmo Espírito que inspirou os escritos dos evangelistas e de Paulo, não poderia ter inspirado livros que os contradissem. (A partir desse princípio, a Igreja foi capaz de “harmonizar” Paulo e Tiago de uma forma que Lutero não conseguiu.)

A supervisão de Deus e a direção do Espírito



Além desses fatores, o mais importante foi a direção divina do processo pelo Espírito Santo. Mediante essa orientação a Igreja foi capaz de reconhecer os livros que pertenceriam ao cânon das Escrituras. Não há como o cristão aceitar que Deus tenha enviado o seu Filho para ser o Salvador do mundo e interrompido o seu plano de salvação nesse ponto. O Novo Testamento ensina que Ele, através do Espírito Santo, continuou a inspirar o registro e a interpretação daquele grande evento redentor. Assim, não só o nascimento, a vida, a morte e a ressurreição do Filho de Deus foram soberanamente controlados pelo Pai, mas também a interpretação e o registro desses fatos. Foi desta forma que a Igreja validou as Escrituras que, hoje, temos como nossa regra infalível de fé e prática.

Embora não possa ser “provado”, parece razoável pensar, também, que Deus, na sua soberania, igualmente providenciou para que esses textos inspirados não se perdessem ou fossem corrompidos. Quando comparamos os milhares de manuscritos gregos existentes do Novo Testamento, as primeiras traduções em latim, siríaco, copta e armênio, bem como as inúmeras citações nos escritos dos Pais da Igreja, não é difícil ver em tudo isso a direção do Espírito de Deus garantindo que o texto das Escrituras seria cuidadosamente preservado.

O papel do Espírito na interpretação da Bíblia

Na seção anterior, descrevemos como o Espírito foi ativo em guiar os escritores bíblicos enquanto escreviam. Ele, de igual modo, guia e auxilia o leitor no processo de interpretação. Mas como isto acontece? Na “compreensão” do significado do texto? No descobrimento de suas várias “implicações”? Na busca de sua “significação”? Ou está o Espírito envolvido em todas essas áreas?

Tratando do assunto nos termos acima, Lutero, Calvino e outros reformadores mostraram o trabalho intrínseco de iluminação e convicção do Espírito Santo na interpretação das

Escrituras. Usando a terminologia discutida no capítulo 2, parece que eles denominavam “iluminação” a compreensão do significado do texto, e “convicção” o fato de atribuir-lhe uma significação positiva. Em outras palavras, o Espírito ajuda o leitor a entender o padrão de significado legado pelo autor, bem como o convence sobre a verdade desse ensino. Este é também o sentido da afirmação que sem o Espírito não podemos entender a Bíblia “completamente” ou “verdadeiramente”.

O apoio bíblico a esse ponto de vista encontra-se em 1 Coríntios 2.14, onde Paulo declara: “Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente”. Sem o Espírito, esses textos não passam simplesmente de estranhos enigmas. Porém, antes de aceitarmos que Paulo e os tradutores da Bíblia para o português tenham usado o termo “compreender” no exato sentido como foi definido no capítulo 2, temos que olhar esse versículo mais de perto.

O que Paulo quer dizer quando afirma que ao homem, sem o Espírito, todas as coisas lhe parecem “loucura”? Por acaso, significa que ele não será capaz de alcançar a compreensão correta do significado do texto? Estaria o apóstolo afirmando que, sem o Espírito, os ensinamentos bíblicos são incompreensíveis?

O significado do termo “loucura” é melhor compreendido, observando-se como Paulo o emprega em outro lugar. Em 1 Coríntios 3.19 aparece no seguinte contexto: “Porque a sabedoria deste mundo é loucura diante de Deus”. O vocábulo, nessa passagem, não se refere ao que definimos, no capítulo 2, como “compreensão”, mas à “significação”. Deus compreende perfeitamente o que este mundo chama de sabedoria, mas não a aceita desta forma. Paulo, portanto, não está querendo dizer que o Altíssimo não pode ter uma compreensão correta. Deus é onisciente; ele tem a compreensão de tudo. Em 1 Coríntios 1.20, onde a forma verbal desta palavra é usada, Paulo afirma: “Porventura, não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo?” Aqui, e também em 3.19, o apóstolo usa

a expressão “loucura” para referir à “significação” que Deus atribui a algo específico: a sabedoria deste mundo.

É possível atribuir esse mesmo significado ao termo em 1 Coríntios 2.14? Ao que parece, Paulo não está querendo dizer, aqui, que os incrédulos não podem chegar a uma compreensão correta das coisas do Espírito. Eles podem e o fazem, mas atribuem a essa compreensão do significado do autor uma significação negativa. Assim, nos primeiros três capítulos de 1 Coríntios, temos o seguinte paralelo: O mundo não-cristão pode compreender as coisas do Espírito, o que o texto bíblico significa, mas considera tudo como loucura. Semelhantemente, Deus compreende a sabedoria deste mundo, mas a condena como loucura. Em ambos os casos, há um entendimento correto do significado (compreensão), seguido pela rejeição de seu valor (significação).

A partir desse raciocínio, pergunta-se: uma pessoa que não tem o Espírito pode compreender a Bíblia? Vamos supor que tenhamos condições de formar dois grupos de estudantes com igual inteligência, experiência e dedicação em fazer qualquer tipo de trabalho acadêmico. Um composto de estudantes cristãos, o outro, de não-cristãos. Ambos recebem como tarefa descrever, em oito ou dez páginas, o que Paulo quis dizer em Romanos 3.20-21. Qual seria o resultado? O grupo composto pelos cristãos seria capaz de compreender e interpretar o significado do texto melhor do que o de não-cristãos, a ponto de receber melhor nota pelo trabalho realizado? O Espírito o ajudaria a obter a compreensão correta do significado do texto, permitindo assim que o grupo alcançasse melhor classificação? (É discutível se o grupo composto pelos cristãos teria certa vantagem simplesmente pelo fato de estar familiarizado com a Bíblia; é possível até que, por isso mesmo, trouxesse numerosos mal-entendidos. Qual o professor de teologia não encontrou interpretações estranhas trazidas pelos próprios alunos cristãos ao seminário!)

Eu sugeriria que as notas de ambos os grupos fossem iguais. Isto porque as pessoas não-cristãs podem chegar a uma compreensão correta do significado da Bíblia. Elas têm condições

de entender as Escrituras. Caso contrário, por que tentaríamos explicar-lhes a mensagem do evangelho? Por que Paulo argumentaria, todo sábado, nas sinagogas (At 18.4)? Por que se esforçaria em explicar as boas novas (At 17.2-3), buscando persuadir os não-cristãos (At 19.8-9)? Por que, nos dias atuais, alguém iria se preocupar em explicar o significado das quatro leis espirituais da salvação, a menos que o ouvinte fosse capaz de entender? O fato de o crente defender a sua fé perante os incrédulos mostra que tanto um quanto o outro têm condições de alcançar a compreensão dos ensinamentos das Escrituras.

Onde entra, então, a ação do Espírito? Poderia estar na revelação das “implicações” do padrão de significado do autor? Certamente, o cristão tem maior desejo de entender tais implicações do que um não-cristão. Mas este é, também, capaz de compreendê-las? Vamos, mais uma vez, criar outra situação hipotética. Imaginemos que tenha sido solicitado aos mesmos grupos de estudantes para que, em oito ou dez páginas, escrevam sobre as implicações, nos dias de hoje, das palavras de Jesus encontradas em Mateus 6.24: “Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou há de odiar um e amar o outro ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom”. Será que haveria alguma diferença no resultado final? Se os dois grupos se lançassem ao trabalho com dedicação, é pouco provável. (É possível que o grupo de cristãos se dedique com maior devoção à pesquisa; por outro lado, pode ser que o de não-cristãos, desejoso em alcançar um bom resultado, tenha a mesma dedicação!)

Há várias conseqüências importantes que surgem da habilidade universal que as pessoas possuem para entender o significado de um texto bíblico. A primeira é que cristãos podem estudar trabalhos de não-cristãos com grande proveito. Simplesmente não é certo reivindicar que só os cristãos têm condições de entender os ensinamentos bíblicos, se por “entender” queremos afirmar a capacidade de desenvolver “um sentido mental correto do significado”. Até mesmo sem o Espírito, não-cristãos podem descrever com precisão o que os autores das Escrituras quiseram dizer nos seus textos.

Outra questão até agora não mencionada diz respeito ao problema do pecado e como ele afeta a habilidade das pessoas no entendimento da revelação divina. Sem minimizar os seus efeitos, precisamos ter cuidado para não abrigarmos um entendimento errôneo sobre elas. A imagem de Deus foi manchada e corrompida, mas não destruída. Corrompida, mas não perdida (Tg 3.9). Parte dessa imagem envolve a habilidade de raciocinar, algo indispensável na interpretação. Assim, a capacidade para compreender um autor antigo (se bíblico ou não, este não é o caso) permanece. Podemos entender os escritos de outras pessoas, bem como o significado que os escritores bíblicos buscaram compartilhar. O pecado nos pode atrapalhar com relação à nossa crença e aceitação da mensagem cristã, mas não nosso entendimento. Além disso, as suas consequências na área física afetam cristãos e não-cristãos. A Bíblia nada registra afirmando que a regeneração, pelo Espírito, aperfeiçoa as habilidades mentais das pessoas. O que afeta é o nosso sistema de valores, a significação que atribuímos ao significado dos textos bíblicos.

Se reconhecemos que qualquer pessoa com inteligência normal pode obter uma compreensão correta do significado das Escrituras, isto significa que essa habilidade é resultado da ação do Espírito? Pensar desta forma implica em reduzir essa iluminação ao nível da inteligência humana, ao mesmo tempo em que não resolve a questão, pois não esclarece o que Espírito assegura ao crente e não ao descrente.

Uma ilustração final

Talvez a melhor forma de descrever o papel do Espírito na interpretação bíblica é por meio de uma ilustração. Nas conferências bíblicas realizadas, anualmente, na Interpretation School of Theology, Ludwig Kopfwissen, da Universidade de Wissenheim, fez uma palestra intitulada: "A Doutrina de Paulo sobre a Justificação pela Fé". Em apenas uma hora, Kopfwissen descreveu, de forma muito clara, aquilo que até aquele momento nenhuma outra pessoa havia conseguido sobre o as-

sunto. Discorreu, ainda, de modo cuidadoso e brilhante, sobre as implicações dessa doutrina na vida da Igreja cristã, tanto no passado quanto no presente. Se o apóstolo Paulo estivesse presente, poderia ter dito: “Obrigado, professor Kopfwissen. Ninguém até hoje explicou tão bem o que eu quis dizer com a justificação pela fé”. Depois de ser calorosamente aplaudido, o professor Kopfwissen acrescentou: *“Aber Sie wissen doch dass es ganz Humbug ist”* (“Mas vocês sabem, naturalmente, que tudo isto é uma tolice!”)

Após a palestra, alguém se aproximou da esposa do professor Kopfwissen, uma cristã piedosa, e lhe perguntou: “O que a senhora pensa sobre o que Paulo quis dizer com relação à doutrina da justificação pela fé?” Ela respondeu: “Na verdade, não tenho formação teológica, mas em química. Todavia, posso imaginar” — nesse momento, lágrimas começaram a cair de seus olhos — “Paulo quis dizer que Deus fez tudo por nós!”

Quem compreendeu, na verdade, o que Paulo ensinou? O professor ou a sua esposa? A questão depende de qual é o significado de “compreensão”. Se o termo, como foi definido no capítulo 2, significa o entendimento correto do padrão de significado do autor, está claro que o professor Ludwig Kopfwissen “compreendeu” Paulo melhor. Só que esse entendimento, como afirmou o apóstolo em 1 Coríntios 2.14, é loucura para o teólogo, pois não foi convencido dessa verdade. Ele não tem como apreciá-la porque tal convicção vem do Espírito Santo. Por outro lado, a sua esposa percebe o que Paulo ensinou, embora não completamente, mas pelo Espírito aceita isto como a sabedoria de Deus.

Quais são, então, as implicações disso para o estudo da Bíblia? Há várias. Para alguns, o papel do Espírito, na interpretação, não é uma desculpa para a preguiça. Nenhuma oração pode substituir o dicionário, se não sabemos o significado de uma palavra. A meditação em si mesma não deve ser vista como algo que substitui pesquisas sobre como os autores empregaram determinados vocábulos em seus textos. Orar para que o Espírito nos ajude a entender o significado porque não queremos passar tempo estudando ou usando as ferramentas dis-

poníveis (como comentários, concordâncias, dicionários etc.), pode ser um ato de blasfêmia, porque é uma tentativa de “usá-lo” para os nossos próprios fins. O Espírito Santo dá ao cristão a garantia da veracidade dos ensinamentos bíblicos, mas Ele não pode ser manipulado com o único objetivo de cobrir nossa preguiça no estudo da Palavra de Deus.



Por outro lado, orar para que o Espírito nos ajude a reconhecer a verdade do texto (sua significação) ou mostrar qual das implicações se aplica à nossa vida (direção divina) é, altamente, apropriado. Por conseguinte, de que adianta estudar a Bíblia, compreender o seu padrão de significado, se nunca vamos nos submeter às implicações de seus ensinamentos?

Perguntas

1. Qual seria a sua resposta, na classe da Escola Dominical, se duas pessoas fizessem duas afirmações contraditórias baseadas na seguinte assertiva: “O Espírito Santo mostrou-me que o significado do texto é...”?
2. Uma pessoa não-cristã é capaz de compreender as “quatro leis espirituais da salvação” e ainda assim não tornar-se cristã?
3. Pode uma pessoa compreender o significado de João 3.16 e mesmo assim não se converter?

4. Você conhece alguém que “compreende” o significado de João 3.16 mas ainda não é cristão?
5. No estudo da Bíblia, o cristão tem mais vantagens do que o não-cristão?
6. Explique, com suas palavras, o que Paulo quis dizer em 1 Coríntios 2.14.
7. Além da “convicção”, qual a ação do Espírito na “conversão”?

Formas diferentes de Escritura

Na Bíblia, a exemplo de qualquer outra obra literária, há dois tipos principais de linguagem: “linguagem referencial” e “linguagem não-referencial”.* A função principal da linguagem referencial é a informação. Ela se preocupa com a descrição e procura não ser emocional, pois tem como propósito relatar fatos. Em nossa sociedade, esse tipo de linguagem ganha, a cada dia, maior importância, pois é a forma utilizada pela ciência. Físicos, químicos, biólogos, engenheiros, analistas de sistemas e médicos usam-na quando desejam expor seus conhecimentos. É, também, a linguagem dos filósofos, mecânicos, dentistas e vendedores em geral. É o tipo de informação que recebemos nas lojas de informática, materiais de construção, eletrodomésticos, entre outras.

Por outro lado, linguagem não-referencial tem como meta principal provocar decisões, transmitir sentimentos e despertar emoções. É a forma empregada pelos poetas, pessoas apaixonadas, pelos grandes romancistas etc. A linguagem

referencial apela à “mente”, a não-referencial ao “coração”. A primeira é cognitiva; a segunda, mais emotiva. A diferença pode ser vista, com certa facilidade, quando as comparamos. A leitura de um manual de instruções, por exemplo, difere da forma como lemos uma carta de amor. A descrição de “três metros de largura para a prateleira” significa que esta é a medida da tábua a ser utilizada, sem que haja aí qualquer conotação emocional. Por sua vez, a descrição de saudade pela falta da pessoa amada é interpretada de forma bastante diferente. É uma informação que nos deixa com o coração dolorido e freqüentemente provoca a perda do sono. Isto ocorre porque as instruções de um manual são compreendidas literalmente. Elas são referenciais. Cartas de amor, entretanto, são interpretadas de forma figurativa ou metafórica. Elas se definem como não-referenciais. Mas se interpretarmos figuradamente os manuais de instrução e as cartas de amor de forma literal, teremos, ao fim, um desastre, pois nossa comunicação será mal compreendida.

Entretanto, não devemos concluir, apressadamente, que a linguagem referencial não traga nenhum tipo de emoção e a não-referencial nenhuma informação. Vejamos o caso do médico. Ele usa a linguagem referencial para transmitir um diagnóstico. A descrição “melanoma inoperável do pâncreas”, é, por natureza, informativa, mas o seu significado — câncer incurável — tem uma parcela extremamente emocional. Isto significa que um pouco de informação pode despertar sentimentos. Quando lemos, por exemplo, o relato sobre o campo de concentração em Auschwitz, na Segunda Guerra Mundial, os nossos sentimentos e emoções afloram, embora se trate de linguagem referencial. Da mesma forma, uma carta de amor traz informação, apesar de sua natureza não-referencial. Ela revela o sentimento de quem escreve pela pessoa que está lendo. Assim esses dois tipos de linguagem não são de significados exclusivos, mas refletem antes o propósito primário do autor.

As expressões “linguagem referencial” e “linguagem não-referencial” se aplicam não apenas às diferentes formas literárias, mas também às palavras utilizadas com o mesmo sentido.

Observe que os termos empregados em debates sobre o aborto freqüentemente têm como finalidade não somente a informação, mas a emoção: feto – o bebê por nascer; a favor da escolha – a favor da vida; aborto – assassinato; controle de órgãos reprodutores – matar o bebê. Compare, também: prostituta-garota de programa-dama da noite-meretriz. Ou, ainda: narrativa bíblica-história sagrada-mito bíblico-grandes acontecimentos. A verdade é que anunciantes, comunicadores, pregadores, conferencistas e propagandistas inteligentes estão sempre atentos com relação à escolha correta da palavra que pode afetar as pessoas. Sob este aspecto, expressões como “a favor da vida” e “a favor da escolha” podem ser classificadas como bem-sucedidas. Elas são carregadas de emoção.

Significado e formas literárias

É óbvio que a nossa escolha de certas palavras pode, às vezes, ser motivada menos pelo desejo de informar e esclarecer do que pela vontade de despertar e afetar as emoções do leitor. Os escritores bíblicos, naturalmente, estavam cômnicos disso, de modo que escolheram as palavras e as formas literárias que melhor poderiam transmitir o significado pretendido. Em algumas oportunidades, como acontece em Lucas 1.4, a intenção do autor era transmitir uma informação segura. Assim, preferia lançar mão da linguagem referencial, pois tratava-se da melhor forma de transmitir o que desejava naquele momento. Quando pretendia registrar informações sobre as leis divinas, usava certas formas legais, como encontradas nos livros de Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Às vezes, a melhor forma era através de cartas ou epístolas. Assim, encontramos várias na Bíblia, como, por exemplo, as de Paulo, Pedro e João. Em outros momentos, quando o propósito era compartilhar informações de natureza histórica, a melhor forma era a narrativa. Vários livros da Bíblia empregaram este gênero (de Gênesis à Ester e de Mateus à Atos). Até mesmo na linguagem profética encontramos narrativa, como, por exemplo, em Jeremias 26–29; 32–45; 52; Ageu 1–2; Daniel 1–6.

Outras formas literárias tendem a estar mais próximas da linguagem não-referencial. Nesta categoria encontram-se os livros de Salmos e Cantares de Salomão. Vale, ainda, ressaltar que em muitas narrativas há, também, poesia (Êx 15; Jz 5; 1 Sm 2) e declarações emocionais. Em alguns casos, no entanto, os textos contêm elementos de ambos os tipos. Provérbios e os livros proféticos são exemplos disso.

Está claro, portanto, que existem várias formas literárias na Bíblia, cada uma com suas próprias regras de interpretação. Ao lançar mão de cada gênero os autores submeteram-se conscientemente às suas regras com o propósito de transmitir o significado pretendido. Eles tinham também em mente que seus leitores interpretariam os textos segundo as mesmas regras. Se não estivermos cientes disso, correremos o risco de quase sempre fazer uma interpretação incorreta.

As regras para a interpretação

Desta forma, precisamos saber usar as diferentes regras envolvidas na interpretação das distintas formas literárias da Bíblia. Se interpretássemos uma parábola (Lc 16.19-31) como se fosse narrativa, cometeríamos um grande erro. De igual modo, repetiríamos a mesma falha, se interpretássemos uma poesia (Jz 5) como se fosse narrativa. Seria incidir em erro, se interpretássemos, por exemplo, a narrativa da ressurreição de Jesus (Mt 28.1-10) como se fosse parábola (1 Co 15.12-19).

Um bom exemplo da importância do conhecimento dessas regras aconteceu comigo, quando me tornei cristão. Não gostava de ler as bem-aventuranças. Sempre que as lia, ficava deprimido, porque me sentia culpado, questionando se eu era, verdadeiramente, convertido. A razão para o problema era que entendia mal aquela forma literária. Lia o texto como se descrevesse as condições para entrar no reino de Deus. Como resultado, quando meus olhos percorriam Mt 5.3,5 — “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos céus... Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra” — sentia-me condenado, pois tinha consciência

de que não podia ser uma pessoa com aquelas qualidades. Ainda havia muito orgulho e arrogância em minha vida. Conseqüentemente, não era capaz de dar a outra face (Mt 5.39). De igual modo, quando lia: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos” (Mt 5.6), percebia que não almejava a retidão. Outra vez me via tomado pelos sentimentos de culpa e depressão.

Com o passar do tempo, comecei a interessar-me pelo sentido correto da forma literária das bem-aventuranças e descobri que minha compreensão das regras que a governam estava incorreta. Devem as bem-aventuranças ser interpretadas como “condições de entrada” no reino de Deus? Ou, em vez disso, como “anúncio de bênçãos” sobre aqueles que já se tornaram cidadãos do reino? Em outras palavras, devem elas ser entendidas como exigências para a salvação ou como atribuições meritórias para aqueles que já salvos? Fica evidente, por várias razões, que as bem-aventuranças, em vez de serem exigências de entrada, constituem-se em bênçãos para os que já estão no reino. Primeiro, porque o auditório para quem elas foram dirigidas eram os discípulos (Mt 5.1,2; Lc 6.20) já comissionados por Cristo. Eles já estavam no reino. Segundo, porque a analogia mais próxima das bem-aventuranças são as palavras de conforto encontradas em Isaías 29.19; 49.13 e especialmente 61.1,2. Terceiro, porque a forma gramatical das bem-aventuranças, em sua natureza, não é condicional. A redação não é como se segue: “Se você ficar pobre de espírito, herdará o reino dos céus”, mas em forma de pronunciamento. Finalmente, porque o fato de Mateus 5.3,10 registrar “porque deles é o Reino dos céus” indica que o evangelista entendeu toda a passagem de 3 a 12 como tratando do mesmo assunto. Assim, as bem-aventuranças devem ser interpretadas como bênçãos pronunciadas sobre as pessoas fiéis a Deus, que estão sujeitas a sofrer perseguições por causa da justiça (Mt 5.10) e da sua fé.

Na minha tentativa anterior de entender as bem-aventuranças, pelo fato de ser ainda novo convertido, acabei por utilizar as regras erradas. Por isso, interpretei de forma

equivocada esse gênero literário, tornando impossível a compreensão correta do significado. E assim teria permanecido, a menos que mudasse a minha expectativa. Na verdade, utilizava regras que se aplicavam melhor a outros gêneros. Mas sempre é possível mudar, desde que haja interesse pela interpretação correta. Assim, ao estudar as bem-aventuranças com uma nova e apropriada expectativa, comecei a entender o que realmente estava escrito, pois, agora, compartilhamos das mesmas regras utilizadas por Jesus e Mateus para essa forma literária.

Hoje, sinto encorajamento nas palavras de bênçãos desse texto. Assim, quando me perguntaram que passagem da Bíblia eu gostaria que fosse lida no funeral de meu pai, uma das escolhidas foi a das bem-aventuranças. Quando o pastor leu: “Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados”, pude entender que eram palavras de bênção e conforto vindas de Deus, naquele momento, para confortar as pessoas enlutadas. Ele promete, em sua Palavra, que virá um dia de grande conforto, quando “não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor” (Ap 21.4).

Nos capítulos seguintes, estudaremos as regras que governam as várias formas literárias da Bíblia. A partir do momento em que desejamos entender o que o autor quis dizer, precisamos ter conhecimento das regras empregadas na construção do texto, conscientes de que os escritores da Bíblia se submeteram, de boa vontade, a essas normas. Desta forma, estudaremos as regras envolvidas na interpretação de provérbios, profecias, poesias, expressões idiomáticas, hipérboles, parábolas, narrativas bíblicas, epístolas, pactos, leis e salmos.

Perguntas

1. Já aconteceu alguma vez de você não entender determinado texto bíblico simplesmente pelo fato de estar tentando interpretá-lo baseado em regras errôneas?
2. Por que a diferença existente entre a “linguagem referencial” e a “linguagem não-referencial” não requer

mudança na definição de “significado” encontrada no capítulo 2?

3. Ter uma compreensão incorreta da forma literária de um texto significa que nunca poderemos descobrir o seu significado?

* *N. E.* Linguagem não-referencial traduz a expressão inglesa, “commissive language” pelo fato de o termo “commissive” não ter, em português, um correspondente que transmita a idéia desejada pelo autor.

Parte 2

Regras Específicas de Interpretação

Provérbios

Provérbios são declarações sucintas que geralmente empregam linguagem metafórica para expressar uma verdade geral. Às vezes chamados de “máximas” ou “aforismos”, são encontrados ao longo de toda a Bíblia (Sl 49.16-20; Is 5.21; Jr 23.28b; 31.29 etc.). Os mais conhecidos, naturalmente, estão em Provérbios. No entanto, aparecem na maior parte dos livros de Jó e Eclesiastes, bem como na carta de Tiago. Os provérbios constituíram-se numa das formas de ensino preferidas por Jesus em seu ministério terreno.

Um dos provérbios mais citados encontra-se em Provérbios 22.6: “Instrui o menino no caminho em que deve andar, e, até quando envelhecer, não se desviará dele”. Não faz muito tempo, ouvi falar de certo pastor, que, após ler esse texto, falou à congregação, dizendo: “Eu sei que meus filhos seguirão o Senhor, porque os estou ensinando no caminho em que devem andar”. Como pai, sou grato a Deus pelo fato de meus três filhos serem convertidos. No entanto, seria loucura e ignorância afirmar que tomaram essa decisão, porque os ensinei com

perfeição para que isto acontecesse. Pelo contrario, eles seguem o Senhor e estão na igreja por causa da graça de Deus, apesar das inconsistências e fraquezas do pai. A declaração desse pastor, em público, coloca os filhos debaixo de terrível fardo. Se escolhem servir o Senhor, isto será creditado aos “esforços” paternos. Se decidem em contrário, serão tachados de pecadores que não ouviram a voz do pai. Mais importante ainda é o fato de que isto revela compreensão incorreta do que é um provérbio e de como deveria ser interpretado.

Deve o provérbio ser interpretado segundo uma lei universal? É possível colocá-lo em igualdade com a lei dos medos e dos persas que não podia ser revogada (Et 8.8)? Cumpre ele o mesmo papel das leis termodinâmicas, as quais descrevem aquilo que sempre tem que acontecer? Lendo provérbios, descobrimos que muitos deles parecem não ser tão absolutos no que se refere a sua aplicabilidade:

“Mas o que me der ouvidos habitará seguramente e estará descansado do temor do mal”, Pv 1.33; cf. também 2.8. (Alguns cristãos não experimentam o sofrimento e o martírio por causa de sua fidelidade a Deus?)

“Honra ao Senhor com a tua fazenda e com as primícias de toda a tua renda; e se encherão os teus celeiros abundantemente, e transbordarão de mosto os teus lagares”, Pv 3.9,10. (Pagar o dízimo assegura aos produtores serem ricos e prósperos? Note como em 15.16,17; 19.22; 28.16 o escritor sabe que fidelidade nem sempre resulta em prosperidade.)

“O Senhor não deixa ter fome o justo, mas rechaça a avidez dos perversos. O que trabalha com mão remissa empobrece, mas a mão dos diligentes vem a enriquecer”, Pv 10.3,4 — *Revista e Atualizada*. (Toda a pobreza tem como causa a preguiça?)

“O mal perseguirá aos pecadores, mas os justos serão galardoados com o bem”, Pv 13.21. (Prosperidade é uma forma de medir a devoção? Não existe nenhum piedoso pobre? Todas as pessoas ricas são devotas? Cf. Lc 6.20.)

“O servo prudente dominará sobre o filho que procede indignamente; e entre os irmãos repartirá a herança”, Pv 17.2.

(Com que freqüência “os criados” tomam parte da herança em igualdade com os filhos?)

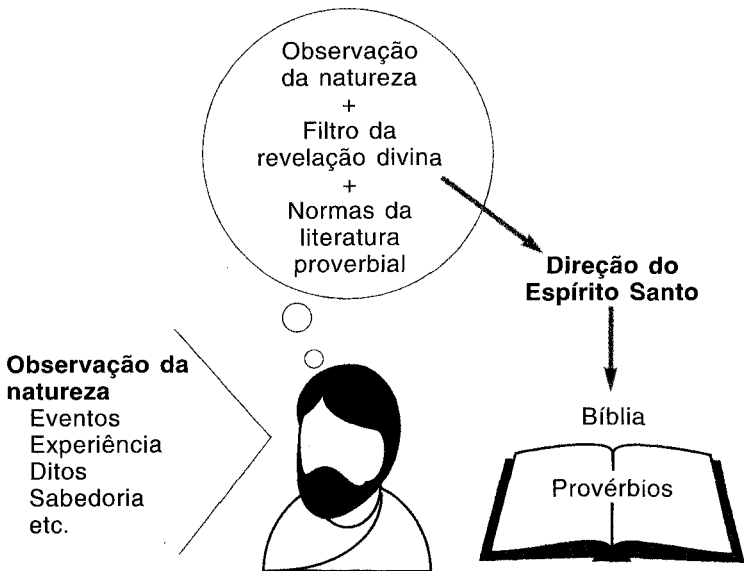
“O que oprime o pobre para se engrandecer a si ou o que dá ao rico, certamente, empobreceá”, Pv 22.16. (Algumas pessoas não se tornam bastante ricas pelo fato de oprimirem os pobres?)

“Porque todos os que lançarem mão da espada à espada morrerão”, Mt 26.52; cf. também Pv 15.1; Mt 6.21; Lc 16.10 etc. (Alguns mercenários parecem conviver muito bem com a espada!)

Está claro que esses provérbios não podem ser considerados leis absolutas, porque há exceções. Eles são, na realidade, verdades gerais. (Muitas pessoas na Alemanha, em junho de 1945, iriam discordar do que é dito em Mt 26.52!)

Provérbios não são “leis”, nem “promessas”. São observações gerais extraídas de um olhar sábio e cuidadoso dos fatos do dia-a-dia. Essas observações não são limitadas somente à Bíblia, mas, também, se estendem à literatura antiga do Ori-

As características essenciais de um Provérbio Bíblico



ente Próximo, Grécia e Egito, bem como à maioria das culturas dos nossos dias. Os provérbios bíblicos, entretanto, têm uma dimensão especial: não foram formulados, simplesmente, a partir de uma observação da “vida”, mas à luz da revelação divina. Assim, eles não revelam só o melhor da sabedoria humana, mas a sabedoria filtrada através da revelação das Escrituras, registrada pelos escritores sob a direção do Espírito.

Os provérbios bíblicos realçam uma verdade geral relativa à vida quotidiana a partir da perspectiva divina. Por causa de sua natureza “geral”, existe a possibilidade de exceções. Isto, no entanto, não é razão para refutá-los, pois a verdade de cada um prevalece na maioria dos exemplos. Assim, o fato de pais cristãos ensinarem seus filhos no caminho em que devem andar, e eles, às vezes, não corresponderem, não implica na necessidade de refutar esse provérbio. Na maioria dos casos, o resultado será, realmente, que os filhos desejem seguir a fé de seus pais.

Não podemos entender o livro de Jó sem perceber que ele lida com o mesmo problema. Jó era homem devoto, cujo mundo se desmoronou. Os seus “amigos” eram extremamente versados nos provérbios da literatura de sabedoria daquele tempo. O erro estava no fato de acreditarem que se tratava de leis absolutas, sem exceções. Assim, criam que Jó experimentou aquelas tragédias em razão de sua infidelidade. Observe como eles lançaram vários provérbios contra Jó, depois que este perdeu a riqueza, os filhos e a saúde:

- “Lembre-se, agora: qual é o inocente que jamais pereceu? E onde foram os sinceros destruídos? Segundo eu tenho visto, os que lavram iniquidade e semeiam o mal segam isso mesmo”, Jó 4.7,8.
- “Mas ao necessitado livra da espada da sua boca, e da mão do forte”, Jó 5.15.
- “Porventura, perverteria Deus o direito, e perverteria o Todo-poderoso a justiça? Se teus filhos pecaram contra ele, também ele os lançou na mão da sua transgressão. Mas, se tu de madrugada buscares a Deus e ao Todo-poderoso pe-

dires misericórdia, se fores puro e reto, certamente, logo despertará por ti e restaurará a morada da tua justiça”, Jó 8.3-6; cf. também 11.13-20; 18.5-21 etc.

Esses provérbios, porém, não se ajustavam ao caso de Jó. São uma exceção. Os seus infortúnios não tiveram como origem algum pecado. Assim, ele não podia arrepender-se de qualquer culpa que tivesse provocado o seu sofrimento. Ele é uma exceção a tais provérbios, como este: “Sendo os caminhos do homem agradáveis ao Senhor, até a seus inimigos faz que tenham paz com ele”, Pv 16.7; cf. também 10.9,15,29; 11.6; 12.7,21; 13.21 etc.

Ao interpretar essa forma de literatura, portanto, devemos estar atentos ao fato de que os provérbios funcionam como verdades gerais. As exceções não determinam que se refute a verdade de cada um. É óbvio que alguns provérbios são de alcance universal, mas eles não têm essa necessidade, contanto que envolva observações do que geralmente acontece no cotidiano. Achadas com freqüência em forma poética, essas observações sábias e memoráveis provêm princípios inspirados nos quais os cristãos podem e devem construir as suas vidas.

Portanto, mesmo que não se possa tornar Provérbios 22.6 absoluto, transformando-o em lei universal, ele revela ainda assim uma grande verdade que deveria encorajar os cristãos a criarem seus filhos nos caminhos do Senhor. O fato de que tais crianças geralmente seguem os passos dos pais deveria motivar-nos a ensiná-los com grande dedicação. Em minha própria experiência, não cesso de ficar impressionado quando encontro pastores, missionários e leigos da segunda e terceira geração, que testemunham a verdade desse provérbio. Há exceções, é óbvio. O escritor de Provérbios estava, sem dúvida, atento aos filhos de Eli, que não seguiram nos caminhos de devoção do pai, bem como das pessoas que tiveram o mesmo comportamento (veja os bons reis de Judá, os quais fizeram o que era reto aos olhos do Senhor, conforme 2 Crônicas 14.1ss, e como alguns foram seguidos por filhos maus). Ainda assim, essas exceções nem sempre prevalecem, como

no caso do filho pródigo, que reconheceu o seu erro, caiu em si e retornou à casa do pai (Lc 15.17; cf. o caso de Manassés em 2 Cr 33.12-16). Os autores dos provérbios bíblicos queriam que os seus leitores os interpretassem como verdades gerais e compreendessem o significado que desejavam transmitir através desse gênero literário.

Perguntas

1. Você é capaz de encontrar, na Bíblia, um provérbio que não tenha sido citado neste capítulo e contenha exceções à verdade geral que ele expressa?
2. Você pode pensar em alguns provérbios dos dias de hoje, os quais aceitamos de boa vontade, embora contenha exceções?
3. Componha um provérbio.
4. Que tipo de poesia é encontrado em Provérbios 10-17? (Veja capítulo 7.)

Profecia

Para muitas pessoas, profecia é sinônimo de predição. Como resultado, os livros proféticos da Bíblia, freqüentemente, são vistos como longas listas de predições relativas a eventos futuros. Contudo, ao lermos a literatura profética, fica evidente que grande parte se constitui de narrativa e proclamação. Este aspecto também se comprova pelo fato de que no cânon hebraico do Antigo Testamento os livros de Josué à 2 Reis são chamados de profetas anteriores. Esta forma de classificação revela que um profeta era compreendido mais como um narrador da mensagem divina do que de eventos futuros. O seu ministério estava, muitas vezes, mais relacionado à proclamação do que predição.

Neste capítulo, porém, o nosso propósito é olhar apenas o aspecto da predição profética, que aparece ao longo da Bíblia, de Gênesis (cf. Gn 3.15; 12.2,3; 27.39,40; 49.1-28) ao Apocalipse. Nos Evangelhos, grandes seções são dedicadas a ela (Mt 24-25; Mc 13; Lc 13.28-35; 21.5-36 etc). Frequentemen-

te, se faz distinção entre “profecia” e “literatura apocalíptica”. Esta, de modo geral, é associada a eventos futuros, de natureza cósmica; profecia a eventos temporais. Porém, tal distinção é muito simplista, pois, como veremos, profecia freqüentemente usa terminologia cósmica em sua representação dos eventos futuros. Neste capítulo, não faremos essa distinção.

Este gênero literário dispõe de regras específicas que foram empregadas pelos autores dos livros proféticos. A expectativa dos profetas era que os seus leitores interpretassem as profecias de acordo com essas regras. Algumas delas, infelizmente, não são claras hoje, o que causa sérias dificuldades na interpretação desse tipo de literatura.

Profecias de julgamento

Uma das regras da literatura profética, para a qual a maioria dos leitores da Bíblia não está atenta, envolve as profecias de julgamento. Um exemplo disso encontra-se em Jonas 3.4, onde o profeta proclama à cidade de Nínive: “Ainda quarenta dias, e Nínive será subvertida”. Quando os ninivitas ouviram esta mensagem, “proclamaram um jejum, e vestiram-se de panos de saco, desde o maior até ao menor” (3.5) e o rei decretou um período de luto e arrependimento. Lemos, então: “E Deus viu as obras deles, como se converteram do seu mau caminho; e Deus se arrependeu do mal que tinha dito lhes faria e não o fez” (3.10).

O que aconteceu com a profecia de Jonas? A falta de julgamento divino fez dele um falso profeta? Não! Aos seus olhos, e também dos ouvintes e leitores da época, tratava-se de uma profecia de julgamento. A regra para esse tipo de profecia encontra-se em Jeremias 18.7,8: “No momento em que eu falar contra uma nação e contra um reino, para arrancar, e para derribar, e para destruir, se a tal nação, contra a qual falar, se converter da sua maldade, também eu me arrependerei do mal que pensava fazer-lhe”. Semelhantemente: “E, no momento em que eu falar de uma gente e de um reino, para o edificar e

para plantar, se ele fizer o mal diante dos meus olhos, não dando ouvidos à minha voz, então, me arrependerei do bem que tinha dito lhe faria” (vv. 9,10; cf. Ez 33.13-15).

Outro exemplo se encontra em Miquéias 3.12, onde o profeta declara, “Portanto, por causa de vós, Sião será lavrado como um campo, e Jerusalém se tornará em montões de pedras, e o monte desta casa, em lugares altos de um bosque”. Em Jeremias 26.16-19, esta profecia é citada e o seu não cumprimento justificado. Nem por isso Miquéias foi considerado um falso profeta. Deus abriu mão do julgamento porque o rei e o povo temeram o Senhor e buscaram o seu favor (v. 19). Ainda, outro exemplo de profecia de julgamento não cumprida está em 1 Reis 21.20-29.

A regra compartilhada por Jonas e os seus ouvintes é que as profecias de julgamento são condicionais. Ele sabia disto. Por isso fugiu da presença do Senhor. Se fosse comissionado a proclamar ao povo de Nínive uma profecia de julgamento irreversível, certamente teria ido com toda alegria. Teria até corrido para pregá-la! Como seria maravilhoso, para Jonas, proclamar aos ninivitas que eles não teriam qualquer escape do julgamento divino que estava por vir!

Jonas, no entanto, sabia que se proclamasse essa profecia, haveria a possibilidade de os ninivitas se arrependerem e, assim, serem poupados. Por isso fugiu. Ele queria que aquele reino brutal fosse condenado e destruído, mas tinha consciência de que, em caso de arrependimento, tal não aconteceria. Esse aspecto fica evidente quando lemos em Jonas 4.1,2: “Mas desgostou-se Jonas extremamente disso e ficou todo ressentido. E orou ao Senhor e disse: Ah! Senhor! Não foi isso o que eu disse, estando ainda na minha terra? Por isso, me preveni, fugindo para Társis, pois sabia que és Deus piedoso e misericordioso, longânimo e grande em benignidade e que te arrependes do mal”. Portanto, uma das regras compartilhadas pelos profetas com os seus ouvintes é que, se eles se arrependem, o julgamento predito nesse tipo de profecia não acontece. Assim, essa regra é parte das “normas de linguagem” desse gênero literário.

A linguagem da profecia

Outro aspecto da profecia com o qual o intérprete precisa estar familiarizado envolve o vocabulário empregado pelos escritores proféticos. Grande parte da terminologia utiliza imagens cósmicas comuns nesse gênero. Por exemplo, na profecia de julgamento, encontrada em Isaías 13.9-11, lemos:

Eis que o dia do Senhor vem, horrendo, com furor e ira ardente, para pôr a terra em assolação e destruir os pecadores dela. Porque as estrelas dos céus e os astros não deixarão brilhar a sua luz; o sol se escurecerá ao nascer, e a lua não fará resplandecer a sua luz. E visitarei sobre o mundo a maldade e, sobre os ímpios, a sua iniquidade; e farei cessar a arrogância dos atrevidos e abaterei a soberba dos tiranos.

Em virtude da linguagem encontrada nessa profecia, muitos intérpretes acreditam que ela se refere ao fim da história. Todavia, está claro, por alguns textos, que se relaciona ao império babilônico, do século VI a.C.: “Peso da Babilônia que viu Isaías, filho de Amoz” (13.1) e: “E Babilônia, o ornamento dos reinos, a glória e a soberba dos caldeus, será como Sodoma e Gomorra, quando Deus as transtornou” (13.19). O reino babilônico que destruiu Jerusalém e o templo construído por Salomão, bem como enviou os membros da alta sociedade judaica ao exílio, estava prestes a experimentar o julgamento divino.

Esse julgamento é descrito em terminologia cósmica, utilizando-se de imagens e simbolismos disponíveis aos profetas quando procuravam descrever a intervenção de Deus na história e o seu soberano domínio sobre os reinos do mundo (cf. Dn 2.21; 4.17,25,34,35; 5.21). Tratava-se de linguagem que não deveria ser interpretada literalmente. O sol não se escureceria de fato; a lua não deixaria de dar sua luz; as estrelas não deixariam de mostrar o seu brilho. O propósito era mostrar que Deus traria julgamento sobre Babilônia, e isto, de fato, aconteceu. A profecia se cumpriu com a tomada do império babilônico pelo império persa. Os leitores souberam do fato. Assim, Babilônia foi

julgada da forma descrita pelas imagens proféticas. Estas, porém, foram compreendidas pelo profeta e seus ouvintes como parte da terminologia empregada nesse tipo de literatura para descrever a intervenção de Deus na história.

As passagens seguintes nos trazem a noção de como é vasto o uso de terminologia cósmica na Bíblia (Is 24.23; Jr 4.28; 13.16; 15.9; Ez 32.7,8; Jl 2.10,31; 3.15; Am 8.9; Hc 3.11; Mt 24.29; Mc 13.24,25; Lc 21.25; Ap. 6.12). Veja, também, Marcos 15.33; Mateus 27.45; Lucas 23.44,45, onde aparecem os mesmos recursos lingüísticos, sem que as imagens ali descritas se tenham realizado literalmente. Esta era, portanto, uma forma comum e compreensível para a época de os profetas se referirem aos atos divinos entre os povos.

A natureza figurativa da linguagem profética

Um exemplo claro de profecia não literal encontra-se em Isaías 11.6-9 e 35.8-10. Descrevendo a paz e segurança, na era messiânica, o autor assim afirma, no capítulo 11:

E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho de leão, e a nédia ovelha viverão juntos, e um menino pequeno os guiará. A vaca e a urso pastarão juntas, e seus filhos juntos se deitarão; e o leão comerá palha como o boi. E brincará a criança de peito sobre a toca da áspide, e o já desmamado meterá a mão na cova do basilisco. Não se fará mal nem dano algum em todo o monte da minha santidade, porque a terra se encherá do conhecimento do SENHOR, como as águas cobrem o mar.

Depois, no capítulo 35, escreve:

E ali haverá um alto caminho, um caminho que se chamará O Caminho Santo; o imundo não passará por ele, mas será para o povo de Deus; os caminhantes, até mesmo os loucos, não errarão. Ali, não haverá leão, nem animal feroz subirá a ele, nem se achará nele; mas os remidos andarão por ele. E os resgatados do Senhor voltarão e virão a Sião com júbilo; e alegria eterna haverá sobre a sua cabeça; gozo e alegria alcançarão, e deles fugirá a tristeza e o gemido.

Ao lermos essas passagens, está claro que teremos problemas se interpretarmos, literalmente, as imagens ali descritas. Na primeira, os animais selvagens estão presentes na era messiânica, vivendo pacificamente com o resto da criação. Na segunda, eles não aparecem. Não há, entretanto, nenhuma contradição na mente do autor. Quando ele escreveu Isaías 35, sabia o que havia sido escrito em Isaías 11, de modo que uma passagem não contradiz a outra. Pelo contrário, o significado pretendido é idêntico. No reino messiânico haverá paz e segurança. A linguagem metafórica pode ser diferente (animais selvagens vivendo pacificamente ou nenhum deles presente), mas o significado que o autor quis transmitir é o mesmo. Não haverá mais guerra, nenhuma briga ou hostilidade. Haverá paz. Não devemos, portanto, confundir a natureza metafórica da linguagem com o significado que transmite.

Outro exemplo se acha em Lucas 3.3-6:

E percorreu toda a terra ao redor do Jordão, pregando o batismo de arrependimento, para o perdão dos pecados, segundo o que está escrito no livro das palavras do profeta Isaías, que diz: Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor; endireitai as suas veredas. Todo vale se encherá, e se abaixará todo monte e outeiro; e o que é tortuoso se endireitará, e os caminhos escabrosos se aplanarão; e toda carne verá a salvação de Deus.

Este resumo da mensagem de João Batista, que cumpre Isaías 40.3-5, encontra-se em cada um dos Evangelhos (Mc 1.3; Mt 3.3; Jo 1.23). Só Lucas, porém, reporta-se à linguagem figurada do profeta, que fala de vales exaltados ou aterrados, montanhas e colinas abatidas, estradas tortuosas endireitadas e lugares escabrosos aplanados. Se o texto fosse interpretado literalmente, requereria mudanças geográficas e topográficas no planeta. Lucas, entretanto, não faz nenhuma menção de que tais transformações físicas tenham acompanhado o ministério de João Batista. Essas imagens são, também, encontradas na literatura intertestamentária: "Pois Deus ordenou que sejam abaixadas toda alta montanha e as colinas eternas, e se encham os vales para se aplanar a terra, a fim de que Israel

possa acorrer com segurança, na glória de Deus” (Baruque 5.7): “E as montanhas altas serão tremidas, e as colinas altas serão abaixadas, e derreterá como cera diante da chama” (1 Enoque 1.6). Está claro, pois, que Lucas entendeu o sentido figurado das imagens empregadas na pregação de João Batista como se referindo à humilhação do orgulhoso e a exaltação do arrependido (cf. Lc 14.11 e 18.14, sobre os termos humilhação e exaltação).

A descrição da Nova Jerusalém, em Apocalipse 21, é mais outro exemplo sobre a natureza figurada da terminologia profética. As paredes da cidade são descritas com um total de 144 côvados de espessura (v. 17) (note o simbolismo: $144 = 12 \times 12$; cf. também 7.4-8; 21.12), aproximadamente setenta metros! Esta descrição tem por finalidade indicar a segurança da Nova Jerusalém. Quem poderia penetrar por paredes tão fortes e espessas? Contudo, lemos também que os portões da cidade nunca estão fechados (v. 25). De que adiantam paredes tão resistentes, se eles permanecem abertos? E se os portões de

As características essenciais de uma profecia bíblica



uma cidade são o ponto mais vulnerável de seu sistema de defesa, porque alguém iria querer doze de uma vez (v. 12)? A verdade é que o profeta usou metáforas diferentes, à primeira vista contraditórias, mas com a mesma idéia. Paredes espessas revelam segurança e os portões abertos o tempo todo paz. O significado da linguagem figurada está, portanto, evidente. (Para outros exemplos de terminologia figurada na profecia, compare: Is 3.24—4.1; 34.1-17; Jr 4.23-31; 15.8,9; Na 1.4,5; Hc 1.6-9; Mc 13.14-16.)

Significado “implícito” do texto

Há ocasiões em que a profecia parece ter uma realização diferente daquela que o profeta, aparentemente, esperava. (Para essa questão, veja os exemplos em Mt 1.22,23; 2.15,17,18; Jo 12.15; 1 Co 10.3,4.) É possível que uma profecia tenha um significado além daquele pretendido pelo autor? Segundo este ponto de vista, enquanto o profeta tinha uma verdade a ser transmitida com a sua mensagem, Deus, utilizando-se do mesmo vocabulário e das mesmas normas de linguagem do texto, tinha em mente outro significado para a profecia. Se aceitarmos esta possibilidade, então o significado “implícito” só poderá ser conhecido após a realização do fato. O significado pretendido pelo profeta é acessível por causa do contexto. Conhecemos o vocabulário, a gramática, o estilo e a forma literária utilizados; tudo isto auxilia na compreensão daquilo que o profeta quis transmitir. Mas e o significado “implícito” do texto? Como podemos descobri-lo?

Aqui surgem, então, duas dificuldades. A primeira é como descobrir, hoje, o significado “implícito” de uma profecia, o qual até mesmo o profeta não conhecia. Parece falta de humildade, e mesmo arrogância, pensar que o nosso conhecimento é maior do que o dos profetas inspirados; que podemos saber o significado “implícito” de suas palavras, sem que eles mesmos o soubessem. Há dois erros com esse raciocínio: de um lado, o interprete se coloca acima da inspiração divina; de outro, a razão é elevada a tal ponto que o conhecimento

posterior é maior do que o anterior. (Um exemplo disso pode ser visto na questão relacionada ao retorno de Cristo, em que pessoas reivindicam o conhecimento do tempo de sua vinda, ainda que o próprio Jesus tenha dito claramente que não dispunha dessa informação. Somente o Pai, Mc 13.32.)

A outra dificuldade consiste no fato de que o significado “implícito” da profecia só pode ser conhecido após realizar-se. Ninguém é capaz de ter acesso a essa suposta revelação antes que ela tenha lugar. Assim, sob o ponto de vista pragmático, insistir nessa busca é desperdiçar energia com algo de pouca importância, correndo o risco de cair no terreno puramente especulativo.

Ao invés de ficar tentando separar o significado “implícito” do significado pretendido pelo autor, é mais sábio procurar descobrir se o que está supostamente “implícito” é, na realidade, uma implicação do significado transmitido. Desta forma, quando Paulo, em 1 Coríntios 9.9, como justificativa em favor dos ministros que vivem do evangelho, cita Deuteronômio 25.4 (“Não atarás a boca ao boi, quando trilhar”), não se trata de um significado “implícito”, sem qualquer conexão com o significado pretendido pelo autor do Pentateuco. Antes, é uma implicação legítima do que se encontra no texto mosaico. Pois, se aos animais é permitido compartilhar do resultado de seu próprio trabalho, quanto mais ao homem, imagem e semelhança de Deus. Assim, quem proclama o evangelho tem o direito de compartilhar dos benefícios desse trabalho. Paulo, portanto, não está fazendo uso de um significado “implícito” e diferente do significado pretendido pelo autor de Deuteronômio. Pelo contrário, embora esta implicação fosse desconhecida a Moisés, é parte consciente de seu padrão de significado. Talvez, os exemplos de Mateus 1.22,23 e 2.15 sejam melhor compreendidos se analisados como implicações das profecias de Isaías 7.14 e Oséias 11.1. Considerando o fato de Isaías ter afirmado que, em seus dias, uma donzela daria à luz um filho chamado Emanuel, o significado pretendido pelo autor também permite aceitar que a forma como se deu o nascimento de Jesus tenha sido uma

implicação da profecia. De modo semelhante, assim como Deus mostrou sua fidelidade com relação ao pacto, libertando Israel do Egito e conduzindo-o à terra prometida, como registrou Oséias, a implicação do texto é Deus trazendo seu Filho, Jesus, de volta do Egito à terra de Israel. Não são, portanto, significados diferentes ou “implícitos”, mas implicações do mesmo padrão de significado.

Observações finais

No início da minha vida cristã, fui ensinado que as profecias da Bíblia são como fotografias de eventos futuros. Com o tempo, porém, me dei conta da linguagem figurada usada pelos profetas. Assim sendo, eu sugeriria outra analogia. Talvez melhor.

Há considerável diferença entre a arte dos séculos XV, XVI e XIX. A arte do século XV e do século XVI é realista, buscando reproduzir objetos com as mesmas semelhanças, a exemplo do que faz, hoje, o fotógrafo. Uma pintura daqueles dias mostra a pessoa sendo retratada em pormenores. Nada escapa ao pintor. É importante observar bem de perto para perceber o valor da obra. Os detalhes são surpreendentes. Por outro lado, os artistas do século XIX tendem a ser mais impressionistas nas suas pinturas. Frequentemente, suas obras são uma espécie de “globalização” das tintas. Para se ter melhor compreensão, é importante ficar a uma certa distância dos quadros, para observá-los como um todo e, assim, entender o que o pintor quis transmitir. Na minha concepção, os profetas “pintaram” a sua mensagem mais ao estilo das linhas dos impressionistas do século XIX, como Monet e Renoir, do que à maneira das escolas flamengas e italianas dos séculos XV ou XVI.

Na interpretação de literatura profética, temos que nos lembrar que o significado é determinado pelo autor. Este, ao compartilhá-lo, lançou mão de uma forma particular de linguagem, submetendo-se às regras que a governam, conhecidas de seus leitores/ouvintes. Se quisermos, portanto, entender o significado pretendido pelo profeta, precisamos ter conhecimento

dessas regras e interpretar sua obra à luz do contexto histórico e literário de seus dias. Se arrancarmos a sua profecia desse contexto e negligenciarmos as respectivas regras, nunca entenderemos o significado que o autor quis transmitir. Em vez disso, trataremos a mensagem como borrões de tinta, onde colocaremos o nosso próprio significado. Como resultado, já não será mais a “palavra do profeta inspirado por Deus”, mas a “palavra de um leitor confuso”. Estaremos, então, “ensinando doutrinas que são mandamentos de homens” (Mc 7.7) .

Quando interpretamos as profecias dentro de seus contextos históricos e literários, torna-se evidente que uma predição futura, na época em que o profeta escreveu, pode não sê-lo “hoje”, quando lemos a profecia. Numerosas predições proféticas já se cumpriram, como, por exemplo, a destruição de Jerusalém (Jeremias e Ezequiel); o julgamento de nações, tais como, Samaria (Oséias, Amós, Miquéias), Babilônia (Is 13—14; 21; 47; Jr 50—51; e Daniel), Edom (Obadias), Moabe (Is 15—16), Damasco (Is 17), Etiópia (Is 18), Egito (Is 19), Tiro (Is 23), Nínive (Naum; Zc 2), Filístia (Zc 2); o retorno dos judeus do exílio babilônico (Is 40-66; Jr 30-33; Ez 40-48; Mq 4—5; Ageu, Zacarias); o nascimento, ministério, morte e ressurreição de Jesus Cristo (Is 4; 7; 9; 11; 40; 53; Jr 23; 33; Mq 5; Zc 3); a vinda do Espírito, no Pentecoste (Jr 31; Jl 2). Há outras que esperam realização, como a chegada da grande tribulação (Mt 24; Mc 13; 2 Ts 2); o aparecimento glorioso do filho de Homem (Mt 24; Mc 13; 1 Ts 4; 2 Ts 2) e o julgamento final (Mt 25; Ap 20). Buscando entender o significado pretendido pelo autor para a situação na qual ele escreveu, evitaremos interpretar certas profecias já cumpridas, como se ainda fossem predições para o futuro.

Perguntas

1. Diferente da mensagem de Jonas contra Nínive, há profecias de julgamento na Bíblia que se realizaram e o profeta soube de antemão que aconteceriam. Isto refuta o que dissemos sobre profecias de julgamento neste capítulo?

2. Leia Marcos 13.12-27. Algumas terminologias utilizadas nesta passagem são figuradas? Algumas literais? Em que base podemos decidir a questão?
3. Qual a diferença entre narrador da mensagem divina e narrador de eventos futuros?
4. A maior parte das profecias do Antigo Testamento, encontrada em Isaías, Jeremias e Ezequiel, já teve o seu cumprimento ou ainda aguarda o futuro? Como decidir a questão?

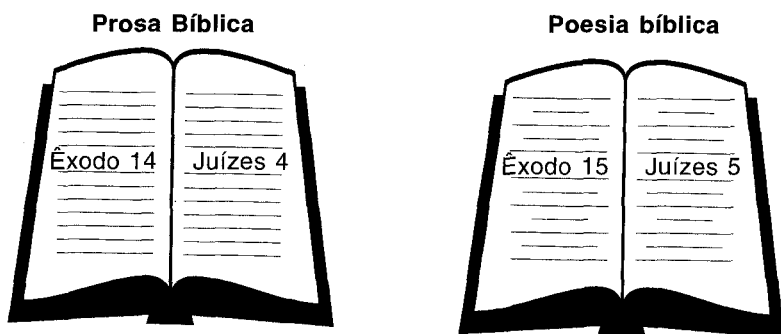
Poesia

A poesia é uma das formas literárias encontrada com maior frequência na Bíblia. Várias características a distinguem da prosa. A mais importante é o paralelismo com o seu equilíbrio rítmico entre os versos. Outra é a concisão. Na poesia, as frases tendem a ser muito menor e com igual duração, comparando-se à prosa, onde há grande variedade no tamanho das orações. Tende, também, a usar poucas conjunções e partículas. (Estudo recente mostrou que a prosa hebraica costuma usar o sinal do objeto direto [*'et*], o pronome relativo [*'asher*] e o artigo definido [*ha*] de seis a oito vezes mais do que a poesia.) Por outro lado, poesia utiliza mais a linguagem figurada.

Em traduções mais antigas, como a Almeida Revista e Corrigida, as seções poéticas não se distinguem, claramente, da prosa. Nas traduções modernas, todavia, podem ser perfeitamente identificadas. Se passarmos os olhos pelos livros históricos do Antigo Testamento, de Gênesis à 2 Crônicas, encontraremos a maior parte do texto disposto em forma de parágrafos,

como prosa. Por outro lado, se folhearmos os livros de Jó, Salmos, Provérbios, Isaías e outros profetas, veremos que grande parte do texto aparece em linhas quebradas, como poesia. Até mesmo nos livros escritos em prosa encontraremos seções poéticas (veja, Gn 3.14-19; 4.23,24; 49; Êx 15; Dt 32-33; Jz 5).

A comparação entre poesia e prosa



O uso da poesia nos tempos antigos (como em nossos dias) indica que o escritor não tinha como principal finalidade os detalhes da descrição ou a precisão científica, e sim tocar as emoções e trazer à tona outro tipo de impressão. Assim, esse gênero se classifica como literatura não-referencial (veja, pp. 79-81). Médicos não usam poesia para descrever os problemas de saúde dos pacientes, mas os namorados o fazem quando procuram expressar o seu amor um pelo outro. Os poetas bíblicos, freqüentemente, usaram esta forma no louvor e adoração a Deus. Eles tinham em mente, porém, que os seus leitores interpretariam essa linguagem poética de acordo com as regras que a governam. Para nossa satisfação, há pelo menos dois lugares na Bíblia em que o mesmo evento aparece descrito, lado a lado, em prosa e poesia. Isto nos permite comparar ambos os gêneros no mesmo contexto e ver que funcionam de modo diferente, embora transmitam em cada exemplo exatamente o que o autor quis dizer pelos símbolos verbais empregados.

No quarto capítulo do livro de Juizes, o autor descreve em forma de prosa a derrota de Sísera, comandante do exército cananeu, pelas tribos israelitas de Naftali e Zebulom. O exército de Israel é conduzido pela profetisa Débora e pelo relutante Baraque. A batalha é descrita sob a forma de narrativa histórica nos versículos 12-16, bem como a morte de Sísera, nos versículos 17-22. Um resumo conclui o relato nos versículos 23 e 24. No capítulo 5, todavia, a linguagem para descrever o mesmo fato é bastante diferente. A prosa do capítulo 4 dá lugar à poesia, como se vê declarado no versículo 1: “Naquele dia, *cantaram* Débora e Baraque...” (*Revista e Atualizada*). Cântico é uma forma de poema.

Quando comparamos a descrição poética do capítulo 5 com a prosa do capítulo 4, usando a mesma versão, notamos várias diferenças. Lemos, por exemplo, em 5.4,5:

Saindo tu, ó Senhor, de Seir
marchando desde o campo de Edom,
a terra estremeceu;
os céus gotejaram,
sim, até as nuvens gotejaram águas.
Os montes vacilaram diante do Senhor,
E até o Sinai, diante do Senhor,
Deus de Israel.

Aqui, em contraste com o capítulo 4, lemos que “a terra estremeceu” e “os montes vacilaram”, quando Deus conduziu o seu povo para a batalha. No passado, alguns comentários interpretaram a passagem literalmente, como se terremotos tivessem contribuído para a derrota de Sísera e o seu exército. É interessante notar, todavia, que não há nenhuma referência a abalos sísmicos na descrição em prosa do capítulo 4. Mas, ao apropriar-se do gênero poético, no capítulo 5, o autor faz uso da liberdade de lançar mão de simbolismos para descrever o que pretendia. Assim, não podemos interpretar essa linguagem de forma literal, mas em seu significado simbólico. As expressões “a terra estremeceu” e os “montes vacilaram” implicam em que o povo de Israel, sob o comando de Deus,

teve uma vitória decisiva e inquestionável sobre os seus inimigos, que ficaram amedrontados. A utilização do gênero, portanto, teve como principal finalidade levar o povo ao regozijo, ao invés de compartilhar informações sobre os detalhes técnicos da batalha.

Encontramos, também, em Juízes 5.19,20, a seguinte descrição:

Vieram reis e pelejaram;
pelejaram os reis de Canaã
em Taanaque,
junto às águas de Megido;
porém não levaram
nenhum despojo de prata.
Desde os céus pelejaram
as estrelas contra Sísera,
desde a sua órbita fizeram.

Novamente, em virtude do desconhecimento do uso da forma poética em muitas passagens do Antigo Testamento, vários comentaristas do passado também interpretaram a expressão “desde os céus pelejaram as estrelas”, como indicando que Deus enviara chuvas de meteoros sobre o exército cananeu (à semelhança de Js 10.11) e tenha assim ajudado os israelitas a derrotar os seus inimigos. Mesmo que não haja qualquer alusão a essa possibilidade no relato em prosa do capítulo 4! Isto nos obriga mais uma vez a questionar se o autor queria, no capítulo 5, que os seus leitores interpretassem literalmente suas palavras. É mais lógico supor que, através de uma canção, procurasse descrever o que aconteceu quando Israel entrou na batalha. Assim, quando o poeta se refere às estrelas lutando em favor da nação judaica, tem por objetivo afirmar que Deus estava com o seu povo, dando-lhe coragem e impondo medo nos inimigos.

Uma ilustração final sobre a natureza poética do capítulo 5 pode ser vista, comparando-se a descrição da morte de Sísera, em 5.24-30, com o relato de 4.17-22. Neste, o autor retrata Sísera fugindo a pé (4.17), explica por que confiou em Jael (v.

17), como Jael o saudou (v. 18), como Sísera estava sedento (v. 19), e que Sísera adormeceu de esgotamento, quando Jael cravou-lhe uma estaca na têmpora (v. 21). Nada disso, todavia, é “cantado” no capítulo 5. Pelo contrário, o paralelismo sinonímico dos versículos 25-27 revela que a preocupação do autor não era fazer uma descrição cuidadosa do que aconteceu, mas cantar a derrota do inimigo de Israel:

e deu o golpe em Sísera,
rachou-lhe a cabeça,
furou e traspassou-lhe as fronte.
Aos pés dela se encurvou,
caiu e ficou estirado;
a seus pés se encurvou e caiu;
onde se encurvou, ali caiu morto (Jz 5.26b,27).

Outro exemplo em que o mesmo evento aparece descrito, lado a lado, tanto em prosa quanto em poesia, encontra-se em Êxodo 14—15. O capítulo 14 narra em prosa a destruição de Faraó e seus exércitos no mar Vermelho, enquanto perseguiram Israel. Já o capítulo 15 refere-se ao mesmo fato em linguagem poética. Isto fica claro nas palavras introdutórias do texto: “Então, entoou Moisés e os filhos de Israel este *cântico* ao Senhor...” (v. 1). Na versão poética da vitória do Senhor sobre os egípcios, várias descrições não podem ser interpretadas literalmente:

Cantarei ao Senhor,
porque triunfou gloriosamente:
lançou no mar o cavalo e o cavaleiro (v. 1).

Lançou no mar os carros de Faraó
e o seu exército;
e os seus capitães afogaram-se
no mar Vermelho (v. 4).

Na grandeza da tua excelência,
derribas os que se levantam contra ti;
envias o teu furor,
que os consome como restolho (v. 7).

Com o resfolgar das tuas narinas
amontoaram-se as águas,
as correntes pararam em montão;
os vagalhões coalharam-se
no coração do mar (v. 8).

Estendeste a tua destra;
a terra os tragou (v. 12).

Cantai ao Senhor,
porque gloriosamente triunfou
e precipitou no mar
o cavalo e o seu cavaleiro (v. 21).

No texto acima, a descrição sobre como Deus libertou o seu povo do exército de Faraó é altamente metafórica. Nos versículos 1, 4 e 21, Ele é descrito como um guerreiro de poder, que, com a força de suas mãos, lança as tropas egípcias no mar Vermelho. No capítulo 14, por outro lado, Faraó e os seus soldados aparecem como tendo seguido o povo de Israel até o mar Vermelho e se afogado, após as águas retornarem ao seu curso normal. Em 15.7 eles são consumidos “como restolho”, ainda que, segundo o capítulo 14, não tenham sido queimados, mas “afogados”. Porém, isto não cria nenhum problema para o escritor, pois a expressão “que os consome como restolho” é uma metáfora comum para julgamento e destruição (cf. Is 5.24; 47.14; Jl 2.5; Ob 18; Na 1.10) tal como Deus fez ao exército de Faraó. (Para outros textos em linguagem poética relacionados aos mesmos eventos, compare 2 Sm 22.1-4 com 22.7-20, e Sl 18.1-3, com 18.6-15.)

Em Colossenses 1.15-20 há um exemplo de poesia no Novo Testamento de difícil interpretação. Embora a maioria das traduções em português verta o texto em prosa, a edição grega de Nestlé-Aland registra-o em forma poética. Segundo a Bíblia de Jerusalém, o paralelismo poético pode ser visto claramente:

A Ele é a imagem do Deus invisível, o Primogênito de toda criatura (1.15).

A¹ Ele é a Cabeça da Igreja, que é o seu Corpo. Ele é o Princípio, o Primogênito dos mortos, (tendo em tudo a primazia) (1.18).

B Porque nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis: Tronos, Soberanias, Principados, Autoridades (1.16);

C tudo foi criado por ele e para ele. Ele é antes de tudo e tudo nele subsiste. Ele é a Cabeça da Igreja, que é o seu Corpo. Ele é o Princípio, o Primogênito dos mortos, (tendo em tudo a primazia) (1.16d-18).

B¹ Pois nele aprovou a Deus fazer habitar toda a Plenitude (1.19).

C¹ e reconciliar por ele e para ele todos os seres, os da terra e os dos céus, realizando a paz pelo sangue da sua cruz (1.20).

A dificuldade de interpretação desta passagem encontra-se no versículo 20. À primeira vista, o versículo parece ensinar o universalismo, doutrina que apregoa a salvação de todas as pessoas na consumação dos séculos. O problema não é que os evangélicos não queiram ser universalistas; pelo contrário, todos temos amigos e parentes incrédulos e ninguém admite a idéia de vê-los perecer eternamente. Se me fosse permitida a escolha, optaria pelo universalismo. Mas esta questão não se decide pela minha vontade, mas pela soberania de Deus. Vários textos da Bíblia afirmam que se alguém morre sem ter-se arrependido e posto sua fé em Cristo não será salvo, mas sofrerá, no inferno, a eterna separação de Deus. Assim, o grande problema desta passagem é que parece estar em conflito com o restante do ensino na Bíblia, principalmente as cartas do próprio Paulo (Rm 2.6-10; 1 Ts 5.9; 2 Ts 1.9 etc.).

Há várias tentativas de se resolver este problema. Uma das mais conhecidas procura entender a reconciliação universal de Cl 1.20 à luz de Cl 2.15 e Fp 2.10,11. Sob este aspecto, em virtude da hostilidade entre Deus e “todos os seres”, a “reconciliação” só acontece quando todos se submetem ao seu Senhorio. É o tipo de paz que ocorre porque Deus esmaga Satanás (Rm 16.20). Mas essa reconciliação não significa uma paz serena e feliz, mediante a qual cessam a hostilidade e

oposição. Pelo contrário, por causa dela todos os inimigos se submetem à soberania de Deus, reconhecendo o seu Senhorio sobre todas as coisas. O que implica em afirmar que Ele julga e condena o infiel ao julgamento eterno.

Porém, a melhor forma de interpretar Colossenses 1.20, talvez seja levar em conta a natureza poética desta passagem. É interessante notar que, no grego, a palavra da qual se traduz “todo” “todas” e “tudo” é usada oito vezes. Não é algo surpreendente, pois na literatura judaica e grega contemporâneas de Paulo o termo aparece com grande freqüência em declarações que descrevem o papel de Deus na criação. Este fato aliado à natureza poética da passagem deixa entender que o autor não pretendia uma interpretação literal do vocábulo, pressupondo qualquer idéia universalista. É importante notar o equilíbrio poético nos versículos abaixo:

tudo (*ta panta*) foi criado por ele (*di'autou*) e para ele (*eis auton*) (1.16d).

e reconciliar por ele (*di'autou*) e para ele (*eis auton*) todos os seres (*ta panta*) (1.20a).

Levando em conta o paralelismo poético acima descrito, devemos ter cuidado para não tentar interpretar literalmente este gênero literário. Colossenses 1.15-20 é melhor compreendido como uma declaração em forma de poesia (pode ser até mesmo uma canção), que celebra a obra criadora e redentora de Jesus como o Senhor de toda a criação. Não é recomendável, portanto, exigir do gênero uma precisão literal ou científica, a exemplo da prosa.

O significado de Colossenses 1.15-20, portanto, é aquele que Paulo pretendeu transmitir quando escreveu o texto. Mas ao fazê-lo, aceitou a sua natureza poética. Assim, não cabe forçar o sentido da palavra “tudo”. O apóstolo quis revelar, nesse poema, que Jesus Cristo é Deus, o único herdeiro do mundo (ele é o “primogênito”), por quem este foi criado, que Ele existiu antes de todas as coisas, que é o cabeça da Igreja e seu redentor, e que através de seu sacrifício vicário

reconciliou o pecador com Deus. Querer que cada declaração seja interpretada literalmente é violar as normas literárias da poesia.

Formas específicas de poesia

Normalmente, quando pensamos em poema, duas coisas nos vêm à mente: rima e ritmo. Ambos são encontrados, por exemplo, no hino 531 da Harpa Cristã:

Leva tu contigo o nome
De Jesus, o Salvador!
Este nome dá conforto
Hoje, sempre e onde for.

A rima está presente nas palavras “Salvador” e “for”, do segundo e quarto versos. Ambos têm, também, o mesmo ritmo, pois são versos setissílabos. Ritmo é até mesmo mais essencial para a poesia do que rima. De modo semelhante, o essencial na poesia bíblica é o “paralelismo”. (Para exemplos de rima em poesia, veja Is 5.7 e 33.22 no texto hebraico.) Isto significa que os versos da poesia hebraica têm similar cadência. O termo original para descrever esse paralelismo chamava-se *parallelismus membrorum*. (Robert Lowth cunhou esta expressão para referir-se à poesia hebraica, em 1753, quando escreveu sua obra em latim.) Esse paralelismo rítmico pode ocorrer de diferentes formas. (A conveniência das designações seguintes tem sido debatida, mas elas são tradicionais e nenhuma das designações alternativas ganhou aprovação universal.)

Paralelismo Sinonímico

Nesse tipo de paralelismo, os versos expressam pensamento semelhante ao precedente, às vezes desenvolvendo e fortalecendo a idéia ou até mesmo repetindo-a, como nos seguintes exemplos:

Pedi, e dar-se-vos-á;
buscai e encontrareis;

batei, e abrir-se-vos-á.
 Porque aquele que pede recebe;
 e o que busca encontra;
 e, ao que bate, se abre (Mt 7.7,8).

Santificado seja o teu nome.
 Venha o teu Reino.
 Seja feita a tua vontade, tanto na terra como no céu (Mt 6.9c,10).

No primeiro exemplo, temos três versos paralelos, que, para todos os fins, repetem o mesmo pensamento. “Pedir”, “buscar” e “bater” são simplesmente modos distintos de dizer a mesma coisa. No caso específico da oração, podem ser considerados termos sinônimos, pois não denotam súplicas distintas ou de diferentes níveis de intensidade. Semelhantemente, “dar”, “encontrar”, “abrir” e “receber” são formas variadas de declarar: “Deus responderá as suas orações”. (O uso de verbos na voz passiva permitia ao judeu devoto evitar o perigo de usar o nome de Deus em vão.)

No segundo exemplo, extraído da Oração do Pai Nosso, temos, também, uma repetição da essência do mesmo pensamento. Qualquer dos três versos implica no retorno de Cristo para estabelecer o reino, ocasião em que a história, como sabemos, terá chegado ao fim. Só então o nome de Deus será santificado, o seu governo estabelecido e a sua vontade cumprida “tanto na terra como no céu”. Assim, a Oração do Pai Nosso revela o mesmo desejo da igreja primitiva, quando expressou:

Maranata, “ora, vem, Senhor Jesus” (1 Co 16.22; Ap 22.20).

Amai a vossos inimigos,
 fazei bem aos que vos aborrecem,
 bendizei os que vos maldizem
 e orai pelos que vos caluniam (Lc 6.27,28).

Neste exemplo, outra vez aparece a repetição de pensamentos semelhantes. No primeiro verso, todavia, o ensino é mais geral: “Amai os vossos inimigos”, enquanto os três versos seguintes tratam de situações específicas sobre como esse amor

deve ser manifestado. Aplica-se também a mesma regra em Marcos 3.4, quando Jesus pergunta: “É lícito no sábado fazer bem ou fazer mal? Salvar a vida ou matar?” A primeira questão expõe o pensamento geral (fazer o bem — fazer o mal), enquanto a segunda tem aplicação mais específica (vida — morte).

No paralelismo sinonímico, o número de versos pode alterar-se. Porém, a forma mais comum é a que usa, no mínimo, dois versos (veja, Is 54.1a, b [Gl 4.27a, b]; Mc 3.24,25; 8.18; Rm 11.33). Mas há, também, exemplos de três (Sl 100.1,2; Is 51.11; Jr 9.23; Os 5.1; Am 8.10; Mq 1.7; Mc 9.43-48; Lc 23.29; 1 Co 13.1-3) e, até mesmo, de quatro versos paralelos (Jr 2.8; 4.23-26; 5.17; Lc 6.29,30,37,38; 17.27; Mc 13.24,25; Mt 10.35). Se sabemos que uma declaração foi escrita sob a forma de paralelismo sinonímico, isto nos permite extrair daí um proveitoso princípio interpretativo. Cada verso, em tais exemplos, tem que estar afirmando o mesmo do verso precedente ou uma verdade a ele relacionada. Assim, se no Pai Nosso não temos certeza sobre o que significa orar para que o nome de Deus seja santificado, somos ajudados a entendê-lo mediante o paralelismo, percebendo que este pedido é semelhante ao do verso seguinte para que Deus envie o seu reino. Através da leitura dos Evangelhos, sabemos que o reino de Deus foi inaugurado com a vinda de Jesus e a descida do Espírito, mas ainda espera a sua consumação gloriosa. Portanto, orar desta forma significa pedir para que Deus traga o fim da história e estabeleça o seu reinado glorioso na terra. Assim, os três versos do Pai Nosso usados como exemplo têm o mesmo sentido. Trata-se de uma oração por algo muito além do que Deus pode fazer em nossos corações, na vida das pessoas com quem adoramos, e até mesmo entre a cristandade em geral. É olhar adiante, para aquele grande dia quando todo joelho se dobrará e toda língua confessará que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai (Fp 2.10,11).

Semelhantemente, se desejo saber como amar os meus inimigos, Lucas 6.27,28 fornece a dica. O uso da regra do paralelismo sinonímico nos permite entender completamente o sentido desse texto de quatro versos paralelos. Eles não

falam de emoções, mas requerem certos atos amorosos para com os inimigos: fazer o bem, bendizer-lhes e orar por eles. Não é algo genérico que envolve apenas sentimentos, mas sobretudo ação. É levar as pessoas a terem atos de amor e bondade por quem as odeia.

Paralelismo antitético

Nessa forma de poesia, o segundo verso contrasta com o primeiro. Em vez de valer-se do paralelismo sinonímico, onde as idéias se repetem ou se relacionam com o conteúdo geral encontrado no primeiro verso, estabelece uma declaração antitética (que apresenta antítese). Esta é a forma mais comum de paralelismo na Bíblia. Nos ensinamentos de Jesus temos mais de cento e trinta exemplos. No livro de Provérbios, há capítulos inteiros que a utilizam (10—15). Eis alguns exemplos:

Melhor é a comida de hortaliça onde há amor
do que o boi gordo e, com ele, o ódio (Pv 15.17).

O filho sábio alegra a seu pai,
mas o filho louco é a tristeza de sua mãe (Pv 10.1).

Assim, toda árvore boa produz bons frutos,
e toda árvore má produz frutos maus.
Não pode a árvore boa dar maus frutos,
nem a árvore má dar frutos bons (Mt 7.17,18).

Quem é fiel no mínimo também é fiel no muito;
quem é injusto no mínimo também é injusto no muito (Lc 16.10).

Portanto, qualquer que me confessar diante dos homens, eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus.
Mas qualquer que me negar diante dos homens, eu o negarei também diante de meu Pai, que está nos céus (Mt 10.32,33).

Enquanto o paralelismo sinonímico é composto de dois, três ou quatro versos, o paralelismo antitético, por causa de sua natureza, limita-se normalmente, a dois versos. Isto pode ser visto nos exemplos acima.

Ao interpretar essa forma literária, devemos ter em mente que se entendermos qualquer das duas declarações que compõem o exemplo, estaremos também em condições de compreender a outra. É importante lembrar, ainda, que quando falamos de paralelismo antitético estamos lidando com poesia e não prosa. Assim, se o texto examinado parece, à primeira vista, estar em conflito com outro, devemos voltar a atenção para a natureza poética da passagem.

Paralelismo progressivo

Nessa forma de paralelismo, o segundo verso reproduz o pensamento do primeiro, mas ao invés de repeti-lo ou simplesmente relacioná-lo com o anterior, como no paralelismo sinonímico, adiciona um novo pensamento. Como resultado, embora os dois pensamentos possam estar relacionados, o segundo eleva o primeiro ao nível mais alto, onde ocorre uma espécie de clímax. Eles não são freqüentes na Bíblia, mas veja alguns exemplos:

Quem vos recebe a mim me recebe;

e quem me recebe a mim, recebe aquele que me enviou (Mt 10.40).

Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas;

não vim ab-rogar, mas cumprir (Mt 5.17).

No primeiro exemplo há um claro avanço na segunda declaração em relação à primeira. Quem recebe um discípulo, na verdade, está recebendo Jesus e, em troca, o próprio Deus. O segundo exemplo, por sua vez, revela que muito longe de vir anular o Antigo Testamento (a Lei e os Profetas), Jesus veio para dar-lhe pleno cumprimento. Para Mateus, isto significa não só a realização das profecias pela morte sacrificial de Jesus, mas a demonstração do verdadeiro significado dos ensinamentos do Antigo Testamento. Assim, o texto seguinte de Mateus 5.18-42 não determina a rejeição da lei por Jesus, mas a forma

como ele entendia que seus ensinamentos deveriam ser cumpridos. Outros exemplos dessa forma literária encontram-se em Mateus 6.22,23 e 10.34 e em Lucas 10.16.

Paralelismo de quiasmo

Outra forma de paralelismo poético envolve uma estrutura particular chamada quiasmo, na qual as declarações paralelas se invertem sob a seguinte forma: a b // B A. A primeira declaração consiste em duas partes (a e b), como também a segunda, só que esta aparece em ordem inversa (B e A). O gênero pode ser melhor compreendido pelos seguintes exemplos:

E o que a si mesmo se
exaltar (a)

será *humilhado*; (b)
e o que a si mesmo se *humilhar* (B)

será *exaltado* (A) (Mt 23.12).

Ninguém pode servir a dois
Senhores, porque ou há de
odiar um (a)

e *amar* o outro (b)
ou se *dedicará* a um (B)

e *desprezará* o outro. (A)
Não podeis servir a Deus e a
Mamom (Mt 6.24).

Porque qualquer que quiser
salvar a sua vida (a)

perdê-la-á, (b)
mas qualquer que *perder* a
sua vida por amor de mim e
do evangelho, (B)

esse a *salvará* (A) (Mc 8.35).

Estes exemplos, além de serem quiasmos, são também paralelismo antitético. Outros podem ser encontrados em Mateus 7.6 (cão — a; porco — b; pisar [porcos o fazem] — B; despedaçar [os cães o fazem] — A); Mc 2.22 (vinho novo — a; odres velho — b; vinho novo rompe os odres — B; entorna-se o vinho — A); Mc 2.27 (sábado — a; homem — b; homem — B; sábado — A); Mc 9.43 (mão — a; cortar fora — b; mutilar — B; duas mãos — A); Mc 10.31 (primeiro — a; derradeiro — b; derradeiro — B; primeiro — A); Rm 2.7 (a), 8 (b), 9 (B), 10 (A); Fp 2.6 (a), 2.7 (b), 2.8 (B), 2.9-11 (A); Is 22.22 (abrir — a; fechar — b; fechar — B; abrir — A); Is 29.17 (Líbano — a; campo fértil — b; campo fértil — B; bosque — A); Jr 2.19 (castigará — a; tuas maldades — b; tuas apostasias — B; serão repreendidas — A). Torna-se claro mais uma vez que o conhecimento da forma literária empregada (a poesia, no capítulo em apreço) nos oferece condições de melhor entender como as várias partes se relacionam e, assim, chegar ao significado pretendido pelos escritores bíblicos.

(Outra forma poética às vezes mencionada é o paralelismo sintético. Pelo fato de haver, ainda, bastante confusão no modo de defini-lo e de não se entender exatamente como funciona, por ser o mais ambíguo, não lidaremos com ele.)

Conclusão

É impressionante a quantidade de poesia encontrada na Bíblia e nos ensinamentos de Jesus. No mundo dos escritores bíblicos, essa forma de expressão era comum. Tanto é que a poesia bíblica é abundante em recursos de natureza metafórica, de modo que não podemos ler um texto bíblico escrito em linguagem poética sem “sentir” a batida do coração dos autores. Embora a poesia possa fazer isso, eles não estavam interessados somente em fornecer informações, quando utilizavam essa forma de literatura. Profundamente tomados de sentimento, tinham como propósito impressionar os seus leitores e levá-los a uma decisão diante da importância do que estavam dizendo.

Outra razão pela qual a literatura poética aparece em grande quantidade na Bíblia se deve ao fato de os ouvintes pertencerem a uma sociedade voltada para a tradição oral. Como o porta-voz da mensagem divina poderia ajudar os ouvintes a retê-la? Não havia a expectativa de que eles tomassem nota daquilo, nem mesmo que gravassem em fita cassete — coisa que não existia na época. Para facilitar, adotou um sistema que lembrasse mais pelas formas. A natureza rítmica da poesia serve bem a esse propósito.

Em nossa tentativa de compreender o significado desse tipo de literatura bíblica, precisamos lembrar-nos de duas coisas importantes: a natureza da poesia, ou seja, o uso de coisas pitorescas e palavras não literais, e a forma particular de cada estrutura poética, isto é, o paralelismo sinonímico, antitético etc. Interpretar poesia como se fosse prosa conduzirá ao erro. Vez ou outra, encontraremos dificuldades na interpretação tanto da prosa quanto da poesia. Entretanto, as regras a serem aplicadas diferem de um gênero para outro. Jamais podem ser confundidas.

Perguntas

1. Por que é necessário diferenciar a poesia da prosa?
2. Leia Provérbios 3-7. Você acha que o texto foi escrito em linguagem figurada? O que mais encontrou: paralelismos “sinonímicos” ou “antitéticos”?
3. Onde mais podemos encontrar poesia na Bíblia?
4. Qual a importância de saber se uma passagem foi escrita sob a forma de paralelismo sinonímico ou antitético?

Expressão Idiomática

A forma literária mais difícil de interpretar é a expressão idiomática. A razão, neste caso, decorre de as palavras que a constituem terem significado diferente daquele pretendido pelo autor ao usar esse tipo de recurso lingüístico. Frequentemente, este significado é bastante diverso e até mesmo contrário ao uso normal daquelas palavras. Só podemos saber se uma combinação de vocábulos constitui expressão idiomática se essa mesma combinação aparece em outros lugares com significado diferente daquele que as palavras constitutivas usualmente apresentam. Veremos, em nosso estudo, que essas palavras formam uma unidade e, como tal, devem ser interpretadas.

Ainda me lembro de um fato curioso ocorrido comigo logo após haver retornado de um período de estudos no exterior. Um amigo me falou sobre algo que, há pouco, havia comprado: “Bob, você deve experimentar isto. É realmente ruim”. Fiquei totalmente confuso com o que ele disse. Naquela mesma semana, ouvi outra pessoa usar a mesma frase sobre algo

que ela, com certeza, gostara. A mesma cena se repetiu quando liguei a televisão. O âncora empregava, também, a expressão em sentido positivo. Pude, então, compreender que durante a minha ausência a frase “é realmente ruim” tornara-se uma expressão idiomática. Ao empregá-la, as pessoas queriam dizer que se tratava de algo “realmente bom”. Este significado, como se vê, é completamente diverso do significado literal das palavras constitutivas.

No português, encontramos numerosos exemplos de expressão idiomática. Normalmente, ouvimos as pessoas dizerem: “Tenha um bom dia”. Apesar de o verbo estar no imperativo, nunca interpretamos a frase como sendo uma ordem. Antes, como uma expressão idiomática para “adeus” ou “até logo”. Também a saudação: “Como vai você?”, não é para ser entendida como uma pergunta a respeito de nossa saúde e bem-estar, mas, simplesmente, como um “alô”. Expressões idiomáticas são bons exemplos do como o significado das palavras não é determinado pelo que usualmente significam, mas pelo que o autor pretendeu dizer com elas.

○ contraste amor/ódio

Na Bíblia, encontramos vários exemplos de expressão idiomática. Certamente os escritores sagrados esperavam que os leitores interpretassem essa forma de linguagem pelas regras que a governam. Uma das mais complexas está em Malaquias 1.2,3:

Eu vos amei, diz o Senhor; mas vós dizeis: Em que nos amaste? Não foi Esaú irmão de Jacó? disse o Senhor. Todavia, amei a Jacó e aborreci a Esaú; e fiz dos seus montes uma assolação e dei a sua herança aos dragões do deserto.

Paulo, ao referir-se à eleição divina, em Romanos 9.13, cita esta passagem, dizendo: “Como está escrito: amei a Jacó e aborreci Esaú”. A natureza incômoda destes versículos logo aparece. Como pode um Deus, cheio de amor (Jo 3.16), odiar Esaú? Se olharmos os vários comentários sobre Romanos, ob-

servaremos que a natureza idiomática desta expressão é, freqüentemente, esquecida.

Minha própria luta com essas passagens e com Lucas 14.26 (“Se alguém vier a mim e não aborrecer a seu pai, e mãe, e mulher, e filhos, e irmãos, e irmãs, e ainda também a própria vida, não pode ser meu discípulo”) só acabou quando eu pude compreender a natureza idiomática do contraste entre amor e ódio na literatura hebraica. Só assim essas passagens finalmente fizeram sentido. O texto-chave que me ajudou a chegar a essa compreensão foi Gênesis 29.30,31: “E entrou também a Raquel e amou também a Raquel mais do que a Léia... Vendo, pois, o Senhor que Léia era aborrecida [literalmente, odiada], abriu a sua madre; porém Raquel era estéril”. No hebraico, amar uma pessoa (Raquel) mais do que outra (Léia) significa amar uma (Raquel) e odiar a outra (Léia). Embora o texto original trabalhe com o contraste entre amor e ódio, o autor de Gênesis seguramente tinha consciência de que Jacó não odiava Léia. Isto fica evidente quando lemos a descrição do relacionamento entre ambos, do qual nasceram seis filhos e uma filha. Jacó não odiava Léia, simplesmente amava mais a Raquel. Normalmente, as traduções mais antigas usam o critério de tradução palavra por palavra, o que não acontece com as traduções modernas, que traduzem pensamento por pensamento.

A natureza idiomática do contraste entre amor e ódio é, também, encontrada em Deuteronômio 21.15-17:

Quando um homem tiver duas mulheres, uma a quem ama, outra a quem aborrece e a amada e a aborrecida lhe derem filhos, e o filho primogênito for da aborrecida, será que, no dia em que fizer herdar a seus filhos o que tiver, não poderá dar a primogenitura ao filho da amada, adiante do filho da aborrecida, que é o primogênito. Mas ao filho da aborrecida reconhecerá por primogênito, dando-lhe dobrada porção de tudo quanto tiver, porquanto aquele é o princípio da sua força; o direito da primogenitura é seu.

As traduções modernas, reconhecendo a natureza idiomática desse contraste, traduzem a passagem enfatizando que o ma-

rido amava uma esposa mais do que a outra. *A Bíblia na Linguagem de Hoje* assim traduziu: “Goste mais de uma do que da outra”. A questão, portanto, não é de uma esposa ser amada e a outra odiada. O texto fala de uma mulher que é amada “mais” do que a outra. O sentido é similar ao da passagem estudada anteriormente. Contudo, segundo a língua hebraica, o autor expressou esse relacionamento lançando mão do recurso idiomático do contraste entre amor e ódio, onde uma esposa era amada e a outra odiada.

A mesma linguagem aparece, também, em Provérbios 13.24: “O que retém a sua vara aborrece a seu filho; mas o que o ama, a seu tempo, o castiga”. É o mesmo caso de Lucas 14.26 citado anteriormente. Aqui a declaração para “odiar” pai, mãe e irmãos significa amar a Jesus mais do que aos familiares. Isto fica evidente na passagem paralela de Mateus 10.37: “Quem ama o pai ou a mãe mais do que a mim não é digno de mim; e quem ama o filho ou a filha mais do que a mim não é digno de mim”. Ocorre que para o texto de Lucas usou-se o critério “palavra por palavra”, enquanto Mateus lança mão do critério “pensamento por pensamento”. O que Jesus exige de seus discípulos não é o ódio dirigido aos pais. Pelo contrário, essas mesmas pessoas que colocam Jesus acima de tudo amarão os pais, as esposas e os filhos até mesmo com mais intensidade do que antes. Porém, devotarão o seu amor, em primeiro lugar, à pessoa do Mestre para depois, então, voltar-se à família. Porém, não se trata de menor afeto pelos entes queridos, mas de um grandioso amor para com Cristo de tal maneira que o amor pela família há de aumentar continuamente.

Outras expressões idiomáticas na Bíblia

Outra expressão idiomática que causa enorme dificuldade de interpretação encontra-se no Salmo 137.8,9: “Ah! Filha da Babilônia, que vais ser assolada! Feliz aquele que te retribuir consoante nos fizeste a nós. Feliz aquele que pegar em teus filhos e der com eles nas pedras!” (cf. também Sl 109.6-

15). A natureza repulsiva desta imagem é evidente para todos. Como o salmista poderia desejar tamanha maldade para as crianças da Babilônia, ainda que seus pais fossem inimigos? A natureza idiomática da declaração significa algo diferente do que este aparente desejo de vingança. A imagem retórica encontrada aqui não era incomum na arte da guerra (2 Rs 8.12; Is 13.16,18; Os 10.14; 13.16; Na 3.10). O que o salmista descreve, porém, é o seu desejo que a justiça de Deus se manifeste. Ele anseia por um julgamento divino, cujo objetivo seria a destruição do reino babilônico. No afã de alcançar essa justiça, o salmista utiliza uma linguagem comum de seus dias. É interessante notar que, em várias ilustrações de reinados antigos, achamos o filho do rei assentado no colo do pai, contemplando as pessoas derrotadas e submissas embaixo dos pés não do rei, mas do filho. Assim, o julgamento do rei da Babilônia teria que envolver os próprios filhos. Somente desta forma a dinastia do mal seria destruída. Essa expressão idiomática, portanto, deve ser entendida e interpretada levando-se em consideração tratar-se de imagens comuns àqueles dias, às quais o autor utiliza para descrever seu anseio pela justiça divina para a destruição do império do mal.

Outras expressões idiomáticas são encontradas na Bíblia. Veja mais algumas: “nossos corações se derreteram (ou desmaiaram)”, significando perda de coragem (Js 2.11; 5.1; 7.5; 2 Sm 17.10; Is 13.7; 19.1; Na 2.10); “as estrelas, o sol e a lua não darão a luz”, significando a intervenção divina na história (Is 13.9-11; 24.23; Ez 32.7; Jl 2.10, 31; 3.15; Am 8.9; Hc 3.11; At 2.14-21), “tornando-se tão numeroso quanto as estrelas no céu e como a areia na praia do mar” para expressar grandes quantidades; (Gn 22.17; 26.4; 32.12; Êx 32.13; Dt 10.22; 28.62; Js 11.4 [bênção]; 7.12; 1 Cr 27.23; Na 3.16; Hb 11.12 [julgamento]); “lamento e ranger de dentes” para a experiência de perda (Lm 2.16; Mt 8.12; 13.42,50; 22.13; 24.51; 25.30; Lc 13.28); “nenhum um homem permaneceu”, significando uma grande vitória (Js 8.17; Jz 4.16; 2 Rs 10.21; cf. também Nm 21.35; Dt 3.3).

Perguntas

1. Você pode imaginar uma expressão idiomática dos dias de hoje, cujo significado é bem diferente do significado literal das palavras constitutivas?
2. Como a expressão idiomática demonstra que o significado não é uma propriedade do texto?
3. Como a expressão idiomática demonstra que a etimologia das palavras é de pouco valor para o entendimento do significado do texto?

Hipérbole

A Bíblia contém enorme quantidade de linguagem hiperbólica. Por natureza, os provérbios, as poesias e profecias usam essa forma de expressão “exagerada”, assim como a maior parte da literatura não-referencial. Alguns cristãos acham difícil acreditar que haja “exagero” na Bíblia. Associam o termo com inexatidão ou imprecisão. E, ainda pior, na mente de alguns, exagero é sinônimo de falsidade.

O uso de hipérbole (ou exagero), porém, é uma forma literária perfeitamente aceitável, quando compartilhada pelo autor e pelo leitor. Empregada desta maneira, é um meio poderoso que permite a quem escreve não apenas transmitir informações concretas, mas, também, sentimentos e emoções. Na verdade, é muito difícil expressar certas coisas sem utilizar linguagem exagerada. Como duas pessoas apaixonadas expressam seu amor uma à outra? Certamente não é usando linguagem científica específica! Pelo contrário, elas podem lançar mão de poesia, repleta de metáforas e hipérboles, bem como

da própria prosa, mas também com os mesmo recursos lingüísticos. Na comunicação entre apaixonados, tanto entre o homem e a mulher quanto entre o salmista e Deus, a hipérbole é necessária.

O que torna a hipérbole ilegítima é quando o seu significado não é compartilhado pelo leitor. Se não for desta forma, será enganosa e desonesta. Quando o namorado diz à amada que está “doente e morreria se nunca mais a visse”, isto transmite a idéia de que ele a ama e sente muito a sua falta, mesmo que naquele momento não esteja com nenhuma problema de saúde. Ela, por sua vez, entenderá o significado por compartilhá-lo. Por outro lado, se um funcionário liga para o trabalho e justifica a ausência afirmando que está enfermo, ainda que se sinta perfeitamente bem, ele está sendo mentiroso e desonesto. Esse gênero de linguagem só pode ser aceito, portanto, quando o seu sentido for compartilhado. Nesse caso, trata-se de uma forma de comunicação poderosa e eficaz. Quando não, torna-se exemplo de comunicação errônea, bem como da incompetência do escritor e de sua falta de habilidade para expressar o que deseja transmitir. Ou então é uma tentativa deliberada de enganar e confundir.

Carta de Amor

1º de outubro de 1999
Minha querida Joana,
_____ dor no
coração _____

a não ser que eu a veja, brevemente.

Não posso viver sem você. _____
_____ Vou prender
minha respiração até vê-la _____

Relatório do laboratório químico

Nome do aluno _____	Data _____
Coluna cromatográfica _____	Instrutor _____
Reação	
Flúor $\text{Na}_2 \text{Cr}_3 \text{O}_7$ fluorene	
CH_3COOH	

Procedimento	
Dissolver uma quantidade de flúor em 25 ml. Ácido acético	
aquecer até 80º por 15 minutos	
em uma vasilha com água _____	

Observações _____	

A hipérbole pode ser dividida em dois gêneros: coisas que são ditas de forma exagerada, mas literalmente possíveis, e coisas que de tão exageradas são literalmente impossíveis. Neste capítulo, não nos preocuparemos com essa distinção. A questão não é tanto se existe “exagero” na Bíblia, mas como detectá-lo. Sua presença nas Escrituras está clara nos seguintes exemplos:

Condutores cegos! Coais um mosquito e engolis um camelo (Mt 23.24).

E por que reparas tu no argueiro que está no olho do teu irmão e não vês a trave que está no teu olho? Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu olho, estando uma trave no teu? Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho e, então, cuidarás em tirar o argueiro do olho do teu irmão (Mt 7.3-5).

Filhos, quão difícil é, para os que confiam nas riquezas, entrar no Reino de Deus! É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no Reino de Deus (Mc 10.24b,25).

Como água me derramei, e todos os meus ossos se desconjuntaram; o meu coração é como cera e derreteu-se dentro de mim (Sl 22.14; cf. Lm 2.11).

E todo povo subiu após ele, e o povo tocava gaitas, e alegrava-se com grande alegria, de maneira que, com o seu clamor, a terra retiniu (1 Rs 1.40).

É evidente que nenhum dos exemplos acima deve ser compreendido literalmente. No primeiro, reportando-se a um trocadilho em aramaico (o idioma nativo de Jesus), está claro que ninguém consegue engolir um camelo. De igual modo, uma trave não pode entrar no olho de alguém. E, apesar de todas as tentativas fracassadas para encontrar em Jerusalém um portão chamado “o fundo de uma agulha”, Jesus queria que o versículo fosse interpretado como uma hipérbole. O salmista também não queria que seus leitores pensassem que seu “coração” tivesse mudado de sólido para líquido, nem o escritor de 1 Reis que acreditassem que a terra tivesse estremeado. Todos estes são exemplos de hipérbole.

A maior parte das pessoas são intuitivamente capazes de determinar se determinadas passagens contêm ou não

hipérbole. Elas “sabem” que tais textos não devem ser interpretados literalmente. Ainda assim, na história da Igreja houve vários exemplos de pessoas que não reconheceram a presença dessa forma literária na Bíblia, com resultados dramáticos. Durante a década de 70, por exemplo, vários grupos ligados ao “movimento de Jesus”, nos EUA, baseados em Lucas 14.26, argumentaram que seus membros deveriam “odiar” os pais. Em suposta obediência ao ensinamento bíblico, e por desconhecerem o uso da hipóbole, neste versículo, os jovens realmente acreditavam no seu significado literal. Outros, por sua vez, mutilaram a si mesmos, devido à má interpretação de Mateus 5.29,30.

Há várias regras úteis que nos permitem reconhecer se uma declaração na Bíblia contém ou não hipóbole.

1. *Quando o significado da declaração é literalmente impossível.* As passagens citadas são exemplos disso. Elas não têm como ser interpretadas literalmente. As realidades da vida não permitem que sejam literais. Compare:

Que deveras te abençoarei e grandissimamente multiplicarei a tua semente como as estrelas dos céus e como a areia que está na praia do mar; e a tua semente possuirá a porta dos seus inimigos (Gn 22.17).

Saul e Jônatas, tão amados e queridos na sua vida, também na sua morte se não separaram! Eram mais ligeiros do que as águias, mais fortes do que os leões (2 Sm 1.23).

Os autores esperavam, que, mediante o uso de hipóbole, seus leitores reconhecessem a qualidade não literal dessas declarações e as interpretassem como exemplos expressivos de certas verdades, quais sejam: Deus abençoaria Abraão e seus descendentes e Saul e Jônatas eram guerreiros poderosos.

2. *Quando a declaração aparentemente contradiz outras afirmações do escritor ou orador.* Isto pode ser facilmente demonstrado no caso de Jesus. Veja os exemplos a seguir:

Se alguém vier a mim, e não aborrecer a seu pai, e mãe, e mulher, e filhos, e irmãos, e irmãs, e ainda também a sua própria vida, não pode ser meu discípulo (Lc 14.26).

Se a declaração de Jesus sobre aborrecer os pais fosse interpretada literalmente, estaria em contradição com os seus próprios ensinamentos exarados em Marcos 7.9-13; 10.19. Seria, também, contraditória ao que Ele ensinou sobre amar os inimigos (Lc 6.27). Ora, se devêssemos odiar os pais, isso os tornaria em inimigos e, por fim, os qualificaria como receptores do nosso amor!

Outros exemplos são encontrados em Isaías 11.6-9 e 35.8-10. Ambos não podem ser compreendidos literalmente, mas como significando a paz que predominará no Reino de Deus.

3. *Quando a declaração aparentemente contradiz as ações do escritor ou orador em outras partes.* É verdade que mestres religiosos podem, com sua conduta, contradizer o que ensinam. Jesus referiu-se ao fato quando afirmou: “Na cadeira de Moisés, estão assentados os escribas e fariseus. Observai, pois, e praticai tudo o que vos disserem; mas não procedais em conformidade com suas obras, porque dizem e não praticam” (Mt 23.2,3). Bons mestres, porém, procuram demonstrar com suas ações o que querem dizer com os seus ensinamentos. Assim, se Jesus faz uma declaração que se contradiz com suas ações, isto pode estar indicando o uso de hipérbole. Alguns exemplos são:

Outrossim, ouvistes que foi dito aos antigos: Não perjurarás, mas cumprirás teus juramentos ao Senhor. Eu, porém, vos digo que, de maneira nenhuma, jureis nem pelo céu, porque é o trono de Deus, nem pela terra, porque é o escabelo de seus pés, nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande Rei, nem jurarás pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto. Seja, porém, o vosso falar: Sim, sim; não, não, porque o que passa disto é de procedência maligna (Mt 5.33-37).

Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada (Mt 10.34).

No meio do debate entre seus contemporâneos sobre quais juramentos deveriam ser mantidos, Jesus declara que as pessoas não deveriam jurar nunca. Embora alguns cristãos interpretam literalmente o texto e se recusem a prestar juramento,

mesmo diante do tribunal, está claro que o Mestre utilizara uma hipérbole. A razão é que, na prática, Ele aceitou a autenticidade de tais juramentos. Percebe-se o fato pela descrição de sua audiência no sinédrio judaico, na qual permaneceu em silêncio até que foi colocado perante o sumo sacerdote, sob juramento: “Conjuro-te pelo Deus vivo que nos digas se tu és o Cristo, o Filho de Deus” (Mt 26.63b). De acordo com Levítico 5.1 (*Versão Revista e Atualizada*) quando alguém era solicitado a responder sob esse juramento, ele se obrigava a fazê-lo (veja, também, 1 Rs 22.16; Pv 29.64). Permanecer em silêncio implicava em admitir a culpa. Jesus revela ter aceitado a legitimidade do juramento, pois só aí Ele quebrou o silêncio (Mt 26.64).

A respeito do que está escrito em Mateus 10.34, é óbvio que pelo perdão de Jesus aos inimigos (Lc 23.34) e pela sua não resistência no Getsêmane (Mc 14.43-50), o texto é um exemplo de hipérbole. (Outras declarações do Mestre encontradas em Mt 5.9; 10.12,13; Mc 5.34 e Lc 19.42 também revelam que Mt 10.34 não pode ser interpretado literalmente [veja a regra número 2 acima].) De igual modo, o que Jesus disse sobre aborrecer os pais (Lc 14.26) se contradiz com seu comportamento em Marcos 6.46; Lucas 6.12; Mateus 19.13 e João 19.26,27; Lucas 2.51, respectivamente.

4. *Quando a declaração aparentemente contradiz os ensinamentos do Antigo Testamento.* A compreensão de Jesus sobre o Antigo Testamento aparece em duas de suas declarações. Na primeira, afirma:

Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar, mas cumprir. Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei sem que tudo seja cumprido. Qualquer, pois, que violar um destes mais pequenos mandamentos e assim ensinar aos homens será chamado o menor no Reino dos céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no Reino dos céus (Mt 5.17-19).

A outra encontra-se no resumo que o Mestre faz do grande mandamento, onde responde à questão: “De todos os mandamentos, qual é o mais importante?”

E Jesus respondeu-lhe: O primeiro de todos os mandamentos é: Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás, pois, ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças; este é o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes (Mc 12.29-31).

Está claro, para Jesus, que seus ensinamentos estavam em harmonia com a ética do Antigo Testamento. (Veja, também, Mc 10.17-19.) Portanto, ao encontrarmos qualquer declaração de Jesus em aparente contradição com o Antigo Testamento, isto sugere que Ele possa estar usando uma hipérbole.

5. *Quando a declaração aparentemente contradiz os ensinamentos do Novo Testamento.* Na regra número 4, ficou evidente que o pensamento ético de Jesus baseava-se no Antigo Testamento. Assim, podemos esperar que os princípios de ambos sejam parecidos, permitindo-nos compreender o que o Senhor quis transmitir. Por outro lado, os ensinamentos dos escritores do Novo Testamento são, também, semelhantes aos do próprio Jesus. Eles, igualmente, fornecem auxílio em nossa tentativa de entender o significado das palavras do Mestre. Assim, ao encontrarmos uma declaração de Jesus que aparentemente contradiga a dos escritores do Novo Testamento, isto nos fará perguntar se há ou não no texto um exemplo de hipérbole. Seria realmente estranho se os contemporâneos e seguidores de Jesus tivessem entendido ou interpretado mal os seus ensinamentos. Para o cristão, essa possibilidade é ainda mais improvável já que os escritores do Novo Testamento são vistos como intérpretes divinamente inspirados dos ensinamentos do Senhor.

Uma vez mais o ensino de Cristo sobre não fazer juramento serve de exemplo. Compreendido literalmente, estaria em flagrante contradição com a prática de Paulo, que fez juramentos (Rm 1.9; 2 Co 1.23; Gl 1.20; Fm 8), e o fato de o próprio Deus tê-los, também, feito (At 2.30; Hb 6.16,17; 7.20-22). Outro exemplo é o suposto mandamento do Mestre para aborrecer os pais. O ensino apostólico confirma o significado já

mencionado anteriormente (Lc 14.26; veja Ef 6.1-3; Cl 3.20; 1 Jo 3.10-11; 4.7 etc.). Temos, ainda, as seguintes situações:

Dá a quem te pedir, e não te desvies daquele que quiser que lhe emprestes (Mt 5.42).

Não julgueis, para que não sejais julgados (Mt 7.1).

No caso de empréstimo, Paulo conhecia uma situação em que não cabia esse tipo de ajuda. Por isso lembrou aos tessalonicenses: “Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto: que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também” (2 Ts 3.10). Quanto à proibição de julgar, ensinamento similar é encontrado em Romanos 14.10 e 1 Coríntios 4.5; mas o apóstolo julga em 1 Coríntios 5.3 e repreende a Igreja em 1 Coríntios 6.1-6 por não julgar em nenhum momento particular. E como alguém pode repreender (1 Tm 5.20; 2 Tm 4.2) sem julgar? O Novo Testamento, portanto, entende os ensinamentos de Jesus como se referindo ao julgamento negativo e crítico de outros. Contudo, em matéria de amor e pureza da Igreja, algumas vezes apela-se ao julgamento.

6. *Quando a declaração é interpretada por outro autor bíblico de maneira não literal.* Há vários exemplos que indicam ter o autor bíblico compreendido o significado original de outras declarações como sendo hiperbólico. Tal circunstância aparece quando comparamos as versões de Mateus e Lucas sobre a declaração de Jesus a respeito de aborrecer os pais:

Se alguém vier a mim e não aborrecer a seu pai, e mãe, e mulher, e filhos, e irmãos, e irmãs, e ainda também a sua própria vida, não pode ser meu discípulo (Lc 14.26).

Quem ama o pai ou a mãe mais do que a mim não é digno de mim; e quem ama o filho ou a filha mais do que a mim não é digno de mim (Mt 10.37).

Temos aqui duas versões da mesma afirmativa do Mestre. A maioria dos estudiosos concorda que a versão de Lucas é a mais autêntica e mais próxima das palavras originais de Jesus. (A razão para tanto é a falta de clareza no registro de Lucas. É

mais fácil compreender o que Mateus está explicando sobre o que Jesus disse de forma difícil, segundo a versão de Lucas, do que compreender o autor do terceiro evangelho à luz da fala do Mestre registrada na versão de Mateus.) O que há, nesses dois relatos, são filosofias variáveis de tradução adotadas pelos evangelistas. Lucas foi levado a prover aos leitores uma tradução literal. Ele o fez usando o critério palavra por palavra. Mateus, porém, foi levado a traduzir pelo critério pensamento por pensamento. Ambas as declarações, devidamente compreendidas à luz das regras que governam as várias formas literárias,, transmitem o mesmo significado. Uma — a de Lucas — o faz mantendo a hipérbole original da fala; a outra — a de Mateus — o faz eliminando o recurso lingüístico e interpretando o que Jesus queria transmitir com sua hipérbole.

Outro exemplo encontra-se nos ensinamentos do Mestre sobre o divórcio. Há três casos distintos no Novo Testamento:

E ele lhes disse: Qualquer que deixar a sua mulher e casar com outra adúltera contra ela (Mc 10.11).

Qualquer que deixa sua mulher e casa com outra adúltera; e aquele que casa com a repudiada pelo marido adúltera também (Lc 16.18).

Todavia, aos casados, mando, não eu, mas o Senhor, que a mulher se não aparte do marido. Se, porém, se apartar, que fique sem casar ou que se reconcilie com o marido; e que o marido não deixe a mulher (1 Cr 7.10,11).

Na versão de Mateus registra-se o seguinte:

Eu vos digo, porém, que qualquer que repudiar sua mulher, não sendo por causa de prostituição, e casar com outra, comete adultério; e o que casar com a repudiada também comete adultério (Mt 19.9).

Eu, porém, vos digo que qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de prostituição, faz que ela cometa adultério; e qualquer que casar com a repudiada comete adultério (Mt 5.32).

Ao meu ver, o que Mateus fez com sua famosa “cláusula de exceção” foi revelar que ele compreendeu o ensinamento de Je-

sus como hipérbole. Na discussão dos fariseus sobre quais eram as razões legítimas para se divorciar (Mc 10.2), o Senhor responde que todo divórcio é errado. Não existe tal coisa como um “bom” divórcio, pois sempre revela falha no propósito divino. Se o Mestre entrasse em discussão sobre as razões legítimas para divorciar-se, desviaria a atenção de seus ouvintes quanto a aversão de Deus pelo divórcio (Mt 2.16). Mateus, portanto, como um intérprete inspirado pelas palavras de Jesus, indica que há um exemplo onde o divórcio é permitido, embora não exigido. Paulo, em 1 Coríntios 7. 12-15, apresenta outro exemplo.

A seguir, temos mais outro caso em que o escritor bíblico indica que a declaração do Senhor encontrada em outra parte é hiperbólica:

Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada (Mt 10.34).

Cuidais vós que vim trazer a paz à terra? Não, vos digo, mas, antes, dissensão (Lc 12.51).

Em sua versão, Lucas eliminou a metáfora hiperbólica, que poderia ser mal interpretada como sendo política, traduzindo a palavra “espada” de acordo com o significado pretendido. Jesus não quis transmitir que Ele traria a insurreição política, a espada da rebelião, mas seria a linha divisória divina que separaria a humanidade em dois grandes grupos: crentes/incrédulos; cristãos/não-cristãos; ovelhas/cabras; salvos/condenados.

Podemos, também, observar como Mateus interpretou a declaração de Jesus registrada em 7.1 por declarações como a de 18.15-17: “Ora, se teu irmão pecar contra ti, vai e repreende-o entre ti e ele só; se te ouvir, ganhaste a teu irmão. Mas, se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que, pela boca de duas ou três testemunhas, toda palavra seja confirmada. E, se não as escutar, dize-o à igreja; e, se também não escutar a igreja, considera-o como um gentio e publicano”.

7. *Quando a declaração não foi literalmente cumprida.* Vez ou outra encontramos declarações do Senhor que não tiveram cumprimento literal. Eis alguns exemplos:

E, saindo ele do templo, disse-lhe um dos seus discípulos: Mestre, olha que pedras e que edifícios! E, respondendo Jesus, disse-lhe: Vês estes grandes edifícios? Não ficará pedra sobre pedra que não seja derribada (Mc 13.1,2).

Pedi, e dar-se-vos-á; buscai, e encontrareis; batei, e abrir-se-vos-á. Porque aquele que pede recebe; e o que busca encontra; e, ao que bate, se abre (Mt 7.7,8).

E Jesus, respondendo, disse-lhes: Tende fé em Deus, porque em verdade vos digo que qualquer que disser a este monte: Ergue-te e lança-te ao mar, e não duvidar em seu coração, mas crer que se fará aquilo que diz, tudo o que disser lhe será feito. Por isso, vos digo que tudo o que pedirdes, orando, crede que o recebereis e tê-lo-eis (Mc 11.22-24).

É evidente que, apesar da terrível destruição de Jerusalém, em 70 d.C., ainda existem pedras na cidade que se apoiam umas sobre as outras. Desta forma, se interpretássemos literalmente a afirmativa do Mestre, não teria havido cumprimento. Ainda assim, quando refletimos sobre a horrível destruição da cidade, é perfeitamente compreensível o uso da hipérbole por Jesus. Apenas a linguagem hiperbólica pode fazer justiça à tremenda tragédia que se abateu sobre Jerusalém naquela época.

Quanto ao que Jesus ensinou sobre a súplica, em Mt 7.7,8, nem todas as minhas orações foram respondidas. A maioria dos cristãos irá admitir o mesmo. Tiago, na verdade, o afirma quando escreve: “Pedis, e não recebeis, porque pedis mal, para o gastardes em vossos deleites” (Tg 4.3). O apóstolo declara que um dos pré-requisitos para haver resposta de oração é que os motivos sejam corretos. Em Marcos 11.22-24, outro pré-requisito é citado: orar com fé. Jesus não queria que seus ouvintes interpretassem sua fala como uma garantia de que qualquer oração seria atendida, apesar do quão absurdo e desonroso fosse o pedido para Deus. Jesus compreendeu que toda súplica seria feita de acordo com a vontade de Deus, tendo em conta os motivos certos. Contudo, incluir em Mateus 7.7,8, tais pressuposições estaria fugindo

ao propósito de Cristo. O que Ele queria assegurar aos seus seguidores é que o Pai estava ansioso para ouvir e responder as orações. Porém, se ao dizê-lo relacionasse algumas condições, fugiria do propósito inicial. Por isso, usou a hipérbole para declarar a sua intenção.

Outro exemplo dessa regra encontra-se em Mateus 26.52: "... porque todos os que lançarem mão da espada à espada morrerão". Nem todos os mercenários e guerreiros morrem jovens. Alguns lucram muito com a guerra. Apesar disso, se esta declaração de Jesus tivesse sido lida em uma igreja de Berlim ou Tóquio, após a Segunda Guerra Mundial, alguém, entre o público, iria criticar a sua natureza hiperbólica?

8. *Quando a declaração em si mesma não atinge aparentemente o objetivo desejado.* É óbvio que se algumas declarações de Cristo fossem literalmente cumpridas não realizariam o que o orador pretendia. Arrancar um olho (Mt 5.29,30) não resolveria o problema da luxúria (veja, Mt 5.38). As pessoas ainda podem cometer esse pecado com um olho ou sem nenhum! O que corrompe o homem vem do coração (Mc 7.20-23). Jesus, certamente, sabia disso. Assim, tal declaração é exemplo de hipérbole pela qual procurou demonstrar a importância e a necessidade do arrependimento para entrar no reino de Deus.

9. *Quando a declaração usa uma forma literária propensa ao exagero.* Temos listado várias formas literárias, tais como provérbios, profecia, poesia e expressões idiomáticas, propensas ao exagero. Sem repetir o que já foi dito a respeito, observe os seguintes exemplos de hipérbolos:

- *Provérbios* – Provérbios 3.9,10; 10.3,4; 13.21; 15.1; Mateus 6.21; 10.24; 26.52; Marcos 6.4; Lucas 16.10 etc.
- *Profecia* – Isaías 13.9-11 (descrevendo a destruição da Babilônia); Jeremias 4.11-13,23-26; Marcos 13.2,13a,14-16,24,25.
- *Poesia* – Juízes 5 (compare com Jz 4); Êxodo 15.1-21 (compare com Ex 14.21-29); Mateus 5.39-41; 6.5,6,24; 7.7-8; 10.34 etc.

- *Expressões idiomáticas* – Deuteronômio 21.15-17; Josué 2.11; 5.1; 7.5; Malaquias 1.2,3; Mateus 8.12; 13.42,50; 22.13; 24.51; 25.30 etc.

10. *Quando a declaração usa linguagem universal.* Embora os termos “tudo”, “todos”, “ninguém” e outros semelhantes possam ser usados em sentido literal (Lc 13.3,5; Rm 3.10,23; 2 Co 5.10), há momentos em que o uso não qualificado de tais vocábulos sugere a possibilidade de que seja uma espécie de hipérbole. Veja alguns exemplos:

Porque, desde o menor deles até ao maior, cada um se dá à avareza; e, desde o profeta até ao sacerdote, cada um usa de falsidade (Jr 6.13).

E Jesus disse-lhe: Se tu podes crer, tudo é possível ao que crê (Mc 9.23).

E dá a qualquer que te pedir; e ao que tomar o que é teu, não lho tornes a pedir (Lc 6.30).

Está claro, no primeiro exemplo, que “todos” é hiperbólico, por natureza, pois o próprio Jeremias era um profeta e não poderia ser culpado de falsidade. Da mesma forma, é óbvio que nem “tudo” é possível ao cristão. Ele não pode tornar-se Deus! E que pai cristão toleraria dar aos filhos tudo que quisessem? O amor negaria as coisas que lhes machucariam! Para outros exemplos, veja Mateus 10.32; cf com 7.21,22; 23.3,35; Marcos 2.21,22; 10.11,12; 13.30; Lucas 5.39.

Conclusão

O uso de hipérbole, na Bíblia, é evidente. O grau de utilização nem sempre é reconhecido, porém é mais extenso do que a maioria das pessoas imagina. O reconhecimento da hipérbole no texto bíblico, todavia, não conclui o processo da interpretação. É, na verdade, apenas o começo. Devemos tentar compreender o significado que essa linguagem procura transmitir. Às vezes, ele é evidente, uma vez tendo reconhecido o seu exagero (Mt 6.6; 10.34; Mc 10.25). Outras vezes, somos auxiliados pelo contexto imediato, no qual a declaração é encontrada (con-

fira Mt 7.3,4 com 7.1 e Mt 10.34 com 10.35-37) ou pelo contexto mais amplo do ensinamento de Jesus (confira Lc 14.26 com Mt 10.38,39) ou, ainda, pelo ensinamento bíblico em geral (confira Lc 14.26 com Êx 20.12 e Mt 5.42 com 2 Ts 3.10).

Uma vez que tenhamos entendido o significado da declaração hiperbólica, devemos, também, perguntar por que este significado foi estruturado nessa forma literária em particular. De vez em quando, esse gênero pode ter sido usado como um dispositivo mnemônico para ajudar os ouvintes a lembrarem-se do que foi dito. Está claro que a declaração de Jesus sobre aborrecer os pais (Lc 14.26) não é facilmente esquecida! Ainda assim, a presença da hipérbole também revela a importância do que está sendo dito para o autor. Temos o costume de usar hipérbolos para enfatizar o que é importante. Não exageramos verdades triviais. Como resultado, precisamos prestar muita atenção quando encontrarmos essa forma literária na Bíblia. Devemos sempre nos lembrar de que era algo tão importante que o autor usou a hipérbole para revelar o que desejava transmitir. Desta forma, o significado deve ser, também, especialmente importante para o leitor.

Questões

1. Você consegue se lembrar de quando, recentemente, usou uma hipérbole ao falar ou escrever para alguém? Como você deixou que o seu público percebesse que estava exagerando? Por que você fez uso do exagero?
2. Em quais das seguintes situações você esperaria exagero: “uma avó descrevendo o neto(a)”; “uma pessoa acidentada, relatando o que aconteceu a um policial”; “um enfermo descrevendo a doença ao médico”; “um pescador contando sobre o peixe que fogueou nas últimas férias”; “uma testemunha depondo em julgamento”; “um poeta lendo o seu poema para a namorada” etc.
3. Como a questão da “verdade” está relacionada com o uso do exagero?
4. Mateus 17.20 é uma hipérbole? E Lucas 10.19?

Parábolas

Entre as formas literárias encontradas da Bíblia, a mais conhecida, talvez, seja a parábola. O fato é especialmente verdade em se tratando das parábolas de Jesus, tais como a do bom samaritano, do filho pródigo, das dez virgens e do semeador. Porém, definir exatamente o que é uma parábola no Antigo Testamento (*mashal*) ou no Novo (*parabole*) é difícil. Em ambos os casos, os termos podem referir-se a um provérbio (1 Sm 24.13; Ez 18.2,3; Lc 4.23; 6.39); uma sátira (Sl 44.11; 69.11; Is 14.3,4; Hc 2.4); uma charada (Sl 49.4; 78.2; Pv 1.6); um dito simbólico (Mc 7.14,17; Lc 5.36,38); uma símile extensa ou similitude (Mt 13.33; Mc 4.30,32; Lc 15.8-10); uma parábola histórica (Mt 25.1-13; Lc 14.16,24; 15.11-32; 16.1-8); um exemplo de parábola (Mt 18.23-25; Lc 10.29-37; 12.16-21; 16.19-31); e, até mesmo, uma alegoria (Jz 9.7-20; Ez 16.1-5; 17.2-10; 20.49—21.5; Mc 4.3-9,13-20; 12.1-11). Esses dois termos bíblicos possuem vasta extensão de significados, mas o sentido básico de cada um é a comparação entre duas coisas diferentes. Algo é parecido com algo que não é.

A verdadeira qualidade das parábolas, especialmente as parábolas de Jesus, tem levado, com frequência, os intérpretes a se esquecerem de que essa é uma forma literária imaginária. Ela consiste de duas partes: uma de ficção, ou a história em si mesma, e outra parte real, ou a comparação com a qual é parecida. A parte de ficção em si não descreve um evento histórico real. É uma criação que surgiu da mente do seu autor. Sendo assim, não devemos confundi-la com narrativa bíblica, pois esta descreve um evento histórico que realmente aconteceu. Assim, em uma narrativa bíblica é perfeitamente possível utilizar questões, tais como: Por que José contou seu sonho aos irmãos (Gn 37.5-11)? Exatamente o que derrotou os exércitos de Senaqueribe, rei da Assíria, quando faziam cerco a Jerusalém (2 Rs 19.35-37)? Por que Paulo e Barnabé discordam sobre levar João Marcos em outra viagem missionária (At 15.36-41)? O que aconteceu com Paulo quando foi tentado em Roma (At 28)? Talvez não seja possível responder a tais questões, mas elas são legítimas porque são feitas a partir de uma narrativa histórica.

Por outro lado, não podemos levantar essas questões com respeito às parábolas. Não podemos perguntar: Por que na parábola do filho pródigo o irmão mais velho estava no campo, quando o mais novo retornou (Lc 15.25)? Não há uma resposta histórica para esta pergunta. Os dois irmãos historicamente nunca existiram. Eles são, simplesmente, criações literárias. O irmão mais velho estava no campo porque Jesus assim o queria. Esta é a história. Da mesma forma, não podemos perguntar: Como foi que o pai viu o filho mais jovem se ele estava longe (Lc 15.20)? Foi por acaso ou ele estava procurando pelo filho continuamente? Ele tinha boa visão? Também não podemos perguntar: Como o filho mais velho respondeu ao apelo do pai (Lc 15.31,32)? Ele finalmente se arrependeu de sua atitude e aceitou o irmão mais novo? E não podemos perguntar: Quem tomou conta das noventa e nove ovelhas enquanto o homem procurava a que estava perdida (Lc 15.4)? Tais questões confundem o gênero da parábola com o da narrativa histórica. O pai viu seu filho mais novo enquanto ele

ainda estava longe porque Jesus queria que o visse! O irmão mais velho poderia não responder ao apelo do pai porque nunca existiu na vida real. Ele é apenas um personagem de ficção e sua existência imaginária cessou quando a parábola terminou. Quanto a quem tomaria conta das noventa e nove ovelhas, esta parte cabe a Jesus, o contador da história.

Não devemos confundir uma parábola que copia a vida, a qual é uma criação imaginária, com uma narrativa bíblica referente a qualquer evento histórico. Por outro lado, devemos estar cientes de que a realidade a que uma parábola se refere é verdadeira e histórica. Em outras palavras, o “significado” que Jesus queria transmitir e suas várias implicações continuam, mas não devemos fazer uso da parte ficcional com questões apropriadas apenas a formas literárias não imaginárias, como a narrativa bíblica.

Devido à natureza imaginária das parábolas, não é de se estranhar que, às vezes, os elementos nelas contidos pareçam irrealis. Conseqüentemente, encontramos exageros, como na parábola do credor impassivo, que teve a dívida de dez mil talentos perdoada! (Mt 18.24). Ora, a renda anual de Herodes era de apenas novecentos talentos! Encontramos, também, circunstâncias estranhas: todas as virgens adormeceram (Mt 25.5); todas as pessoas convidadas, após aceitar o primeiro convite, recusaram-se a comparecer ao banquete (Lc 14.16-18). Ainda assim, exceto por uma ou duas parábolas do Antigo Testamento (Jz 9.7-20; Ez 17.2-10), as parábolas da Bíblia, especialmente, as de Jesus, retratam as experiências diárias da vida real.

Princípios básicos de interpretação de parábolas

Ao longo da história da Igreja, as parábolas têm sido interpretadas alegoricamente. De acordo com esse método, os detalhes da parte fictícia da parábola possuem pontos correspondentes de comparação na parte real. Talvez o exemplo mais famoso seja a interpretação da parábola do bom

samaritano, feita por Agostinho. De acordo com ele, a parte fictícia e a parte real da parábola se correspondem, como segue:

O homem se dirige à Jericó	= Adão
Jerusalém, de onde saiu	= Cidade da Paz Celestial
Jericó	= A lua, a qual significa nossa moralidade (há uma discussão, aqui, sobre os termos “lua” e “Jericó”, em hebraico)
Ladrões	= O demônio e seus anjos
Foi despido	= Retiraram a sua imortalidade
Apanhou	= Foi persuadido a pecar
Deixando-o, meio morto	= Devido ao pecado, ele estava espiritualmente morto, mas ainda vivo devido ao fato de conhecer a Deus
Sacerdote	= Sacerdócio do Antigo Testamento, ou seja, a Lei
Levita	= Ministério do Antigo Testamento, ou seja, os profetas
Bom Samaritano	= Cristo
Feridas atadas	= Restrição colocada sobre o pecado
Óleo	= Conforto de boa esperança
Vinho	= Exortação a viver no espírito
Cavalgadura	= Corpo de Cristo
Alojamento	= Igreja
Dois denários	= Dois mandamentos de amor
Dono do alojamento	= O apóstolo Paulo
O retorno do bom samaritano	= Ressurreição de Cristo

A parábola ensina um ponto básico

Já foi dito que o termo “parábola” compreende vasta extensão de significados. O básico, porém, é a comparação de duas coisas diferentes. Nas comparação da parábola do bom samaritano há várias comparações ou apenas uma única? Em outras palavras, deveríamos interpretar uma parábola bíblica como alegoria, da mesma forma que Agostinho e os Pais da Igreja, ou deveríamos interpretá-la como um quadro mais vasto, que procura estabelecer uma única questão básica de comparação?

Na parábola do bom samaritano, é importante o fato de que o homem estava indo de Jerusalém para Jericó? Não parece. O sentido não mudaria se o homem estivesse indo de Jericó para Jerusalém. Por acaso, alteraria se o dono do alojamento tivesse recebido três denários, em vez de dois? Sem dúvida, se isto tivesse acontecido, o método alegórico de interpretação teria visto uma clara referência à Trindade, mas o significado da parábola não teria mudado. Esses detalhes foram adicionados a fim de dar maior colorido, mas não possuem realidade correspondente. Não transformam uma parábola em alegoria. Da mesma forma, na parábola do filho pródigo, o fato de o jovem ter ganho um manto, sandálias, um anel de sinete e um bezerro cevado para o banquete, não possui realidade correspondente. É verdade que a igreja antiga via nesses detalhes o retorno da honradez original que Adão perdeu (o manto), o batismo cristão (o anel) e a Ceia do Senhor (o bezerro cevado e o banquete), mas os fariseus, os professores da lei e os ouvintes de Jesus, para os quais a parábola havia sido endereçada, nunca teriam interpretado a parábola dessa maneira (Lc 15.3). Esta parte fictícia demonstra o grande amor do pai e sua completa aceitação do filho. Desta maneira, os detalhes ajudam na ilustração (o amor de Deus pelos perdidos), mas, em si mesmos, não possuem qualquer significado.

Esta compreensão é sustentada pela maneira que as metáforas e comparações funcionam. Se alguém quisesse perguntar, “Como é Deus?”, eu poderia responder: “Deus é como um Pai bondoso que...” Ao fazê-lo, tenho um ponto básico de com-

paração em mente. Se alguém, todavia, perguntasse: “Bem, então quem é a esposa de Deus?” Isso aprofundaria a questão da comparação mais do que o desejado. Havia apenas uma realidade básica que eu estava procurando ilustrar com esta metáfora. No final das contas, qualquer comparação falhará, quando aprofundada. A única comparação que não falha é algo como “Deus é como Deus”. Mas isto já não é uma comparação e não serve para nenhum propósito. Toda comparação de duas coisas diferentes acaba falhando, mais cedo ou mais tarde. O fato é que o propósito de uma analogia é transmitir um ponto básico de comparação entre a ficção e a realidade, a qual corresponde.

Se mantivermos isto em mente, teremos menos problemas com certas parábolas em que os personagens exibem um comportamento questionável, se não imoral. Por exemplo, na parábola do administrador injusto o seu comportamento é claramente imoral. (Ele é chamado de “desonesto”, somente após as atividades descritas em Lc 16.4-7). O elogio ao administrador injusto, porém, é devido a sua “astúcia”, não à desonestidade. A questão da parábola envolve o agir com decisão, frente ao julgamento que se aproxima. (No tempo de Jesus, isto poderia se relacionar à crise causada pela chegada do reino de Deus.) Se não nos apegarmos aos detalhes da parábola, mas ficarmos satisfeitos com seu ponto básico de comparação, ela não nos causará confusão. Até mesmo ladrões astutos podem representar um ponto básico. Da mesma maneira, na parábola das dez virgens (Mt 25.1-13), o fato de que as prudentes eram “egoístas” (v. 9) não deveria ser aprofundado. A questão principal da parábola está claro o suficiente: “Esteja preparado como as virgens prudentes estavam”. Não é necessário dizer que Jesus estava cômico de que seus ouvintes entenderiam o significado. Mateus, também, tinha certeza de que ao lerem 1.1 e 24.51 seus leitores compreenderiam o sentido. O mesmo é verdade com respeito ao caráter fraudulento do homem que descobriu um tesouro escondido no campo (Mt 13.44). Nesta parábola, Jesus simplesmente procura enfatizar que não há nada mais importante,

que não há um preço alto demais a pagar, quando se trata do reino de Deus.

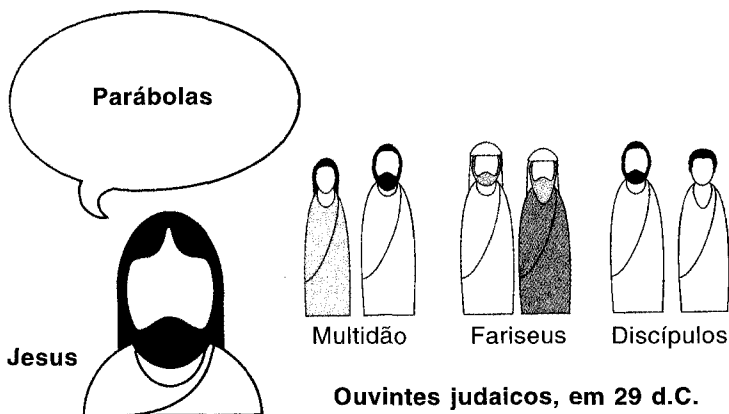
No estudo das parábolas, portanto, devemos procurar o seu ponto principal e não explorar os detalhes. (Isto não exclui a possibilidade de que, às vezes, os detalhes fictícios de uma parábola possam referir-se a uma realidade correspondente. Cf. Mc 4.13-20; Lc 14.23; 20.15. Apesar disso, o maior perigo, para a maioria dos intérpretes, é enxergar muitos significados nos detalhes específicos, em vez de poucos!)

Já argumentamos que não se pode traduzir o ponto básico de uma parábola para uma declaração não parabólica. Isto, porque, quando o fazemos, o impacto da parábola se perde. Esta objeção é muito bem aceita. Ninguém pode negar que a parábola do bom samaritano (Lc 10.30-35) tem poder mais persuasivo do que o resumo: “deveríamos amar nosso vizinho que está em dificuldade, assim como o bom samaritano amou o homem que foi vítima de assaltantes”. Da mesma forma, a parábola do filho pródigo (Lc 15.11-32) causa impacto muito maior do que a declaração: “Nesta parábola, Jesus está defendendo seu ministério entre os perdidos de Israel, desafiando os fariseus e professores da lei a participarem da alegria da salvação proporcionada por Deus aos perdidos”.

Contudo, a diferença entre uma parábola e a declaração reside não no significado, mas na habilidade de afetar o leitor ou ouvinte. Uma parábola consiste de linguagem não-referencial, enquanto que a declaração do seu significado consiste de linguagem referencial. Como resultado, a diferença não se encontra no significado, o qual é o mesmo para ambos, mas, em vez disso, na sua habilidade distinta para produzir uma resposta. Se redefinirmos o significado de uma parábola como consistindo do padrão pretendido de significado e do poder para simular uma resposta, então, essa reformulação será sempre inadequada. Isto em virtude da falta de dimensão persuasiva da linguagem não-referencial. Porém, se o significado é fundamentalmente cognitivo, envolvendo a mente e a compreensão, em vez da vontade e significação, então, o significado de uma parábola pode ser reformulado como uma “questão”, usando-se linguagem referencial.

Qual era a questão que Jesus queria levantar?

Se o “significado” é determinado pelo autor, possuímos nas parábolas de Jesus dois autores possíveis. Um é, óbvio, Jesus, quem criou as parábolas; o outro é o evangelista, que em seu trabalho, interpretou as parábolas de Jesus ao seus leitores. Ambos deram significado à parábola narrada. (Isto não deveria ser confundido com aqueles que argumentam que as parábolas são “polivalentes” e têm múltiplos significados, pois o último vê estes múltiplos significados como uma propriedade do texto ou do leitor.) Aqui temos dois autores, Jesus e o evangelista, os quais desejam um significado individual. Estes significados, embora possuam um padrão similar, tendem a ser dirigidos a públicos diferentes, enfatizando implicações distintas. Quando as parábolas são interpretadas no ministério terreno de Jesus, elas tornam-se mais excitantes e vivas. Em vez de serem vistas, simplesmente, como ilustrações não determinadas por um período histórico, são consideradas, agora, como “armas” utilizadas pelo Mestre para combater seus oponentes.



Isso pode ser ilustrado pela parábola do bom samaritano. Anos atrás, quando minha filha tinha aproximadamente dez anos, pedi-lhe para participar de uma brincadeira comigo.

Orientei-a a responder minhas perguntas sem refletir como deveria fazê-lo. Deveria, simplesmente, dizer-me o que viesse à mente. Quando ela concordou, eu disse-lhe “samaritano”. Ela respondeu com termos como “bom”, “Jesus”, “querido”, “cristão”, “hospital”. Quando eu disse “sacerdote”, as respostas tenderam a ser mais negativas.. Provavelmente, muitas, se não a maior parte das pessoas, iriam responder da mesma maneira, pelo menos com respeito ao termo “samaritano”. O resultado é que para a maioria das pessoas a parábola do bom samaritano é um conto agradável de um homem bom que fez um grande gesto, diferente dos demais personagens.

Por outro lado, se pudéssemos pedir ao público de Jesus que respondessem a esses termos, as respostas seriam bem diferentes. Para os judeus, o público de Jesus, os samaritanos eram odiados e amaldiçoados. Os samaritanos eram tão odiados e desprezados que, se uma pessoa quisesse insultar a outra, diria, “Não dizemos nós bem que és samaritano e que tens demônio?” (Jo 8.48). A recíproca era, também, verdadeira. O ódio entre samaritanos e judeus existia já há cerca de mil anos. Os judeus nada teriam de bom para falar dos samaritanos (Jo 4.9). Falar de um “bom samaritano”, portanto, era uma contradição, em se tratando do público de Jesus. Seria como falar de um círculo quadrado. Por outro lado, os sacerdotes e levitas eram tratados de maneira mais positiva. Jesus, propositadamente, estruturou sua parábola, sabendo que ela se opunha aos valores estabelecidos pelo seu público. Como resultado, sua parábola não é um conto agradável, com resultados esperados. Pelo contrário, é uma acusação dirigida contra as atitudes sociais de seus oponentes. Seus heróis são retratados como vilões e seus vilões como heróis.

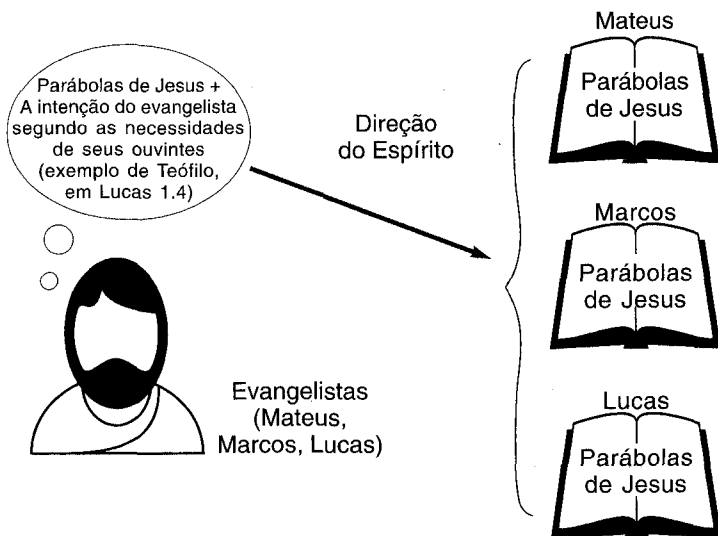
Da mesma forma, quando interpretamos outras parábolas à luz do ministério público de Jesus, elas adquirem nova vida. As parábolas da ovelha perdida (Lc 15.4-7), da moeda perdida (Lc 15.8-10) e do filho pródigo (Lc 15.11-32) devem ser compreendidas como dirigidas àqueles que diziam: “Este recebe pecadores, e come com eles” (Lc 15.2). Desta forma, a ênfase não é a demonstração do amor de Deus pelos perdidos, mas

a reação do irmão mais velho a tal amor. Se estas parábolas fossem dirigidas a coletores de impostos e pecadores (Lc 15.1), então, seu ponto principal seria ilustrar o grande amor de Deus por eles. Mas já que o público para o qual foram dirigidas era composto de fariseus e professores da lei, a questão era um tanto diferente. Através dessas parábolas, Jesus apelou ao seus ouvintes: “Por que vós não vos alegrais com o que Deus está fazendo?” (Lc 15.7.10,24,32). O perdido foi encontrado; o paralítico caminha; os coletores de impostos e pecadores estão entrando no reino. Por que, como este irmão mais velho, vocês não podem se juntar ao banquete de comemoração? A parábola dos trabalhadores da vinha (Mt 20.1-16) levanta a mesma questão.

A segunda regra básica para se interpretar as parábolas procura o significado pretendido pelo autor original. Esta regra pode ser colocada da seguinte maneira: É a procura do significado que Jesus desejava ao proferir a parábola. A interpretação de quaisquer parábolas do Mestre deveria, é claro, ter como ponto de partida o seu ministério terreno. É importante que uma parábola do reino deva ser interpretada com a consciência do que Jesus diz em outras partes sobre o mesmo assunto (o “inteiro”).

Qual era a questão que o evangelista queria levantar?

Hoje, temos consciência de que os autores dos Evangelhos não eram simples redatores das tradições de Jesus, mas também seus intérpretes. Acreditavam que eram chamados por Deus não apenas para narrar os ensinamentos e atos do Filho de Deus, mas para interpretá-los aos leitores. Não é de se surpreender, portanto, que temos quatro Evangelhos tão similares quanto diferentes. Cada evangelista se sentiu livre para explicar, esclarecer, aplicar, abreviar ou reordenar esses materiais, como o Espírito de Deus os havia orientado. Ao fazê-lo, os autores forneceram não só um registro inspirado mas também uma interpretação inspirada das tradições de Jesus.



Em diversas ocasiões, os evangelistas pegaram uma parábola de Jesus, originalmente endereçada a um público específico, e aplicaram o mesmo padrão de significado a uma nova situação. Isto foi necessário porque muitas parábolas de Jesus estavam voltadas para tais grupos, como os fariseus e professores da lei, e estas pessoas não eram o público para o qual os Evangelhos foram escritos. Desta forma, Lucas, ao escrever a Teófilo (Lc 1.1-4), teve que aplicar as parábolas e tradições de Jesus para um novo público. Encontramos vários exemplos disto em seu Evangelho. A parábola do semeador, Lucas aplica à necessidade de seu próprio público em particular. Ao fazê-lo, destaca certos perigos que deveriam evitar (acreditando pelo menos uma vez no perigo das riquezas e do prazer, 8.13,14) e qualidades que precisavam ser estimuladas (um coração bom e nobre, a perseverança, 8.15). Esta ênfase pode ser vista, claramente, comparando-se a descrição de Lucas com o registro da mesma parábola encontrado em Marcos 4.3-20.

Outro exemplo encontra-se em Lucas 16.1-8, onde encontramos uma parábola de Jesus, ensinado sobre a necessidade de uma ação e decisão resolutas. Originalmente, é provável

que esta parábola tenha sido dirigida a um público diferente, envolvendo a necessidade do arrependimento à luz da chegada do reino de Deus. Ela é, agora, aplicada por Lucas à comunidade de fiéis, com o acréscimo de outros ensinamentos de Jesus. Estes ilustram como os leitores de Lucas poderiam resolver seus problemas relacionados ao pagamento de impostos, com o auxílio de uma sábia administração de suas posses (vv. 9-15).

Mateus, também, ilustra este princípio em sua versão da parábola da ovelha perdida (Mt 18.12-14). Enquanto o público original consistia de fariseus e professores da lei (Lc 15.1-3, 4-7), Mateus dirige essa parábola ao público cristão (18.1,5,6,10,14). Como resultado, a ovelha em questão não é descrita como “perdida” (Lc 15.4,6), mas como “errante” (Mt 18.12,13) e a aplicação envolve a necessidade de a comunidade cristã buscar membros que estão vagando por aí. Eles precisam ser procurados e trazidos de volta ao rebanho. Tanto o significado pretendido por Jesus e o que foi desejado por Mateus trazem o mesmo sentido: Deus ama os perdidos, tanto dentro quanto fora da comunidade de fiéis; e eles devem ser trazidos de volta e bem recebidos.

Se os evangelistas interpretaram essas parábolas da maneira como foi descrita, isto significa que elas, hoje, devem ser também interpretadas à luz dessa realidade. Sendo assim, devemos procurar não só o significado pretendido por Jesus com determinada parábola, mas procurar, também, aquilo que os evangelistas desejavam.

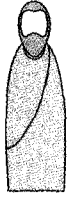
Guia para chegar à compreensão correta

Para se chegar à compreensão correta de uma parábola, algumas questões são de grande ajuda.

Quem são as personagens principais?

Nas parábolas em que vários personagens são encontrados, sempre há dois ou três deles mais importantes. Geralmente, é

Parábola dos trabalhadores na vinha



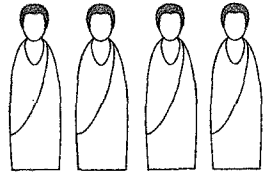
Senhor da
vinha



Trabalhador da
primeira hora



Trabalhador
da décima
primeira hora



Trabalhadores da
terceira, sexta e
nona hora

muito fácil reduzir o número para no máximo três. Por exemplo, na parábola do filho pródigo, os três personagens mais importantes são, claramente, o pai, o filho pródigo e o irmão mais velho. Na parábola dos trabalhadores da vinha (Mt 20.1-16), há, novamente, três: o proprietário da terra, os trabalhadores da primeira hora e os trabalhadores da décima primeira hora. Nesta, é evidente que os trabalhadores da terceira, sexta e nona horas não são importantes, porque não aparecem mais tarde para o acerto de contas. Perguntar: “Quais são os dois ou três personagens mais importantes?” é indispensável, pois a nossa atenção vai estar centrada no personagem principal, como queriam Jesus e os evangelistas.

O que ocorre no final?

Este ponto está baseado no fato de que um bom contador de histórias desenvolve seu relato, voltando o interesse dos ouvintes para o desfecho. Um bom mistério mantém o leitor em suspense até o final, quando tudo é explicado e as coisas tornam-se claras. Assim como um bom comediante guarda o melhor da anedota para o fim, um bom contador de história não revela o seu mistério até o epílogo. Por isso, uma boa história deve concentrar a atenção dos leitores para a sua conclusão.

Da mesma forma, a ênfase de uma parábola está voltada para a conclusão da história. A questão da parábola dos trabalhadores da vinha (Mt 20.1-16) seria muito diferente se a conclusão fosse algo, como:

E, aproximando-se a noite, disse o senhor da vinha ao seu mordomo: Chama os trabalhadores, e paga-lhes pelo dia de trabalho, começando pelos primeiros até os derradeiros. Vindo os primeiros, receberam determinado valor. Então, quando os derradeiros vieram, eles cuidaram que receberiam menos; mas, do mesmo modo, receberam o mesmo valor. Ao receberem, maravilhados, disseram ao senhor da vinha: “Verdadeiramente, este é um homem generoso”.

Se Jesus tivesse contado a parábola desta maneira, a conclusão seria sobre a generosidade do senhor da vinha. O propósito da parábola seria, então, ilustrar que Deus é generoso e bondoso. Mas Jesus não o fez desta forma. Ele terminou com as queixas dos trabalhadores que haviam sido contratados na primeira hora. É para este fato que Jesus queria que seus ouvintes voltassem a atenção. A mensagem final, pretendida por Jesus, portanto, centraliza-se na reação dos trabalhadores da primeira hora. A parte fictícia é enfatizada, pois a realidade para a qual Jesus estava apontando envolve a má vontade dos fariseus e professores da lei para aceitar e se alegrar com a oferta graciosa de salvação dos perdidos feita por Deus. De igual modo, o foco de atenção da parábola do filho pródigo é o pai e o irmão mais velho.

O que ocorre no discurso direto?

Se uma parábola apresenta uma conversa, isto requer que os leitores voltem sua atenção para o que está sendo dito. Desta forma, na parábola dos trabalhadores da vinha deveria ser observado que não há nenhuma conversa entre o senhor da vinha e os trabalhadores da hora undécima. Ainda assim, uma conversa longa ocorre entre o senhor da vinha e os trabalhadores da primeira hora (Mt 20.11-15). Da mesma maneira, não há uma conversa entre o pai e o filho pródigo. É verdade que o filho memoriza o seu discurso e o recita (Lc 15.18-19,21), mas o pai não responde de nenhuma forma. Porém, há uma longa troca de palavras entre o pai e seu filho mais velho (vv. 29-32). Em ambos os exemplos, Jesus queria que seus ouvintes voltassem sua atenção para esta conversa.

Qual personagem recebe mais atenção?

Geralmente, ao contar uma história, passamos a maior parte do tempo descrevendo os personagens principais. Os coadjuvantes recebem menos atenção. Na parábola dos trabalhadores da vinha, pelo espaço devotado aos trabalhadores da primeira hora (Mt 20.1-2,10-15), está claro que eles são mais importantes do que os trabalhadores da décima primeira hora (veja, vv. 6,7,9). Esta grande discrepância de espaço, claramente, indica que a mensagem final da parábola se encontra na resposta dos trabalhadores da primeira hora ao senhor da vinha. Esta questão não está tão clara na parábola do filho pródigo. O espaço devotado ao pródigo envolve treze versículos (Lc 15.12-24), enquanto que ao filho mais velho apenas oito (veja, vv. 25-32). Contudo, não é razão suficiente para omitir-se o fato de que o irmão mais velho aparece no final e que o único diálogo encontrado na parábola o envolve.

Conclusão

A chave para se interpretar as parábolas é lembrar que elas não são alegorias, mas que tem como finalidade básica ensinar uma verdade. Devemos, portanto, centralizar nossa atenção na analogia básica da parte fictícia e seu ponto correspondente na parte real. Por exemplo, na parábola do filho pródigo a analogia é que assim como o irmão mais velho não aceitará e não se alegrará com o perdão dado pelo pai ao seu irmão mais moço, os fariseus e professores da lei não estão dispostos a aceitar o perdão de Deus para os coletores de impostos e pecadores, através do ministério de Jesus. Isto, contudo, não torna a parábola uma alegoria, pois há apenas uma analogia básica presente à semelhança do que ocorre em cada metáfora ou símile.

Às vezes, na procura da mensagem final de uma parábola, as seguintes questões provam ser muito úteis: Quem são os dois ou três personagens principais? O que ocorre no final? Quem está envolvido no diálogo? Para qual personagem é dedicado mais espaço? Todavia, após haver compreendido cor-

retamente o significado pretendido por Jesus e pelo evangelista, nossa tarefa ainda não acabou. O aspecto mais importante da interpretação se encontra na mensagem dessas parábolas para as nossas vidas. Como podemos ser beneficiados?

Questões

1. Mantendo em mente a definição de “significado” encontrada no capítulo 2, por que a interpretação da parábola do bom samaritano, feita por Agostinho, está incorreta?
2. Qual a diferença entre alegoria e parábola?
3. Compare a parábola dos trabalhadores da vinha (Mt 20.1-16) com a parábola do filho pródigo (Lc 15.11-32). De que maneira elas se parecem?
4. A quem Jesus dedicou as parábolas encontradas em Lucas 15.4-32? Como o público para o qual o Mestre falou afeta a nossa compreensão do seu sentido principal? Em outras palavras, se essas parábolas fossem dirigidas aos “coletores de impostos e pecadores” (Lc 15.1), a questão básica seria diferente do que se fossem dirigidas aos “fariseus e professores da lei” (Lc 15.2)?

Narrativa Bíblica

A forma literária encontrada com mais frequência na Bíblia é a narrativa. Dentro da tradição judaico-cristã, esse gênero literário possui uma importância única. Muitas pessoas se deparam primeiramente com a Bíblia por meio de suas histórias. Essas histórias, tanto de José, Moisés, Sansão, Davi, Isaías, Jesus ou Paulo são narrativas bíblicas. A Bíblia, na sua maior parte, constitui-se dessa forma literária. Mais de quarenta por cento do Antigo Testamento e, aproximadamente, sessenta por cento do Novo Testamento consistem de narrativas. Envolve livros, tais como Gênesis, Êxodo, Josué a Ester, Mateus a Atos e grande porção de Números, Deuteronômio e os profetas.

Ultimamente, muito esforço tem sido dedicado para entender como essa forma literária funciona e como interpretá-la. Infelizmente, grande parte da discussão é técnica e, muitas vezes, confusa. A discussão também introduziu uma nova terminologia que os amadores acham desconcertante e incompreensível. Tendemos a ficar fora de controle quando nos de-

paramos com termos, tais como autor real (a verdadeira pessoa histórica que compôs o trabalho); autor implícito (o autor que o leitor pode reconstruir através da leitura); narrador, às vezes, definido como um narrador evidente ou omitido (a pessoa que relata a história mas que talvez possa não ser de confiança e desta forma não ser o autor implicado); o narrador onisciente e onipresente (a pessoa que relata a história e está presente em todas as partes e sabe de tudo [como e o que as pessoas estão pensando]); o mundo da história (o mundo criado pelo autor, mas o qual pode não ser real); ponto de vista (a interpretação do evento pelo autor, ou seja, o seu significado pretendido); leitor desejado (o leitor que o autor tinha em mente, quando escreveu); leitor real (qualquer um que leia o relato); leitor ideal (um leitor que tenha informações suficientes para interpretar o relato de forma correta).

Em nossa discussão sobre a narrativa bíblica, devemos tentar simplificar essa terminologia. Devemos nos referir ao autor e não fazer distinção entre o autor real e o autor implícito. Tal distinção é desnecessária desde que compreendamos que nosso conhecimento e compreensão do autor são imperfeitos e se originam do próprio texto. Um exemplo disto encontra-se nos Evangelhos. Não há nenhuma evidência clara de sua autoria. (As atribuições “O Evangelho de Mateus”, “O Evangelho de Marcos”, “O Evangelho de Lucas” e “O Evangelho de João” datam da metade do século II e se originam da tradição e não de qualquer alegação obtida nos próprios Evangelhos.) Quando nos referimos a Mateus, Marcos, Lucas e João, portanto, estamos nos referindo aos autores do primeiro, segundo, terceiro e quarto Evangelhos canônicos e o que podemos saber sobre eles quando lemos seus textos. Além do mais, já que podemos admitir que o narrador dos relatos bíblicos é de confiança e possui o mesmo ponto de vista do autor, não devemos fazer distinção entre eles, mas tratar esses termos como sinônimos.

A expressão “mundo da história” parece mais apropriada ao lidarmos com narrativas bíblicas. Quanto ao “ponto de vista”, já que este é o do autor/narrador, a expressão é essencial-

mente um sinônimo para o “significado” dado aos eventos enquanto os relatava. Já que o escritor acreditava estar falando por Deus, seu ponto de vista e de Deus eram os mesmos. Da mesma maneira, o ponto de vista do escritor, nos Evangelhos, é o mesmo que o ponto de vista de Jesus. Sendo o porta-voz de Deus, o escritor não estava limitado pelo tempo ou espaço. Ele poderia, conseqüentemente, expressar o ponto de vista de Deus e possuía uma onipresença (Gn 3.1-24; Jl 1.6-12; 2.1-6) e onisciência (Gn 6.6,8; 29.20; 38.15; 2 Sm 11.27; Lc 2.29,38; Jo 2.23; 4.1; At 24.26).

O gênero da narrativa bíblica — mito ou história?

Durante os três primeiros milênios, nos quais as narrativas bíblicas vieram a existir, todos os intérpretes pensavam que essas narrativas eram relatos históricos. Mesmo aqueles que usavam uma interpretação alegórica, nesses relatos, reconheciam que os eventos também eram literalmente verdadeiros. Apesar da presença de milagres em tais relatos, os eventos retratados neles eram interpretados de maneira que tivessem ocorrido no tempo e espaço. Os intérpretes acreditavam que se alguém estivesse presente na hora, quando estes eventos aconteceram, poderiam ter sido observados, assim como descritos na narrativa bíblica. Em outras palavras, todos os intérpretes da narrativa bíblica assumiram que esta forma literária era histórica, por natureza. A analogia mais próxima a este material seriam relatórios de outros eventos históricos.

Com a chegada do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, o ceticismo aumentou no que se refere aos eventos sobrenaturais. Este ceticismo foi, primeiramente, aplicado à mitologia pagã e várias tradições da Igreja e, posteriormente, à Bíblia. Na Inglaterra, os deístas começaram a questionar os vários tipos de narrativa bíblica que abordavam milagres. Um machado realmente flutuou (2 Rs 6.6)? O sol realmente parou (Js 10.12-14)? Não demorou muito para que a historicidade de todos os milagres começasse a ser questionada.

À medida que o ceticismo aumentava em relação às narrativas bíblicas que falavam de eventos milagrosos, a questão passou a ser: como tais narrativas poderiam ter “tanto significado” se elas não eram historicamente verdadeiras? Antes do Iluminismo, o significado de um texto era procurado através de investigações do significado pretendido pelo autor. Isto era acessível, pois o autor propositadamente se ajustava às normas de linguagem que regiam a forma literária usada. Com respeito a narrativa bíblica, uma exegese literal e gramatical forneciam o significado do texto. O conteúdo histórico do assunto discutido era aceito para corresponder ao significado pretendido pelo autor. Ainda assim, o que deveria ser feito quando alguém não acreditava mais no conteúdo milagroso das histórias bíblicas? É interessante observar, porém, que nunca foi levantada qualquer questão quanto ao “significado” desses relatos; se eles possuíam uma significação. Apesar da sua suposta natureza imaginária, dizia-se que os relatos de milagres continham significado. Eles tinham que tê-lo. A luta contra a Igreja cristã por aqueles que negavam a possibilidade de milagres, simplesmente não permitia que o significado tivesse qualquer significação, pois a história envolvia milagres e, por isso, não era verdadeira. Desta forma, a fim de preservar “a falta de significado” das narrativas bíblicas, o significado teria que ser redefinido e procurado em outro lugar, e não no que o autor desejava transmitir.

Três alternativas surgiram. A primeira era procurar o significado no evento retratado no texto. Este era o argumento do racionalismo. Os racionalistas dos séculos XVIII e XIX achavam o significado no evento relatado no texto, mas este era diferente do seu relato. A descrição literal, miraculosa, não era o que realmente aconteceu. Assim, o que realmente aconteceu quando as cinco mil pessoas foram alimentadas não foi a multiplicação miraculosa de pães e peixes. Em vez disso, tudo começou quando um garotinho estava disposto a repartir sua pouca porção. Isto fez com que aqueles que tinham trazido mais do que o suficiente compartilhassem o seu alimento. O resultado foi que todas as pessoas foram alimenta-

das. Desta forma, o “significado” do texto bíblico deveria ser encontrado no evento reconstruído e “sem milagres”. Enquanto a reconstrução resultou em novo “significado” (se as pessoas apenas repartirem o que têm haverá mais do que o suficiente para todos”), a maioria das reconstruções racionalistas deixou o intérprete com pouco ou quase nada para pregar ou ensinar. Qual é o valor de um evento mal interpretado como o do sol brilhando no meio das nuvens e iluminando Jesus e dois homens em uma montanha para a transfiguração? Onde há algum significado em Jesus caminhando ao longo da praia e ser confundido com estar caminhando sobre a água?

A influência do racionalismo era tão grande que mesmo aqueles que acreditavam na inspiração do texto desviavam sua atenção do significado desejado pelo autor para o conteúdo do evento. Assim, o que o autor desejava ensinar com o evento não era importante, e o evento passou a possuir significado próprio. As histórias bíblicas, por consequência, eram tratadas independentemente do contexto literário que seus autores lhe deram.

Uma segunda tentativa para encontrar a falta de significado nas histórias de milagres da Bíblia, enquanto negavam sua veracidade, era a teoria da acomodação. De acordo com esse ponto de vista, os autores das narrativas bíblicas sabiam que os eventos não ocorreram da maneira relatada. Eles, assim como aqueles que propunham essa teoria, sabiam que nenhum milagre havia acontecido. Mas os autores compreenderam que estavam vivendo entre as pessoas e estavam procurando servir aos leitores que acreditavam em milagres e na presença do sobrenatural na vida. Sendo assim, formularam princípios e verdades e tentaram ensiná-los sob a forma de histórias milagrosas. Deve ser observado que, de acordo com a teoria da acomodação, o significado dessas histórias era o que o autor queria ensinar com elas. Porém, este deveria ser encontrado no significado pretendido pelos autores, os quais, conscientemente, apresentavam mitos que seus leitores pensariam ser verdade, com o propósito de ensinar princípios e verdades.

Ao comparar os racionalistas com a teoria da acomodação, encontramos um paradoxo interessante. Os racionalistas, por um lado, pensavam pouco sobre a capacidade intelectual dos narradores bíblicos, os quais interpretaram mal o que realmente aconteceu. A teoria da acomodação, contudo, preservava a capacidade intelectual dos escritores, pois estes eram inteligentes o suficiente para saber que os eventos não eram verdadeiros. Além disso, eram brilhantes ao usar a habilidade mítica da mente de seus leitores para ensinar vários princípios religiosos. Por outro lado, os racionalistas protegiam a integridade dos escritores bíblicos. Eles poderiam não ser muito espertos, mas eram honestos! A teoria da acomodação, enquanto protegia a inteligência dos autores, sacrificava sua integridade. Os escritores bíblicos eram um tanto desonestos, pois eles propositadamente levavam o seu leitor a pensar que o seu relato era verdadeiro. O ponto de vista da teoria da acomodação também possuía uma falha, pois nunca conseguiram demonstrar que os escritores bíblicos não acreditavam na historicidade do que relatavam. Pelo contrário, uma coisa parecia razoavelmente clara tanto para os que acreditavam no sobrenatural e os que não acreditavam: era que os autores bíblicos acreditavam verdadeiramente na veracidade do que estavam relatando.

A terceira tentativa para encontrar significado nas narrativas bíblicas, miraculosas, era o argumento mítico. Aqueles que estavam a favor deste ponto de vista aceitavam a integridade dos autores bíblicos e reconheciam que eles realmente acreditavam nos eventos que estavam relatando. Eles também se referiam ao significado dos autores acreditando que sua consciência dava origem a essas histórias de milagre — mitos — que relatavam. Os mitos bíblicos eram essencialmente idéias religiosas usando um traje histórico. O objetivo da interpretação era descobrir o significado desses mitos, o que está representado por esses relatos imaginários. Isto, por vez, era visto como a verdade que estava trabalhando na subconsciência dos autores à medida que escreviam esses mitos. (Esta “subconsciência” não deve ser confundida com o “significado inconsci-

ente” do significado do autor, pois significado inconsciente é uma implicação legítima que se origina diretamente do significado pretendido.) No século XIX, estes significados subconscientes que trabalhavam na mente do autor tendiam a ser boas verdades e valores liberais daquele século XIX. Na primeira metade do século XX, tendiam a ser apelos existencialistas por uma decisão.

O principal problema do argumento mítico quanto à narrativa bíblica é que ele mistura questões históricas e gênero literário. Se deixarmos de lado a questão da veracidade das histórias milagrosas na Bíblia, toda a questão quanto o fato de que essas histórias poderiam ser “mitos” se torna extremamente fácil de responder. As narrativas bíblicas não são mitos. Elas não apresentam uma forma literária mítica. As histórias, na Bíblia, são melhor descritas como uma “narrativa realista”, com descrições honestas e na linguagem de eventos comuns. As histórias da Bíblia vêm o mundo da maneira como tendemos a ver. Monstros e lugares míticos não são encontrados. Eventos reais são descritos, envolvendo personagens reais, em lugares reais e em épocas reais. As narrativas bíblicas assumem que, de fato, estão tratando do que realmente aconteceu. Não há diferença entre narrativa bíblica e história com respeito ao gênero literário. Chamar as histórias bíblicas de “mitos” é uma forma incorreta de descrição. Fazê-lo confunde um julgamento histórico tal como “Milagres não acontecem, portanto, as

Fábulas

Lucy achou que tinha chegado à terra de Narmia, onde sempre é inverno, mas nunca o Natal... Então ela encontrou o Sr. Tumnus, que da cintura para acima era homem, mas da cintura para baixo possuía pernas de cobra.

... A bruxa branca dizia que era a rainha de Narmia, mas todos os Faunos e Driádes e Naiádes e anões e animais odiavam-na. E ela podia transformar as pessoas em pedral...

Narrativa histórica

E, no ano quinze do império de Tibério César, sendo Pôncio Pilatos governador da Judéia, e Herodes, tetrarca da Ituréia... veio no deserto a palavra de Deus a João, filho de Zacarias... E percorreu toda a terra ao redor do Jordão.

De Jime e Alice. A manhã de 7 de dezembro estava quieta. Enquanto almoçávamos, ouvimos o rádio, quando veio a notícia: “interrompemos a programação para um comunicado especial. Os japoneses bombardearam Pearl Harbor...” Imediatamente, nossas vidas mudaram para sempre.

narrativas bíblicas não são verdadeiras”, com um gênero literário como “As narrativas bíblicas usam a forma literária do mito”. Avaliar uma narrativa bíblica como “mítica”, portanto, não tem nenhuma relação com a forma literária da narrativa e como podemos determinar o que o autor queria dizer. Em vez disso, é um julgamento da veracidade da narrativa, e isto afeta a “significação” e não o “significado”. É, essencialmente, um julgamento histórico, usando uma forma literária em vez de uma classificação histórica.

Na tentativa de dar “significado” às narrativas bíblicas, os racionalistas, a teoria da acomodação e os miticistas estavam todos procurando encontrar relevância nesta forma de material bíblico. Ainda assim, a preocupação com a veracidade do conteúdo os fez perderem de vista o lugar onde o significado deveria ser encontrado. O significado de uma narrativa bíblica deve ser encontrado no que o autor desejava ensinar ao leitor ao lembrá-lo do incidente. Ele não é encontrado em alguma subconsciência hipotética dos autores bíblicos. Nem no próprio evento; não é similar ao conteúdo. Isto pode ser visto muito claramente se procurarmos completar a seguinte frase, “Eu, Marcos, lhe contei como um dia Jesus estava cruzando o Mar da Galiléia, com seus discípulos, quando uma enorme tempestade começou... devido ____”. Não podemos preencher o espaço em branco, simplesmente, contando novamente o conteúdo de Marcos 4.35-41. Significado não é apenas contar novamente o que aconteceu. O “significado” de Marcos 4.35-41 envolve o que Marcos estava querendo ensinar aos seus leitores, contando novamente esta história.

Princípios para interpretar uma narrativa bíblica

O propósito da narrativa bíblica não é simplesmente contar o que aconteceu no passado. Ao contrário, seu objetivo é relacionar esses eventos com a fé bíblica. Desta forma, o significado de tais textos não envolvem simplesmente “o que aconteceu”, mas a interpretação do que aconteceu. Ao con-

trário dos materiais legais ou cartas, porém, o significado de uma narrativa é ensinado de maneira implícita em vez de explícita. Os escritores das narrativas bíblicas raramente dizem: “O ponto ao qual quero chegar com esta história é...”. Desta forma, o significado de uma narrativa é mais impreciso para o leitor. Para facilitar a interpretação da narrativa bíblica, os tópicos a seguir são especialmente úteis.

Contexto

Já que a narrativa bíblica é sempre parte de uma narrativa maior, o autor considera que seus leitores procurarão descobrir o significado de uma narrativa em particular baseado no significado geral do livro. Este é um bom exemplo do que é conhecido como “círculo hermenêutico”. O leitor, ao procurar compreender a parte (parte narrativa), o faz baseado na compreensão do todo (o livro inteiro). Por sua vez, esta compreensão da parte torna mais clara a compreensão do todo. É de bom senso compreender que devemos interpretar o livro todo baseado em seus capítulos individuais. Todo este processo é tanto útil quanto frustrante. É frustrante, pois, ao final das contas, isto requer que o leitor possua uma compreensão do texto, por inteiro, para interpretar corretamente a narrativa em particular. É muito útil, porém, porque o autor fornece, com seu escrito, um contexto para o leitor interpretar cada narrativa.

Às vezes, o contexto imediato fornece uma pista sobre como o autor pretende que seus leitores interpretem a narrativa. Um exemplo disto é encontrado em Marcos 1.2-8. Nesta passagem, Marcos conta a história de Jesus sendo batizado por João Batista. Com frequência, esta passagem é lida (e ensinada) como segue:

Como está escrito no profeta Isaías: Eis que eu envio o *meu anjo* ante a tua face, o qual preparará o teu caminho diante de ti. *Voz do que clama no deserto*: Preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas. *Apareceu João batizando* no deserto e pregando o batismo de arrependimento, para remissão de pecados. E toda a província da Judéia e todos os habitantes de Jerusalém iam ter *com ele*;

e todos eram batizados por ele no rio Jordão, confessando os seus pecados. E *João* andava vestido de pêlos de camelo e com um cinto de couro em redor de seus lombos, e *comia* gafanhotos e mel silvestre. E *pregava*, dizendo: Após mim vem aquele que é mais forte do que eu, do qual não sou digno de, abaixando-me, desatar a correia das sandálias. Eu, em verdade, tenho-vos *batizado* com água; ele, porém, vos batizará com o Espírito Santo (Mc 1.2-8; a parte sublinhada e em itálico é do autor).

Na passagem acima, as palavras destacadas tendem a receber maior ênfase quando lidas. Se a passagem é pregada ou ensinada, o orador pode abordar coisas como os pais bondosos de João, seu nascimento milagroso, onde e quando ele foi abençoado, ou como morreu. Se o orador pesquisou um pouco sobre João Batista, pode compartilhar informações sobre João, encontradas nos escritos de Flávio Josefo, falar sobre a relação do batismo neófito de João e dos judeus, ou discutir a possível relação de João com o comunidade de Qumram, que também teve Isaías 40.3 como seu versículo temático.

Ainda assim, Marcos fornece um contexto pelo o qual ele quer que seus leitores interpretem a narrativa. Sua dica de contexto imediato é encontrada em Marcos 1.1: “Princípio do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus”. Embora haja uma questão textual quanto se a expressão “Filho de Deus” era, originalmente, parte do Evangelho de Marcos, este contexto indica que o significado da passagem não se encontra na história de João Batista. Esta narrativa é contada por Marcos a fim de ajudar seus leitores a saber que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus. João Batista não é o mais importante para Marcos. Desta maneira, a ênfase ao ler esta passagem não deveria estar nas palavras em itálico, mas nas sublinhadas. Esta narrativa permite a Marcos mostrar que Jesus de Nazaré é o Messias, o Cristo, o Filho de Deus. João é a pessoa prometida pelo Antigo Testamento para preparar o caminho para o Messias e Senhor. E Jesus é esse Messias prometido. Pelo contexto que Marcos fornece em Marcos 1.1, sabemos qual é o significado da presente narrativa.

Isto é confirmado quando levamos em consideração o contexto do livro inteiro. O Evangelho de Marcos trata da pessoa

de Jesus. De Marcos 1.1 a 16.8, Ele é a personagem central. Não há narrativa no livro que de alguma maneira não esteja centralizada nEle. Ele é a peça principal, o foco e o objeto de todo o Evangelho. Assim, quando lemos Marcos 1.2-8, precisamos fazer a seguinte pergunta: “Por que Marcos incluiu esta história ao nos contar sobre Jesus?” O contexto maior do livro, também, nos leva a ler essa narrativa à luz do que ela ensina sobre Jesus de Nazaré.

Outra maneira pela qual o autor dá dicas sobre como quer que seus leitores interpretem uma narrativa pode ser através de suas introduções e conclusões. O livro de Deuteronômio termina com uma conclusão que resume o conteúdo dos livros de Êxodo à Deuteronômio:

E Josué, filho de Num, foi cheio do espírito de sabedoria, porquanto Moisés tinha posto sobre ele as suas mãos; assim, os filhos de Israel lhe deram ouvidos e fizeram como o Senhor ordenara a Moisés. E nunca mais se levantou em Israel profeta algum como Moisés, a quem o Senhor conhecera face a face; nem semelhante em todos os sinais e maravilhas, que o Senhor o enviou para fazer na terra do Egito, a Faraó, e a todos os seus servos, e a toda a sua terra; e em toda a mão forte e em todo o espanto grande que operou Moisés aos olhos de todo o Israel (Dt 34.9-12).

Por este epílogo, o autor encerra o Pentateuco e introduz o livro de Josué. Da mesma forma, em Êxodo 3.6-12, ele começa com uma introdução que revela o ocorrido de Êxodo a Deuteronômio.

A introdução do livro de Josué dá aos leitores o tema do livro: “E sucedeu, depois da morte de Moisés, servo do Senhor, que o Senhor falou a Josué, filho de Num, servo de Moisés, dizendo: Moisés, meu servo, é morto; levanta-te, pois, agora, passa este Jordão, tu e todo este povo, à terra que eu dou aos filhos de Israel” (Js 1.1-2). Obviamente, devemos interpretar este livro tendo em mente que o livro de Josué é um relato do grande líder, sucessor ordenado divinamente por Moisés, o qual Deus usaria para guiar os filhos de Israel à terra prometida.

No livro de Juízes, o autor também nos remete ao tema de seu trabalho, nos versículos iniciais: “E sucedeu, depois da morte de Josué, que os filhos de Israel perguntaram ao Senhor, dizendo: Quem dentre nós primeiro subirá aos cananeus, para pelejar contra eles? E disse o Senhor: Judá subirá; eis que lhe dei esta terra na sua mão” (Jz 1.1,2). O autor nos revela que seu livro é sobre um período no qual havia uma crise de liderança em Israel. Não existia nenhum líder para suceder Josué. E o autor aborda isto no versículo final do livro: “Naqueles dias, não havia rei em Israel, porém cada um fazia o que parecia reto aos seus olhos” (Jz 21.25). O futuro papel da tribo de Judá também é apontado, pois, quando Israel recebesse seu rei, ele viria de lá.

Os escritores do Evangelho auxiliam, também, os leitores com dicas de conteúdo apresentadas em suas introduções e conclusões:

Jesus, pois, operou também, em presença de seus discípulos, muitos outros sinais, que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome (Jo 20.30,31).

Livro da geração de Jesus Cristo, Filho de Davi, Filho de Abraão... E, tendo nascido Jesus em Belém da Judéia, no tempo do rei Herodes, eis que *uns* magos vieram do Oriente a Jerusalém... Então, veio Jesus da Galiléia... Então, foi conduzido Jesus pelo Espírito (Mt 1.1; 2.1; 3.13; 4.1).

Tendo, pois, muitos empreendido pôr em ordem a narrativa dos fatos que entre nós se cumpriram, segundo nos transmitiram os mesmos que os presenciaram desde o princípio e foram ministros da palavra. Pareceu-me também a mim conveniente descrevê-los a ti, ó excelente Teófilo, por sua ordem, havendo-me já informado minuciosamente de tudo desde o princípio, para que conheças a certeza das coisas que *já* estás informado (Lc 1.1-4).

Cada escritor dos Evangelhos procura, através de suas várias narrativas, falar sobre Jesus aos seus leitores. Como resultado, a maioria das narrativas deveriam ser interpretadas à luz da identidade e da missão de Jesus.

Ainda assim, há um contexto maior dentro do qual as narrativas bíblicas se inserem. Os escritores das narrativas históricas no primeiro e segundo livro de Samuel, Reis e Crônicas trabalham em cima do contexto do Pentateuco, Josué e Juízes. Eles aceitam como norma o que aconteceu e foi ensinado nesses livros e, também, esperam que seus leitores estejam familiarizados com eles e os aceitem como tal. Da mesma forma, o escritores do Novo Testamento se baseiam nos ensinamentos do Antigo (Mt 1.1; Mc 1.2,3; Rm 1.2; 4.1-3; 9.1-5; Hb 1.1,2; Tg 1.1 etc.).

Comentários do autor

Em várias ocasiões, os autores das narrativas bíblicas, nos seus relatos, dão pistas sobre como seus leitores deveriam interpretar estas narrativas. Um exemplo disto encontra-se quando um rei utiliza a expressão: “O que era certo aos olhos de Deus” (1 Rs 14.8; 15.5; 22.43; 2 Rs 10.30; 14.3; 15.3,34; 18.3; 22.2; 2 Cr 24.2; 25.2; 26.4; 29.2; 34.2). Com freqüência, o escritor, também, descreve por que um rei agiu bem aos olhos de Deus e, desta maneira, compartilha seu sistema de valores com quem está lendo. Os autores desses livros também revelam quem fez “o mal perante os olhos do Senhor” (1 Rs 11.6; 15.26,34; 16.19,25; 21.25; 2 Rs 3.2; 8.18,27; 13.2,11; 15.9,18,24,28; 21.2,15,16,20; 23.32,37; 24.9,19; 2 Cr 12.14; 22.4; 33.2,9; 36.5,9,12) e que mal era esse.

Em todas as narrativas bíblicas, encontramos várias inserções, feitas pelo autor, que são colocadas para ajudar a quem está lendo. Marcos, com freqüência, insere em seu Evangelho tais comentários quando palavras estrangeiras aparecem em seu relato (5.41; 7.11,34; 15.22,34) ou para ajudar seus leitores a compreender o incidente que está relatando (12.12,18,42; 14.1,2,56; 15.7,16,42; compare com Gn 13.6; 14;2; Jz 13.16; 1 Sm 9.9; 2 Sm 13.18; 19.32). Frequentemente, o texto grego é introduzido por uma preposição (6.16,20,48,50; 7.3,4; 9.6,31,32; 11.13,18,32). Às vezes, o evangelista também insere um comentário teológico importante, a fim de ajudar seus leitores a ver a importância teológica do incidente. Em Marcos

7.19, o autor acrescenta “Porque não entra no seu coração, mas no ventre e é lançado fora, ficando puras todas as comidas?” Isso permite que o leitor compreenda que uma das implicações deste incidente é que não era mais necessário manter as leis alimentares judaicas quanto ao “kosher”. Outra inserção do tipo é encontrada em Marcos 8.35, onde o evangelista acrescenta o termo “evangelho” (veja as dicas paralelas em Mt 16.25 e Lc 9.24). Desta forma, indica que perder a vida por amor a Cristo é perder a vida para o bem do Evangelho. Em outras partes, Marcos apela diretamente aos seus leitores para que prestem atenção ao que estão lendo (13.14) e se refere a todos os componentes do seu público (15.21).

Outra maneira pela qual um narrador fornece dicas para ajudar seus leitores a encontrar o significado de sua narrativa, envolve o uso das declarações breves que ele insere no texto. Após o relato da criação, em Gênesis 1.1-30, o narrador resume o trabalho de Deus: “E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom; e foi a tarde e a manhã: o dia sexto” (Gn 1.31). Tais resumos são, também, encontrados nos Evangelhos. Após uma descrição inicial de Jesus entrando em cena, Marcos resume a história, fornecendo ao leitor tanto uma idéia de tempo quanto do tema relacionado ao ministério de Cristo: “E, depois que João foi entregue à prisão, veio Jesus para a Galiléia, pregando o evangelho do reino de Deus e dizendo: O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no evangelho” (Mc 1.14,15). O tema da chegada do reino de Deus (4.11,26,30; 9.1,47; 10.14,15,23-25; 12.34; 14.25; 15.43) e a pregação (1.4,7,38,45; 3.14; 5.20; 6.12; 7.36; 13.10; 14.9) do evangelho são uma ênfase constante das narrativas seguintes. Posteriormente, Marcos fornece outro resumo para ajudar seus leitores a entender que a morte de Jesus era necessária e estava de acordo com o propósito divino: “E começou a ensinar-lhes que importava que o Filho do homem padecesse muito, e que fosse rejeitado pelos anciãos, e príncipes dos sacerdotes, e pelos escribas, e que fosse morto, mas que, depois de três dias, ressuscitaria. E dizia abertamente estas palavras. E Pedro o tomou à parte e

começou a repreendê-lo” (8.31,32). A importância deste tema para Marcos é vista no fato de que este resumo é repetido de tempos em tempos (9.30,31; 10.32-34,45). Lucas, da mesma maneira, através de seus resumos, aponta a necessidade divina dos vários eventos registrados no seu Evangelho, especialmente a morte de Jesus (Lc 9.22; 13.33; 17.25; 22.37; 24.7,26,27,44; At 17.3).

Repetição

Outra maneira pela qual o autor compartilha o seu significado com o leitor é pela repetição de temas. O autor do livro de Juízes, por exemplo, revela seu propósito, escrevendo através da constante repetição de dois temas principais. Um envolve a experiência cíclica de Israel de rebelião, retribuição, arrependimento e restauração (veja, 3.7-9, para um resumo sucinto). Quando Israel age “mal aos olhos de Deus” (2.11-12; 3.7,12; 4.1; 6.1; 10.6; 13.1), o Senhor o entrega aos seus inimigos (2.14; 3.8,12; 4.2; 6.1; 10.7; 13.1). Quando Israel se arrepende e clama pela ajuda do Senhor (3.9,15; 4.3; 6.6,7; 10.10,12), Deus, então, o livra (2.16,18; 3.9,15; 6.9; 10.12). O autor, claramente, procura ensinar a seus leitores que o pecado leva ao julgamento, mas o arrependimento conduz à salvação.

Um exemplo mais profundo de repetição pelo qual o autor do livro de Juízes ajuda seus leitores a compreender sua intenção é encontrado na frase constantemente repetida: “Naqueles dias, não havia rei em Israel” (17.6; 18.1; 19.1; 21.25). O autor aponta que isso resultou em caos e anarquia em Israel. Às vezes, Deus enviava um salvador ou juiz para libertar várias tribos de seus inimigos, mas o resultado da ausência de uma liderança é que “cada qual fazia o que parecia direito aos seus olhos” (17.6; 21.25). O autor termina seu escrito com estas palavras e assim prepara seus leitores para a chegada da monarquia. Observe, também, como os escritores bíblicos revelam as normas soberanas de Deus sobre eventos pela repetição da frase “para cumprir a palavra do Senhor” (1 Rs 2.27; 12.15; 15.29; 16.12,34; 2 Rs 1.17; 23.16; 24.2).

Encontramos um tipo similar de repetição de temas-chaves no Evangelho de Lucas. Ele continuamente enfatiza a importância do Espírito Santo na vida e no ministério de Jesus. O Espírito está envolvido no nascimento de João Batista (1.15) e na concepção de Jesus (1.35). Antes de seu nascimento, o Espírito serve de testemunha para Jesus (1.41,45). Em seu batismo, o Senhor é ungido pelo Espírito de maneira poderosa (3.22 — observe a expressão: “em forma corpórea, como *uma* pomba”). “Cheio do Espírito Santo” ele é, então, guiado para o deserto (4.1). Quando retorna, “pela virtude do Espírito” segue para Nazaré (4.14), onde prega o seu primeiro sermão: “O Espírito do Senhor é sobre mim” (4.18). Claramente, com esta repetição, Lucas quer que seus leitores compreendam a importância do Espírito na vida e no ministério de Jesus. Isto mostra a importância da Espírito para a vida e o ministério da Igreja em seu segundo escrito, o livro de Atos.

Oradores autorizados

Outra forma pela qual um autor ajuda seus leitores a compreender o significado de sua narrativa é colocando diálogos-chaves na boca dos vários oradores. O leitor sabe, devido a quem está falando, se o que está sendo dito representa a mente do narrador. Por exemplo, quando Deus ou Jesus falam, o leitor sabe que o autor quer que aceite o que está sendo dito como verdade. Da mesma maneira, quando servos fiéis de Deus, como patriarcas, profetas, ou apóstolos falam, isto deve, também, ser considerado como verdadeiro e autorizado, a não ser que o narrador revele o contrário. Às vezes, os personagens são retratados positivamente pelo narrador, de forma que o leitor reconhece o que eles dizem ou fazem como algo a ser aceito por estar de acordo com a vontade de Deus. Por exemplo, Lucas se desvia um pouco para descrever José de Arimatéia como “homem de bem e justo... e que também esperava o reino de Deus” (Lc 23.50,51). Devido ao fato de ser membro do Conselho que havia tramado contra Jesus, Lucas também acrescenta que ele “não havia aprovado aquela decisão”. Desta maneira, podemos aceitar como boa e nobre a ação de en-

terror Jesus em sua sepultura. Já que o fato de não ter filhos pode ser interpretado como sinal de julgamento (ver Gn 16.4,11; 29.32; 30.1; Lv 20.20,21; 1 Sm 1.5,6,11; 2.5-8; 2 Sm 6.23; Jr 22.30; 36.30; Lc 1.25) quando Lucas descreve Zacarias e Isabel como pais sem filhos (Lc 1.7); acrescenta que “eram ambos justos perante Deus, andando sem repreensão em todos os mandamentos e preceitos do Senhor” (Lc 1.6). Assim, podemos confiar neles como exemplos positivos de piedade, exceto, como Lucas aponta, pela falta temporária de fé de Zacarias (Lc 1.11,12).

Em toda a Bíblia os narradores ajudam o leitor a compreender como interpretar suas palavras. Isto é frequentemente feito através do uso de personagens positivos (1 Sm 29.9; 2 Sm 14.17, 20; 19.27; 1 Rs 18.31; Jó 1.1), mas também através de personagens maus (Gn 13.13; 1 Sm 2.12; 25.3; 2 Sm 20.1; 1 Rs 12.8). Neste caso, transmitem idéias e ações que devem ser evitadas. Mesmo que um autor não forneça uma descrição desses personagens, somos capazes de julgar se ele as aprova ou não pelo fato de exemplificá-los à luz do plano de Deus revelado no restante da Bíblia. Independente de qualquer comentário editorial, o leitor sabe se eles devem ser vistos positiva ou negativamente, devido aos ensinamentos encontrados nos escritos canônicos anteriores. Da mesma forma, a não ser que informem aos seus leitores o contrário, os autores assumem que as ações, ensinamentos e comportamentos dos personagens, nos Evangelhos e Atos, devem ser interpretados positiva ou negativamente à luz dos ensinamentos encontrados no Antigo Testamento.

Diálogo ou discurso direto

Uma maneira pela qual o autor fixa a atenção dos seus leitores, dentro de um relato, é através do diálogo. Quando o discurso indireto (uma conversa relatada de maneira indireta) se transforma em discurso direto (conversa marcada por aspas) esta é uma dica de que deve ser prestada muita atenção ao que está sendo dito. Assim, na história em que Jesus acalma a tempestade, a chave para compreender a narrativa surge

nas palavras pronunciadas pelos discípulos, “Mas quem é este que até o vento e o mar lhe obedecem?” (Mc 4.41). O que Marcos procura compartilhar com seus leitores, quando relata a história, é que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus. Ele é o Mestre da própria natureza. Até mesmo os perigos e ameaças da natureza não podem suplantar aqueles que são seus filhos!

Em muitos relatos, deparamo-nos com diálogos entre Deus e seus servos, nos quais o tema principal da narrativa se torna claro. É na divina teofania de Êxodo 3, onde Deus fala diretamente a Moisés, que o autor fornece a dica para a compreensão não só de sua narrativa, mas do livro inteiro. Eles tratam sobre aquele que disse a Moisés, “Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó... tenho visto atentamente a aflição do meu povo, que está no Egito... desci para livrá-lo das mãos dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e larga, a uma terra que mana leite e mel...” (Êx 3.6-8). Nesta narrativa, o discurso direto nos diz que Moisés seria usado por Deus para guiar o povo de Israel da escravidão imposta pelo Faraó do Egito à terra de Canaã. Desta mesma forma, o discurso inicial de Josué 1.2-9, onde o Senhor fala com o sucessor de Moisés, o autor estabelece o estilo não apenas para a narrativa seguinte, mas para o livro inteiro.

Conclusão

A interpretação da narrativa bíblica apresenta alguns problemas únicos. Isto é especialmente verdadeiro se a historicidade dos eventos registrados é negada. Se, porém, o significado de uma narrativa bíblica é determinado pelo que o autor desejava dizer, então, a historicidade ou falta de historicidade do evento registrado, de maneira alguma, muda o significado. O relato significa o que autor desejava dizer quando escreveu, não importando se o fato descrito é verdadeiro ou não. Paulo compreendeu isto. A interpretação que ele deu à morte e ressurreição de Jesus sempre permanecerá a mesma, não importando se Jesus se ergueu de entre os

mortos ou não. Todavia, se Cristo não se ergueu de entre os mortos, a interpretação que Paulo deu à isso é tola. É uma falsificação; e fé em história imaginária é fútil (1 Cr 15.12-19). O Cristianismo se ergue ou cai, baseado na veracidade das narrativas bíblicas. Os cristãos não podem procurar significado em alguma subconsciência mítica dos autores, que teria dado origem a essas histórias imaginárias. Muito menos pode procurar significado em uma reconstrução do “que realmente aconteceu”. O significado de uma narrativa bíblica é o que o autor queria ensinar com o evento registrado. Já que o significado dependia, nas suas mentes, da veracidade do que estavam relatando, se não acreditarmos que esses eventos aconteceram, o significado deve ser rejeitado. Ele não pode, contudo, ser transformado em outra coisa.

Quanto ao descobrimento desse significado, observamos vários princípios que nos ajudarão. O contexto literário que autor deu tem mais valor. Esse contexto envolve não apenas os versículos que precedem e sucedem as passagens, mas todo o escrito. Devemos interpretar uma narrativa em particular, baseado no tema e propósito do livro todo no qual é encontrada. Isto requer estudo, mas esse estudo será recompensado com uma compreensão mais clara de como essa narrativa se encaixa no livro (todo). Outras vezes, o autor ajuda seus leitores na interpretação de sua narrativa, inserindo vários comentários no relato. Isto pode fornecer informações históricas e culturais necessárias para ajudar a compreender a narrativa. Em outros casos, o autor pode fornecer um tipo de resumo e este pode aparecer não apenas no final da narrativa, mas no começo ou no meio. Através da repetição, o autor também ajuda seu leitor a compreender o que ele procurava ensinar. Outra maneira de auxiliar é usando oradores autorizados que tratem da questão que está sendo abordada. Da mesma forma, através do uso do diálogo o autor ajuda seu leitor a voltar sua atenção para a importância do que está sendo dito. Mantendo tudo isto em mente, podemos compreender o significado de uma narrativa bíblica desde que não confundamos este significado com o seu conteúdo. Seremos aju-

dados, se, enquanto investigamos tais narrativas, procurarmos completar o seguinte paradigma: “Eu [o autor bíblico] escrevi desta forma... [a narrativa bíblica] porque _____”.

Questões

1. Quais são algumas das indicações que um autor bíblico dá aos leitores para determinar se o que segue é uma parábola, narrativa histórica ou fábula?
2. Qual é a principal diferença entre uma narrativa histórica como *Júlio César*, de Shakespeare, ou *E o vento levou*, de Margaret Mitchell, e *A Segunda Guerra Mundial*, de Winston Churchill, ou *O dia mais longo da história*, de Cornelius Ryan?
3. Quando estivermos lendo um livro, para quais partes devemos voltar a nossa atenção, em particular, a fim de compreender o propósito do autor? E em um livro bíblico?
4. Por que muitos intérpretes bíblicos rejeitam a definição de significado, citada no capítulo 2?
5. Defina o que significa “contexto”, neste capítulo.
6. Como você interpretaria um trabalho que começasse com a expressão: “Era uma vez...”? Por outro lado, como você interpretaria outro texto com a seguinte introdução: “Eram as primeiras horas da manhã de 6 de junho de 1944. Um pequeno navio secretamente aportou na costa da Normandia, quando...”? Você procuraria o “significado” de maneira diferente? O que seria diferente? Você trataria a “significação” de maneira distinta? E a “matéria do assunto”?

Cartas

No Novo Testamento, a forma literária dominante é a epístola ou carta. Tecnicamente, carta é uma forma de comunicação menos literária e mais pessoal, cuja finalidade é manter o relacionamento entre o remetente e o destinatário. Surge sempre de uma situação determinada e fala para uma realidade específica. Uma epístola é mais artística na forma e é projetada como um tratado auto-explicado para um público bem extenso. Contudo, a distinção entre ambas pode ser obscura. Os escritos de Paulo parecem colocar-se entre as duas formas. Assemelha-se a uma carta em Filemom e, em Romanos, a uma epístola. Hoje em dia, as cartas possuem uma forma literária particular (data, endereço, saudação, contexto, conclusão e nome). As cartas do período bíblico possuem uma forma geral.

A forma de uma carta antiga

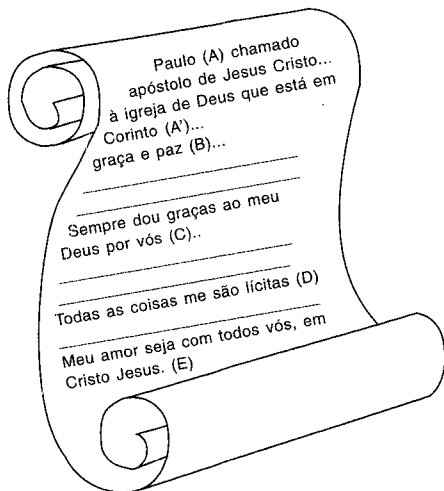
Nas cartas antigas, habitualmente, encontramos o seguinte:

- Saudação — Consiste de uma referência ao remetente (“Paulo e Timóteo, servos de Jesus Cristo”) e ao desti-

natário (“A todos os santos em Cristo Jesus que estão em Filipos, com os bispos e diáconos”), com uma saudação (“graça a vós e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e da do Senhor Jesus Cristo”, Fp 1.1,2). A saudação de Paulo segue as convenções de sua época. A principal diferença é que, enquanto a mais tradicional saudação daquele tempo usaria o termo “saúde” (*chairein*), como no livro de Atos 15.23; 23.26 e em Tiago 1.1, e um judeu usaria “paz” (*shalom*), Paulo usa uma saudação cristã mais marcante “graça e paz” (em 1 Tm 1.2 e 2 Tm 1.2, encontramos: “graça, misericórdia e paz”). Em várias ocasiões, Paulo usa sua saudação para explicar porque teria escrito a carta (Rm 1;5-7a; 15.15-29), preparando seus leitores para a sua argumentação no contexto da mesma (Gl 1.4; 1.11—2.21).

- Ação de Graças e/ou Oração — É encontrada em todas as cartas de Paulo, exceto em Gálatas, onde sua omissão é significativa.
- Contexto — Esta é a parte mais extensa das cartas de Paulo, como pode ser vista em Romanos 1.18—11.36; Gálatas 1.6—4.31; e, ainda, também, em 1 Coríntios 1.10—4.21.
- Exortação e Instrução — Observe Romanos 12.1—15.32; 1 Coríntios 5.1—16.18; Gálatas 5.1—6.15.
- Conclusão — Pode incluir assuntos como: um pedido por paz (Rm 15.32; 2 Co 13.11; Gl 6.16); saudação (Rm 16.1-15; 1 Co 16.1-20a; 2 Co 13.13); osculo santo (Rm 16.16; 1 Co 16.20b; 2 Co 13.12); uma conclusão escrita pelo próprio autor (1 Co 16.21; Gl 6.11; Cl 4.18; 2 Ts 3.17); bênção (Rm 16.20; 1 Co 16.23,24; 2 Co 13.14; Gl 6.18).

Geralmente, um autor não fica preso a esta forma, mas é importante o intérprete observar esses exemplos, para estar atento quando o autor se desviar deles. Na carta aos Gálatas, Paulo omite uma palavra de ação de graças e/ou oração e, desta forma, revela sua ira e frustração com relação ao que



1º de junho de 1999

Minha querida Joana, (A')

Tenho ouvido falar de você. E estou satisfeito que todas as coisas estão indo bem (B)...

Permita-me dividir com você um pouco do que tenho feito (C)...

Não desanime, continue olhando para frente (D)...

Com amor, (E)

Roberto (A)

havia acontecido na igreja. Paulo, simplesmente, não poderia encontrar algo para agradecer em relação às recentes mudanças dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, Paulo também usava “graças” para preparar seus leitores para o que irá escrever no contexto da carta. Em 1 Coríntios 1.5, Paulo se refere a “conhecimento”, “oração”, “dádivas espirituais” da igreja de Coríntios, e essas são atribuídas por extensão, em 1 Coríntios 1.18—4.21 e 12.1—14.40. Podemos também observar isso na “ação de graças”, em Filipenses 1.4 (a alegria como tema), e 1.5 (a cooperação dos Filipenses para com a proclamação do evangelho, por Paulo).

A outra é referida em 2.19,30; 4.10-19, e o padrão é encontrado disperso por toda a carta (1.18,25; 2.2,17,18,28,29; 3.1; 4.1,4,10). Uma adição de material pouco comum para saudação, como em Gálatas 1.1 e Romanos 1.1b-6, revela muito sobre a intenção de Paulo ao escrever estas cartas.

De forma similar, Paulo, de vez quando, usa suas conclusões como uma oportunidade para recapitular o que foi colocado no corpo da carta. Isso pode ser visto em Gálatas 6.16, onde modifica a sua oração normal (Rm 15.33; 2 Co 13.11; Fp 4.9; 1 Ts 5.23; 2 Ts 3.16), e em 6.17, onde defende o seu

apostolado (1.11—2.21). Outro exemplo pode ser visto em 1 Tessalonicenses 5.23,24, onde temos uma exortação à vida santificada (5.23a; cf. 1.3; 3.11-13; 4.1,3,7; 5.8), uma referência à volta de Cristo (5.23b; cf. 1.3,10; 2.19; 3.13; 4.13-18; 5.1-11), e talvez um convite à lealdade, nos tempos de perseguição (5.34; cf. 1.6; 2.2,14; 3.2,4).

Interpretando as palavras da Bíblia

Na busca do entendimento de como Paulo usava uma palavra em especial, podemos entender que o significado por ele pretendido repousa sobre os tipos de linguagem de seu público, a menos que seja declarado o contrário. Desta maneira, podemos conhecer a extensão dos significados possíveis dessas palavras. Esta vasta possibilidade atualmente disponível pode ser encontrada em dicionários da Bíblia ou nos léxicos grego e hebraico, para aqueles que possuem certa facilidade com as línguas bíblicas. A solução para o intérprete é, na medida do possível, estreitar a possibilidade de significados de uma palavra para que seus leitores compreendam. (Contudo, em algumas ocasiões, o autor pode ter tido a pretensão de dar um duplo sentido, como por exemplo, em trocadilho; todavia, tais ocorrências são raras.)

É óbvio que nem todas as palavras são igualmente importantes em uma discussão levada a cabo pelo autor. Algumas, porém, possuem função crucial. Por exemplo, o termo “justificação” é, claramente, um termo chave em Romanos 4, devido a sua freqüência (aparece onze vezes). Ao mesmo tempo, um autor ajuda seus leitores através de uma definição cuidadosa sobre o que ele quer dizer com um termo em especial. Isto pode ser feito de várias maneiras. Uma das mais comuns é através do uso de uma cláusula explicatória. (Observe como Paulo explica o que ele quer dizer com o termo “evangelho”, em 1 Co 15.1, por meio da cláusula “por”, nos vv. 3-5; também a explicação para o termo “templo”, em Jo 2.21; “perfeito”, em Hb 5.14; “seu servo, o mais velho”, em Gn 24.2.) Outra forma de um autor explicar o significado de um termo é atra-

vês do uso de um aposto (“circuncisão”, em Rm 4.11; “fornicação”, em 1 Co 5.1). Outra é através do paralelismo sinonímico (como “ama” e “inimigos” são explicados em Lc 6.27,28; como “pedir” e “será dado” são explicados em Mt 7.7,8). Na maioria dos exemplos, contudo, o sentido específico de um termo deverá ser determinado de outras formas.

O valor da etimologia

Os intérpretes antigos procuraram investigar a etimologia de uma determinada palavra, com o objetivo de entender o seu significado em uma frase. Sem dúvida alguma, muitos de nós temos ouvido alguém se referindo ao “sentido original dessa palavra”. Eu, pessoalmente, já ouvi muitas pessoas tentando elucidar o sentido original de uma palavra bíblica através do significado que ela tem no idioma pátrio no qual foi empregada. Aparentemente, o orador não faz idéia ou não refletiu sobre o fato de que o autor bíblico não escreveu em português, já que esta língua não existia naquela época.

A falácia da procura de um sentido particular de uma palavra, através do seu significado etimológico, pode ser observada pelos reflexos sobre nós quando usamos a linguagem. Quantas vezes, nas últimas vinte e quatro horas (ou mesmo uma semana ou mês), você pensou sobre a etimologia de qualquer uma das palavras que usou para falar ou escrever? Quando falamos ou escrevemos, estamos sempre interessados apenas no significado presente dos vocábulos que estamos usando. Em outras palavras, não estamos interessados no que eles significavam quando passaram a existir, mas o que significam agora. Hoje, provavelmente, quando alguém de fala inglesa usa o termo “nice” (bela), não faz idéia que no século XVIII significava “preciso” (exato) ou que veio do latim “nescius”, cujo sentido era “ignorante”. Claro que não. Ou que o termo “let” (permitir) veio de uma antiga palavra da língua holandesa “lette”, a qual significava “obstruir”. Mesmo quando utilizamos um termo em seu antigo sentido, poucas pessoas percebem que o estamos empregando de acordo com o seu sentido etimológico. (Dois outros exemplos, agora em

português, de palavras cujo significado etimológico é completamente diferente: generoso, do latim *generosus*, que significa “nascimento”, “raça”, “classe”, e *asbestos*, do grego *asbestos*, que significa “inextinguível”.)

A etimologia de uma palavra é de pouca importância na interpretação bíblica. É útil apenas em duas situações. A primeira quando não temos a menor idéia do sentido da palavra bíblica, porque é raramente encontrada. Um exemplo relaciona-se com a palavra “cada dia”, na Oração do Pai Nosso. Este termo grego é encontrado apenas três vezes na literatura grega antiga. (Alguns alegam ter encontrado um quarto exemplo em fragmentos de papiros, mas esses fragmentos não foram encontrados.) Os três exemplos são: a Oração do Pai Nosso, em Mateus, a Oração do Pai Nosso, em Lucas, e a Oração do Pai Nosso, em um escrito no início do século II, chamado Didaquê. Entre os eruditos tem havido uma disputa acirrada sobre o sentido da raiz dessa palavra. Encontramos, também, exemplos no Antigo Testamento, onde uma palavra, cujo significado não sabemos, é encontrada apenas uma vez ou duas e em mais nenhum outro lugar na literatura antiga do Oriente Médio. Nesses exemplos, apelamos para o sentido etimológico hipotético, porque não temos outros elementos para nos basearmos. Ficamos sem esperança! Ainda assim, devemos ter cuidado para nunca colocar maior peso sobre o significado hipotético.

A segunda situação é no uso de nomes próprios. Constantemente, nomes são escolhidos intencionalmente devido ao sentido etimológico. O exemplo mais famoso desse fato é encontrado em Mateus 1.21, onde José tem a revelação de que o nome a ser dado ao filho de Maria era Jesus (em hebraico, *yehoshua*), porque ele iria salvar (em hebraico, *yasha*) seu povo dos seus pecados. O nome dado ao filho de Maria é cuidadosamente escolhido, baseado na etimologia do nome “Jesus”, o qual é o equivalente grego do termo hebraico *Joshua*, cujo sentido original é “Yahweh é salvação”. Dois versículos depois, em Mateus, o filho de Maria é chamado “Emanuel”, que tem como significado original, “Deus irmana-

do conosco”. Encontramos numerosos casos nos quais pessoas do Antigo Testamento são chamadas segundo a etimologia do nome. Isto se devia ao fato da idéia habitual de que o caráter corresponderia ao significado dos nomes pelos quais seriam chamadas: Eva (Gn 3.20), Caim (4.1,2), Sete (4.25); Abraão (17.5); Isaque (21.3); Esaú (25.25), Jacó (25.26); Lo-Ami (Os 1.9). Algumas vezes o nome tem significado etimológico, mas não é explicado, como: Elias (YHWH é Deus); Semaías (O Senhor ouviu [as orações de seu pai e de sua mãe]); Eliezer (Meu Deus é meu amparo). A importância da etimologia nos nomes é vista especialmente nos nomes de Deus: Yahweh ou Senhor (“Eu sou”); “El Shaddai” ou o “Todo-poderoso” (“Deus Todo-poderoso”); El Elyon ou “Nas Alturas” (Deus nas Alturas); El Olam ou o “Deus para todo sempre” (“Deus da Eternidade”); El Berith (“Deus da Aliança”). Além disso, mais propriamente em usos limitados, contudo, a etimologia de uma palavra produz pequena ajuda no entendimento do que o autor quis dizer ao utilizar determinadas palavras. Há uma grande verdade particular nesses exemplos, onde as palavras têm sentido idiomático.

Entendendo o sentido por meio de autores parecidos

Se o recurso-chave para obter o sentido possível de uma palavra em particular é um dicionário ou vocabulário, o recurso-chave para o entendimento deste sentido específico é uma concordância gramatical. Através da visão de como essa palavra é usada em vários lugares, podemos, eventualmente, vir a entender a maneira que o autor a está usando. O que o povo pensava com relação a um determinado termo, quando o autor lhes escreveu, utilizando-o? Quais eram as pessoas que pensavam de forma similar ao autor bíblico e qual era o sentido que davam a determinado termo? É evidente que o pensamento de Paulo se aproximava mais de um escritor clássico de seu tempo do que de escritores gregos contemporâneos. Deste modo, quando Paulo, em Efésios 5.18, se refere ao “vinho” é pelo fato de que pensava da mesma forma que os

escritores antigos; seu conhecimento da palavra é, portanto, diferente de como as pessoas em nossos dias a utilizam. Assim, é possível que Paulo, ao usar essa palavra, tenha dado o sentido que lhe era comum, ou seja, a mesma mistura de água e vinho referida pelos escritores gregos antigos (Homero, *Odisséia* 9.208-9; Plínio, *História Natural* 14.6.54; Plutarco, *Simpósio* 3.9 e, especialmente, Ateneu, *Banquete*, Livro 10).

Igualmente, podemos nos aproximar do que Paulo entendia, perguntando como os tradutores gregos do Antigo Testamento (Septuaginta ou versão dos LXX) compreendiam um termo, em particular, pelo fato de Paulo pensar mais como eles do que como os escritores gregos clássicos. Desta forma, se a versão dos LXX era a Bíblia da Igreja primitiva, Paulo, por sua vez, iria usar palavras de sentidos parecidos com as empregadas por essa versão. Desta forma, seria útil também descobrir como os escritores bíblicos contemporâneos de Paulo empregavam os mesmos termos. Mais útil, ainda, seria descobrir como o mesmo autor usa os mesmos vocábulos em outros lugares de suas cartas. Por exemplo, quando Paulo, em Filipenses 1.29, diz: “Porque a vós vos foi concedido, em relação a Cristo, não somente crer nele, mas também padecer por ele”, seu uso do termo “crer”, em outro lugar, trás levemente o mesmo sentido do que ele quis dizer aqui. O termo grego usado por Paulo é *echaristhé*. Quando Paulo fala da graça de Deus, pela qual é salvo, usa a forma nominal (*charis*) do verbo. Dessa forma, quando Paulo fala de sofrimento em Filipenses 1.29, não está falando de alguma coisa que um cristão pode ser forçado a suportar, algo que é obrigado a agüentar. Ao contrário, sofrimento para Cristo é um privilégio. Cristãos, Paulo afirma, podem ser agraciados com o privilégio do sofrimento por Cristo. Entender como Paulo usa essa palavra e a sua forma nominal em outro lugar, ajuda na compreensão de como é usada aqui.

Recebemos, também, ajuda no entendimento do que Paulo quer expressar, em Filipenses 2.12, quando diz: “continuem a operar a vossa salvação com temor e tremor”, compa-

rando com o uso que ele faz do termo “operar” em outros lugares. Esse não é o termo usado por Paulo quando fala sobre a justificação pela fé, dizendo que essa justificação não é pelas obras (“operar”). Paulo usa, ao tratar desse assunto, o substantivo *ergon* e o verbo *ergazomai*. Em Filipenses 1.29, o apóstolo usa o verbo *katergazomai*, o qual aparece num total de vinte vezes nas suas cartas. Em nenhum desses vinte exemplos, contudo, está presente a idéia de méritos. O sentido em que Paulo usa esse termo pode ser visto nas duas passagens seguintes:

Os sinais do meu apostolado foram manifestados entre vós, com toda paciência, por sinais, prodígios e maravilhas (2 Co 12.12).

Porque não ousaria dizer coisa alguma, que Cristo por mim não tenha feito, para obediência dos gentios, por palavras e por obras (Rm 15.18).

Os verbos “manifestados” e “tendo feito” são a mesma palavra que Paulo usa em Filipenses 2.12. Nestes dois exemplos está claro que Paulo não está falando no sentido de receber méritos. Os sinais de um apóstolo não foram recebidos por Paulo, mas manifestados e demonstrados. Do mesmo modo, Cristo não ganhou a salvação dos gentios através da pregação de Paulo. A partir do sentido em que Paulo usa esse termo, neste e em outro exemplo, é claro que não devemos interpretá-lo no mesmo sentido de Filipenses 2.12: “Receber, trabalhar para vossa salvação”, porém, mais propriamente: “Manifeste, termine as implicações da salvação a qual você já possui”.

Às vezes, podemos determinar o significado de uma palavra através da comparação de como o autor usa o termo dentro do mesmo escrito. Já vimos um exemplo disso quando discutimos o significado da palavra “loucura”, em 1 Coríntios 2.14. É evidente que a partir desta forma, Paulo usa o mesmo termo em 1 Coríntios 1.20 e 3.19, querendo dizer por “loucura”, “rejeitado como louco”, e não, “incompreensível” ou “incapacidade de ser entendido”. Outro exemplo é o significado do termo “justificação” em Romanos. Muito se tem escrito

sobre o assunto, mas a partir de Romanos 8.33,34, é evidente que “justificação” é o oposto de condenação e inclui o sentido de “perdão”, segundo o significado encontrado em Romanos 4.6,7.

Outro exemplo de como isso funciona encontra-se na parábola dos bodes e das ovelhas em Mateus 25.31-46. A chave da questão envolve a forma como entendemos a expressão “um destes meus pequeninos irmãos”, encontrada no versículo 40. Mateus, ao utilizar este termo, está se referindo à pobreza do mundo, ou se as pessoas eram ou não cristãs? Ele se refere aos seus companheiros cristãos? Ou se refere aqui aos discípulos e missionários primitivos da igreja? No Novo Testamento, a expressão “meus irmãos” era freqüentemente usada como uma descrição da comunidade cristã (At 1.15,16; 15.13; Rm 1.13; 7.1,4; 1 Co 1.10,11 etc.). Muito mais valioso para o entendimento do significado dessa expressão é o fato de Mateus usar a mesma quatro vezes, metaforicamente, em seu Evangelho — 12.48-50 (aqui é usada no singular), e 28.10 (veja, v. 8) — e em cada um desses exemplos refere-se aos discípulos. É mais provável, portanto, que, em 25.40, refira-se, propriamente, a eles.

Isto é sustentado pelo fato de que a melhor analogia para essa parábola é encontrada em 10.40-42, onde é dito que a comunidade cristã deve receber “um destes pequenos” (cf. 10.42, cf. 25.40, “um destes meus pequeninos irmãos”) significando como estar recebendo Jesus (cf. 10.40, cf. 25.35-40). (Conforme também o ato de dar “um copo de água” [10.42] com “tive sede, e destes-me de beber” [25.35,37].) Deste modo, no próprio Evangelho de Mateus, encontramos evidências suficientes para concluir que a expressão “estes meus pequeninos irmãos” refere-se aos apóstolos e missionários primitivos da Igreja. O motivo pelo qual recusá-los era tão sério é porque eles eram os mensageiros de Jesus, e rejeitar seus mensageiros é rejeitar ao Senhor. Uma das atitudes com respeito ao evangelho é claramente vista e refletida na forma como alguns tratam aqueles que proclamam a Jesus. Precisamos comparar, apenas, o tratamento diferente que Paulo re-

cebe dos carcereiros de Filipenses, antes do seu evangelho ser aceito (At 16.23,24) e depois (vv. 30-34). (Compare também como Lucas revela o que ele quer dizer com o termo “instruído”, em At 22.3, e como ele usa o mesmo termo em At 7.20: Aqui, “foi criado” traduz o mesmo vocábulo.)

Existem ocasiões em que o significado de uma palavra se torna claro e direto, no parágrafo onde se encontra. Nesse ponto, tem havido uma grande balbúrdia com relação a Tiago 2.14-26, e como este texto pode ser harmonizado com a instrução explícita de Paulo, que a justificação não é pelas obras, mas pela graça. Dentro das normas de linguagem, esses dois termos podem significar várias coisas. Se investigássemos o que Tiago e Paulo querem dizer pelos termos “fé” e “obras”, tornaria claro que ambos não estão se referindo a mesma coisa. A fé que não pode salvar é descrita por Tiago como: “Meus irmãos, que aproveita se alguém disser que tem fé e não tiver obras?” (2.14); “E, se o irmão ou a irmã estiverem nus e tiverem falta de mantimento cotidiano, e alguém de vós lhes disser: Ide em paz, aqueantai-vos e fartai-vos; e lhes não derdes as coisas necessárias para o corpo, que proveito virá daí?” (vv. 15,16); “Assim também a fé, se não tiver as obras, é morta em si mesma” (vv. 17,26); “Tu crês que há um só Deus?” (v. 19a); “Também os demônios os crêem e estremecem” (v. 19b). Tiago mostra-se contrário a este tipo de fé, puramente mental, como fé verdadeira, quando diz, em 2.14: “Porventura, a fé pode salvá-lo?” Observe que ele não diz, “Pode a fé salvá-lo?”, porém, mais propriamente, “Pode o tipo de fé que eu justamente descrevi, uma fé que não é seguidas de boas obras, salvá-lo?” A resposta, é claro, deve ser: “Não este tipo de fé, que até mesmo os demônios a tem, não pode salvar”. Dentro das normas de linguagem, o termo “fé” significa, para Tiago, uma mera aceitação mental; desta maneira, os demônios também a tem. Demônios sabem, mentalmente aceitam, eles “acreditam” no sentido em que a palavra é usada em Tiago 2.14-26. Todavia, “fé” da qual Paulo fala a respeito não é mera aprovação mental, mas confiança profunda no coração e dependência de Deus e de sua graça salvadora, isto é: “mas, sim, a fé que opera por caridade” (Gl 5.6).

O que Tiago entende por obras, é também diferente da forma com que Paulo entendia. Para Paulo, obras causa exaltação, “Porque, se Abraão foi justificado pelas obras, tem de que se gloriar, mas não diante de Deus. Pois, que diz a Escritura? Creu Abraão em Deus, e isso lhe foi imputado como justiça. Ora, àqueles que faz qualquer obra, não lhe é imputado o galardão segundo a graça, mas segundo a dívida” (Rm 4.2-4). Em Romanos e Gálatas, Paulo tem em mente “obras da lei” e tem, como ponto de partida, os gentios, que estavam aceitando a circuncisão, guardando o sábado e as festas religiosas dos judeus, transformando-se em escravos. Isto é o que hoje chamaríamos de ritualismo, muito mais do que questões étnicas. Por outro lado, quando Tiago fala de obras, ele se refere a vestir os despidos e alimentar os famintos (2.15,16). As obras revelam uma fé pessoal (v. 18) e envolve obediência a Deus, como no caso de Abraão (vv. 21-23) e Raabe (v. 25). As obras são reações amáveis da fé para com as necessidades de outros. É o resultado natural e necessário da fé desejada para agradar Deus. É evidente que os textos nos quais Tiago e Paulo usam os termos “fé” e “obras” auxiliam o leitor a entender exatamente o que eles querem dizer.

Outros exemplos, nos quais a introspecção no significado de um termo é encontrada imediatamente no contexto são: o termo “evangelho”, em 1 Coríntios 15.1,2, é explicado nos versículos 3-8; “justifica”, em Romanos 8.33, é colocado como oposto de “condenará”, no versículo 34; o que Jesus quis dizer por “templo”, em João 2.19,20, é explicado pelo evangelista no versículo 21, que também explica, em 7.39, o que Jesus quis dizer por “rios de água viva correrão do seu ventre”, no versículo anterior; “foi justificado pelas obras”, em Romanos 4.2,6, é explicado nos versículos 7,8. Às vezes, a explicação de um termo pode ser encontrada dentro da própria frase. Um exemplo disso é encontrado em Hebreus 5.14, onde o autor explica o que significa “perfeito”, pela cláusula relativa seguinte. (Observe também como em Gn 24.3 “servo mais antigo” é explicado no mesmo versículo, e como em Rm 4.11, a expressão “sinal da circuncisão”, é explicada pelo aposto seguinte.)

Compreensão das proposições da escritura

Palavras isoladas não possuem um significado específico. Contudo, o primeiro passo na busca de se saber o significado de um texto bíblico, envolve o conhecimento do equivalente da palavra, individualmente (as “partes”); o próximo passo, é observar como essas palavras funcionam dentro da frase (o “conjunto”). Atualmente, o procedimento não é tão simples assim, pelo fato de não podermos entender o significado específico de uma palavra sem o entendimento simultâneo do significado da sentença, na qual ela se encontra. Esse é o outro exemplo do círculo da hermenêutica. Contudo, a ferramenta-chave para o entendimento das “palavras” é um dicionário/léxico, além de uma concordância; a ferramenta-chave para o entendimento do sentido da frase é uma gramática.

Para o leitor de uma tradução portuguesa da Bíblia, o significado de uma palavra deve ser o mesmo na gramática dos tradutores. Para aqueles que possuem facilidade de ler o Antigo Testamento hebraico ou o Novo Testamento grego, significa que devem possuir o conhecimento de gramática e de sintaxe das línguas bíblicas. Sem contar que, devido as mudanças gramaticais, devemos estar certos de estarmos lidando com as mesmas regras gramaticais que os tradutores ou autores trabalharam naquela época. Na interpretação das palavras de Paulo, devemos saber as regras gramaticais não de um grego clássico ou grego moderno, mas o grego que Paulo e seus leitores conheciam e se comunicavam, chamado grego *koiné*. Similarmente, quando procuramos entender a Tradução Brasileira, devemos ter conhecimento da gramática do início do século XX, enquanto que para um estudo da Bíblia na Língua de Hoje, por exemplo, devemos conhecer, principalmente, a gramática portuguesa da década de 80.

Uma sentença consiste de uma combinação de palavras (“símbolos verbais”) usadas por seu autor para constituir um tipo de frase. Quando juntas, essas sentenças compõe um raciocínio. Para decifrar o que o autor quer dizer através de uma sentença,

devemos saber como as palavras aí dentro estão se relacionando, umas com as outras. A ordem das palavras é muito importante. As palavras “Roberto ama Joana”, em outra ordem, conduz a um significado diferente (“Joana ama Roberto”; “Ama Roberto Joana”; “Ama Joana Roberto”; “Roberto, Joana ama”; “Joana, Roberto ama”). Em grego, contudo, a ordem das palavras representa um papel de menor importância porque as terminações das palavras determina qual é o sujeito e qual é o objeto. Desta maneira, podemos ter: “Robertus *agapei* (ama) Joanen” ou “Joanen *agapei* (ama) Robertus” e aqui não há diferença real. Ambas significam “Roberto ama Joana”.

Na interpretação da Bíblia, os leitores, freqüentemente, prestam pouca atenção como as partes de uma frase e oração relacionam-se uma com a outra. Por exemplo, a relação entre (1) “Você está salvo” e (2) “fé” será radicalmente alterada se usarmos várias palavras tais como: “por causa de”, “na frente de”, “subseqüente”, “não obstante”, “desde então”, “à parte”, “indiferente de” ou “em vez de”. A maioria dos leitores da Bíblia prestam pouca atenção na maneira como cada frase e oração se relacionam uma com a outra. A seguir uma descrição de algumas maneiras, pela qual partes de uma sentença podem se relacionar umas com as outras.

1. Causa — Nesta relação (A) é porque (B), isto é, (B) é a causa de (A): “O homem morreu (A) devido à suas chagas (B)”. Alguns dos termos usados para descrever este tipo de relação são “porque”, “por causa de”, “devido a”; “visto que”, “por conta de” e “como resultado”.

Cobiçais (A) e nada tendes (B); sois invejosos e cobiçosos e não podeis alcançar; combateis e guerreais e nada tendes, porque não pedis. Pedis e não recebeis, porque pedis mal, para gastardes em vossos deleites (Tg 4.2,3).

Pois quê? Pecamos (A) porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? (B) De modo nenhum! (Rm 6.15).

De sorte que, meus amados, assim como sempre obedecestes, não só na minha presença, mas muito mais agora na minha ausência, assim também operai a vossa salvação com temor e tremor (A); porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa-vontade (B) (Fp 2.12,13).

Debateremos, na seção anterior, que o termo grego traduzido por “obras” não se refere a “méritos”, e deste modo, não pode se referir à salvação como sendo obtida através das obras. Isto é revelado ainda mais claramente pela relação de Filipenses 2.13, com o que precede. Por Deus já estar atuando na vida dos filipenses, pelo fato de eles já terem recebido a graça salvadora de Deus, a exortação é dada para “trabalhar” (operar) essa salvação que eles possuem. “Operar” sua salvação está baseado no fato de que eles já a possuem. Para outros exemplos, veja Romanos 11.20 (“Está bem” introduz a causa), 11.30 (“Porque assim” introduz a causa); 12.1 (“Rogai-vos, pois” introduz a causa); 1 Coríntios 1.21 (“Visto como” introduz a causa); 2 Coríntios 2.7 (“De maneira que” introduz a causa), 2.12 (“Ora” introduz a causa); Gálatas 6.15 (“Porque” introduz a causa); 1 Tessalonicenses 5.8 (“Mas nós” introduz a causa).

2. Resultado — Nesta relação (B) é resultado de (A): “O homem estava com chagas (A) por esta razão ele morreu (B)”. Alguns dos termos usados para descrever esse tipo de relação são: “por esta razão”, “de modo que”, “de maneira tal”; “como resultado”, “por conseguinte” e “porquanto”

“E ainda que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé (A), de maneira tal que transportasse os montes (B), e não tivesse caridade, nada seria” (1 Co 13.2).

Porque por vós soou a palavra do Senhor, não somente na Macedônia e Acaia, mas também em todos os lugares a vossa fé para com Deus se espalhou (A), de tal maneira que já dela não temos necessidade de falar coisa alguma (B) (1 Ts 1.8).

E peço isto: que a vossa caridade aumente mais e mais em ciência e em todo o conhecimento (A). Para que aproveis as coisas excelentes, para que sejais sinceros e sem escândalo algum até ao Dia de Cristo (B) (Fp 1.9,10).

Para outros exemplos, veja Romanos 1.20 (“porque” expressa resultado); 6.12 (“Não reine, portanto” expressa resultado); 7.3 (“De

sorte que” expressa resultado); 15.7 (“Portanto” expressa resultado); Gálatas 1.4 (“O qual” expressa resultado); 2.13 (“de maneira que” expressa resultado); 3.17 (“Mas digo isto” expressa resultado); 5.17 (“porque” expressa resultado).

3. Propósito — Nesta relação (B) é o propósito de (A): “Ele admitiu por si mesmo estar com chagas. (A) Nesta condição foi enviado para casa (B)”. Propósito e resultado são completamente similares, desde que se somos bem sucedidos em nossa intenção, o que resulta é o propósito. Propósito, contudo, refere-se a intenção da ação. Às vezes, a distinção entre propósito e resultado é tanto importante quanto clara. A diferença entre homicídio não premeditado e assassinato em primeiro grau não é o resultado mas a intenção. Atirar em alguém acidentalmente ou intencionalmente pode ter um resultado similar, a morte da vítima, mas a lei reconhece que eles são tratados de forma diferente. Isto é verdade no Antigo Testamento, o qual permitia cidades de refugiados (“Das cidades, pois, que dareis aos levitas haverá seis cidade de refúgio, as quais dareis para que o homicida ali se acolha...” — Nm 35.6) para aqueles cujas ações resultaram na morte de alguém, sem que houvesse premeditação. Alguns termos usados para descrever esse tipo de relação são “visto que”, “a fim de”, “a fim de”, “para” mais um infinitivo e “mais propriamente”.

Porque desejo ver-vos (A), para vos comunicar algum dom espiritual, a fim de que sejais confortados (B) (Rm 1.11).

Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz aos que estão debaixo da lei o diz (A), para que toda boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus (B) (Rm 3.19).

Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça (A), para que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente instruído para toda boa obra (B) (2 Tm 3.16,17).

Para outros exemplos, veja Romanos 7.4 (“a fim de que” expressa o propósito); 1 Coríntios 9.12 (“justamente” e “para não o pormos” expressam os propósitos); 11.34 (“Mas” expressa o

propósito); 2 Coríntios 8.9 (“para que” expressa o propósito); Gálatas 1.4 (“para nos” expressa o propósito); 6.12 (“somente para” expressa o propósito); Filipenses 3.11 (“para” expressa o propósito); 1 Tessalonicenses 3.5 (“Portanto” expressa o propósito); 1 Timóteo 4.15 (“para que” expressa o propósito).

4. Condição — (A) é condição de (B): “Se ele estava com chagas (A), deveria ser enviado ao hospital de campo (B)”. Alguns dos termos usados para descrever esse tipo de relação são: “se”, “se... então”, “senão” e “a menos que”.

Vós, porém, não estais na carne, mas no espírito, se é que o Espírito de Deus habita em vós (A). Mas, se alguém não tem o Espírito de Cristo (B), esse tal não é dele (Rm 8.9).

assim que, se alguém está em Cristo (A), nova criatura é (B): as coisas velhas já passaram, eis que tudo se fez novo (2 Co 5.17).

Para outros exemplos, veja Romanos 8.13 (“se” expressa a condição); 11.12 (“se” expressa a condição); 11.21 (“se” expressa a condição); 1 Coríntios 7.11 (“se” expressa a condição); 13.1 (“ainda” expressa a condição); Gálatas 5.25 (“se” expressa a condição); Colossenses 2.20 (“se” expressa a condição).

5. Concessão — Apesar de (A), (B) tomou o lugar: “Apesar de ele estar com chagas (A), não morreu (B)”. Alguns dos termos usados para descrever esse tipo de relação são: “não obstante”, “apesar de”, “embora”, “ainda que”, “porém”, “à parte” e “neste caso”.

Porquanto, ainda que vos tenho contristado com a minha carta (A), não me arrependo (B), embora já me tivesse arrependido por ver que aquela carta vos contristou, ainda que por pouco tempo” (2 Co 7.8).

“Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anuncie outro evangelho além do que já vos tenho anunciado (A), seja anátema (B) (Gl 1.8).

De sorte que haja em vós o mesmo sentimento que houve em Cristo Jesus, que, sendo em forma de Deus (A), não teve por usurpação ser igual a Deus (B) (Fp 2.5,6).

Para outros exemplos, veja Romanos 3.21 (“mas, agora”, expressa concessão); 5.10 (“porque, se nós”, expressa concessão); Gálatas 6.1 (“se algum homem” expressa concessão); Filipenses 2.17 (“E, ainda que” expressa concessão); Hebreus 5.8 (“Ainda que” expressa concessão), 5.12 (“porque” expressa concessão); 1 Pedro 1.6 (“em que” expressa concessão).

6. Meios — (A) é o meio pelo qual (B) é dotado: “Por meio de um helicóptero (A) o homem com chagas foi conduzido para o hospital de campo (B)”. Alguns dos termos usados para descrever esse tipo de relação são “pelo/pela”, “com”, “por meio de”, “por intermédio de” e “em”.

Porque pela graça sois salvos, (B) por meio da fé; (A) e isso não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9).

Sabendo que não foi com coisas corruptíveis, como prata ou ouro, (A) que fostes resgatados da vossa vã maneira de viver que, por tradição, recebestes dos vossos pais, (B) mas pelo precioso sangue de Cristo, (A) como de um cordeiro imaculado e incontaminado (1 Pe 1.18,19).

É fácil confundir “meio” e “causa”. Nos exemplos dados acima, deve ser observado que o “homem com chagas” não foi conduzido para o hospital de campo por causa do helicóptero, mas por meio de um helicóptero. A causa de ter sido levado ao hospital de campo foram as chagas. Similar, em Efésios 2.8-9, o cristão não é salvo por causa da fé. Fé não é a causa, mas o meio de salvação. Toda a fé no mundo não poderia salvar uma pessoa se Jesus não tivesse morrido pelos pecados da humanidade. A causa da salvação é a graça de Deus, em Cristo, pela graça (em grego esse é um instrumento da causa). O meio através da qual essa salvação é operada é a fé. O propósito (portanto) é que ninguém venha vangloriar-se diante de Deus. (Se uma pessoa é salva de uma enfermidade, por meio de antibióticos, esta pessoa é salva por causa do antibiótico, o qual é administrado por meio de uma seringa hipodérmica. Uma pessoa pode ser espetada dia e noite com a seringa, contudo, não ficará boa. Não é a seringa, mas o antibiótico que é a causa da cura. A seringa é o meio.)

Para outros exemplos, veja Romanos 12.2 (“para que” expressa o meio); 1 Coríntios 2.13 (“as quais” expressa o meio); Tiago 2.18 (“pelas” expressa o meio); 1 João 2.3 (“e nisto” expressa o meio).

7. Maneira — (A) é feito na maneira de (B): “Ele ajudou seu país (A) pelo sofrimento de chagas numerosas (B)”. Alguns dos termos usados para esse tipo de relação são “pelo”, “com”, “por meio de” e “a partir”.

Porque o nosso evangelho não foi a vós (A) somente em palavra (B), mas também em poder (B), e no Espírito Santo (B), e em muita certeza, com bem sabeis quais fomos entre vós, por amor de vós (1 Ts 1.5).

Porque o mesmo Senhor descerá do céu (A) com alarido, e com voz de arcanjo (B), e com a trombeta de Deus (B); e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro (1 Ts 4.16).

Para outros exemplos, veja 1 Coríntios 9.26 (“assim” e “combato não como batendo no ar” expressam maneira); 11.5 (“como” expressa maneira); Gálatas 6.11 (“com que” expressa maneira); Filipenses 1.18 (“contanto” expressa maneira).

Existem outros tipos de relações que orações e frase podem ter, mas estas parecem ser as mais importantes. Deve ser observado que nas normas de linguagem a mesma palavra pode introduzir um número de relações diferentes. Por exemplo, “desta forma” pode ser usado para introduzir propósito ou resultado; “pelo” pode introduzir causa, meio ou maneira. A relação é decidida pelo significado que o autor pretende dentro do contexto. É a partir do contexto que o limite de possibilidades permitidas pelas normas de linguagem pode ser estreitado, com relação ao sentido específico pretendido pelo autor. Isto é verdade, não apenas no texto original grego ou hebraico, no qual o autor escreveu, mas, também, na versão portuguesa usada. Aqui, também, os autores revelam como eles exigem dos seus leitores a interpretação de suas orações e frases, através do significado do contexto literário que eles dão. Para entender o raciocínio dos autores bíblicos, devemos prestar atenção para como eles relacionam orações e frases

que tenham escrito. Isto é verdade não apenas nas Cartas, mas em todos os livros da Bíblia. É especialmente importante, contudo, com respeito às Cartas porque é dentro dessa forma literária que encontramos as discussões de raciocínio mais bem elaborados da Bíblia.

Conclusão

Na tentativa de interpretar as Cartas, a pessoa capaz de estudar a Bíblia na sua linguagem original, possui duas vantagens distintas sobre as pessoas que estudam a Bíblia traduzida. Uma é que existem certas introspecções gramaticais que podem ser concluídas a partir dos escritos do autor, que não são avaliadas pela pessoa que as tiver lido numa tradução. Por exemplo, as vezes o tempo verbal grego, o qual não pode ser facilmente convertido para uma tradução portuguesa, é completamente significante. Em Romanos 12.2, o uso por Paulo do “imperativo presente de proibição”, indica que não estava falando aos romanos: “E não vos conformeis com este mundo...”, mas, mais propriamente “Parem de ser conformados com este mundo”. A implicação disso na pregação não deve ser perdida. Se os cristãos de Roma, sem o tipo de bagagem de mídia que experimentamos hoje, eram subtraídos inconscientemente de seus valores e pensamentos, para serem modelados ao mundo atual e ao deus desta época, isto é, igualmente, mais provável que isso esteja acontecendo conosco, hoje.

Precisamos estar cientes deste fato, não permitindo que isto continue acontecendo.

Saber que o tempo do verbo, em 1 João 3.9, (“não pode pecar” e “não pode viver pecando”) é presente, ajuda também na tradução deste difícil versículo. Sabendo que o tempo presente tem um sentido de ação contínua, isso nos ajuda a entender que João não está dizendo que os cristãos nunca pecam, o qual poderia contradizer o que ele já havia dito em 1.9—2.2, mas que o cristão não vive continuamente no pecado.

A versão Revista e Atualizada traduziu de uma forma que mais se aproxima do texto grego, enquanto a versão Revista e

Corrigida, infelizmente, confunde o leitor. Assim, da mesma forma que no ensino de literatura francesa ou chinesa, o professor que possuir certo domínio de tais línguas terá vantagens sobre os que não têm. Da mesma maneira, o estudante da Bíblia que tiver facilidade em ler nas línguas originais, terá as mesmas vantagens.

A segunda vantagem de se ter um conhecimento das línguas originais está no fato de poder fazer uma interpretação mais sadia. Ao passo que o intérprete da cartas aos Romanos, que tem facilidade em ler o texto grego, tem condições de alcançar o significado dos termos usados por Paulo melhor do que quem está usando uma versão portuguesa da Bíblia. Esta situação pode ser exemplificada desta maneira. Quando estamos lendo uma versão portuguesa, e encontramos uma palavra que não conhecemos seu significado, fazemos o quê? Recorremos a um dicionário contemporâneo, da língua portuguesa. Mas Paulo não conhecia o português. Desta forma, não estamos tentando descobrir o que Paulo quis dizer com uma determinada palavra, mas, sim, o que o tradutor procurou transmitir. Por isso, a interpretação mais garantida é feita pela pessoa que utiliza o texto na língua original, e não no português. Tendo isso em vista, podemos acrescentar que os tradutores das versões bíblicas para o português, como por exemplo, a Revista e Atualizada, A Bíblia na Linguagem de Hoje, A Nova Versão Internacional, possuíam um conhecimento notável das línguas em que a Bíblia foi escrita. Tinham um bom conhecimento, portanto, dos autores bíblicos. Por isso, podemos confiar nas traduções da Bíblia que possuímos em nossa língua. Assim, ao estudarmos um texto, é de grande importância a utilização de várias traduções, para podermos comparar umas com as outras.

Questões

1. Por que, ao escrever, Paulo preferiu a forma literária conhecida como Carta?

2. Por que o Antigo Testamento Grego (LXX) é mais indicado à compreensão dos escritos de Paulo do que os escritores gregos clássicos e modernos?
3. Observe em duas ou três referências, em cada seção de 3 a-g, observando como o contexto dado ajuda a entender a relação gramatical entre as cláusulas.
4. Qual é a vantagem de se conhecer o hebraico e o grego, no estudo da Bíblia?
5. Onde uma pessoa que não conhece as línguas originais da Bíblia pode buscar ajuda para interpretá-la?

13

Tratados, leis e cânticos

Neste capítulo, daremos uma olhada nas três formas literárias adicionais, encontradas na Bíblia. Existem, entretanto, muitas outras formas que podem ser discutidas. A seleção das formas discutidas neste livro é levemente arbitrária, mas representam aquelas que mais freqüentemente são encontradas na Bíblia. Algumas não foram discutidas porque as regras que se aplicam a elas já foram discutidas em outros capítulos. Deste modo, tais formas como símiles e metáforas não são discutidas, porque os princípios descritos no capítulo sobre parábola são aplicados a elas. Similarmente, não tratamos dos Evangelhos como um tipo de literatura isolada, porque podem ser incluídos na grande categoria de narrativa bíblica. Da mesma forma, não tratamos da literatura apocalíptica, pois já o fizemos no capítulo sobre a profecia. Também não vamos discutir outros tipos de literatura, tais como enigmas, críticas, visões, midrash, códigos domésticos, genealogias, a suposta forma narrativa “nós” (a qual sabemos hoje que nunca existiu), ou revelações de divindade.

des, por causa da limitação de espaço. Duas dessas formas, que devemos estudar, pacto e lei, são estritamente relacionadas, em vista de as leis da Bíblia assumirem uma relação de pacto entre Deus e seu povo. A forma final que devemos olhar envolve os vários tipos de salmos.

Pacto

A importância de um pacto na Bíblia não é sempre reconhecida. Lemos dos pactos que Deus fez com Adão/Eva e Noé. É, contudo, o pacto de Deus com Abraão o mais importante. Este pacto (Gn 12; 15; 17) é renovado com Isaque (Gn 28.10-17; 35.9-15), recordado (Êx 2.23-25) e renovado (Êx 19.1-9; Dt 7.6-11) durante a saída do Egito, renovado com Josué (Js 24.14-27, especialmente nos vv. 25-27) e trazido à memória de tempos em tempos, em toda a extensão do Antigo Testamento (com Davi — 2 Sm 7.8-15; 23.5; por Salomão — 1 Rs 8.9,23; pelo escritor bíblico — 2 Rs 13.23). Um novo pacto é encontrado em Jeremias 31.31-34 e seu cumprimento em Jesus (Lc 22.20; 1 Co 11.25). E este é o novo pacto, iniciado com Abraão, o qual é a esperança do cristão (At 3.25; Gl 3.6-9, 15-18,29).

No século passado, uma grande quantidade de estudos foram feitos no que se refere à forma de um pacto. Estes estudiosos descobriram, na literatura antiga do Oriente Próximo, especialmente na literatura hitita, dois tipos principais de pacto. A diferença entre eles depende da relação das pessoas envolvidas. Se a relação envolve igualdades (1 Sm 18.3; 1 Rs 5.12), este resulta em um pacto de “paridade”. Neste tipo de pacto, ambas as partes concordam mutuamente, como iguais, para obedecer as mesmas cláusulas gerais básicas. A outra forma é chamada de pacto de “suseranato”. Esta forma não é um tratado entre iguais, visto que um suserano antigo era um senhor feudal. Em um pacto de “suseranato”, o senhor estabelecia unilateralmente os termos e condições para seus vassallos. Os vassallos, na ocasião, podiam apenas aceitar ou rejeitar o pacto e seus termos. Este tipo de pacto continha aspectos, tais como:

- **Preâmbulo** — No preâmbulo, o autor do pacto se identifica.
- **Prólogo histórico** — Este descreve a relação prévia das duas partes e enfatiza o caráter benevolente do suserano nos seus procedimentos anteriores com grupos inferiores. Isto acontece como justificativa às obrigações seguintes.
- **Claúsulas gerais básicas** — São as obrigações e responsabilidades de grupos inferiores, envolvendo coisas, como: proibição das relações estabelecidas e tratados com outras nações (“Não terás outros deuses diante de mim” — Êx 20.3); apoio ao suserano; obrigação de odiar os inimigos; várias proibições e ordens semelhantes. Estas obrigações não eram condições para associar-se ao pacto, mas para viver o pacto. A principal estipulação envolvia lealdade ao suserano.
- **Prescrição de lembrança contínua** — Esta era projetada para assegurar a familiaridade com o pacto através do povo e de seus descendentes.
- **Relação de testemunhas** — Frequentemente, o suserano apelava para os deuses (conforme no Antigo Testamento, “céu e terra”) como testemunhas para o estabelecimento do pacto.
- **Bênção e maldição** — São contingentes sobre a obediência ou desobediência dos súditos.
- **Juramento** — Os súditos juram lealdade ao pacto e às suas obrigações.

Estes elementos não estão sempre presentes. Os mais importantes são: “preâmbulo”, “prólogo histórico”, as “claúsulas gerais básicas” e as “bênçãos e maldições”.

No Antigo Testamento, os pactos não seguiam exatamente a ordem listada acima, ou continha todos os elementos. Entretanto, é evidente que os pactos encontrados no Antigo Testamento são modelados segundo a ordem acima estabelecida. O pacto de Deus com Abraão, e as outras versões deste mesmo pacto, não são claramente pactos de “paridade”. Não são

Pacto Bíblico	Condições e restrições
Preâmbulo	_____
Prólogo histórico	Testemunhas
Claúsulas gerais básicas	_____
Bênção e maldição	Definições
Relação de testemunhas	1. Grupo A
Prescrição de lembrança contínua	2. Grupo B
Juramento	Obrigações do Grupo A
Declarações de pactos	1. Segurança
	2. Jardinagem
	3. Coleta e lixo

	Obrigações do Grupo B
	1. Manutenção e reparos
	2. Plano mínimo de jardinagem
	3. Correio

pactos que busquem a igualdade. Ao contrário, as condições do pacto são feitas de forma unilateral. É o Senhor, Deus de Israel, quem graciosamente estabelece estes pactos e quem determina suas condições. O pacto estabelecido com o povo de Israel, contudo, é gracioso. Não é recebido ou merecido, antes, é atribuído inteiramente à graça e bondade de Deus. Igualmente, as bênçãos não são pagas ou merecimentos; em vez disso, são oferecidas como recompensas pela obediência, não pelo merecimento.

Quando comparamos os pactos do Antigo Testamento com a forma de um pacto de suseranato, encontramos semelhanças notáveis:

Gênesis 12.1-3

Preâmbulo — “Ora, o Senhor disse a Abrão...” (v. 1).

Claúsulas gerais básicas — “Sai da tua terra, e da tua parentela e da casa de teu pai, e vai para a terra que eu te mostrarei” (v. 1).

Benção — “E far-te-ei uma grande nação; e abençoar-te-ei...” (v. 2).

Gênesis 17.1-14

Preâmbulo — “... Apareceu o Senhor a Abrão e disse-lhe: Eu sou o Deus Todo-poderoso...” (v. 1).

Claúsulas gerais básicas — “Este é um concerto, que guardareis entre mim e vós e a tua semente depois de ti; Que todo macho será circuncidado..” (vv. 10—14).

Benção — “E porei o meu concerto entre mim e ti e te multiplicarei grandissimamente” (v. 2). “Quanto a mim, eis o meu concerto contigo é, e será o pai de uma multidão de nações” (vv. 4-8,15,16).

Êxodo 19—24

Preâmbulo — “Então, falou Deus todas estas palavras, dizendo: Eu sou o Senhor, teu Deus... (20.1,2).

Prólogo histórico — “E subiu Moisés a Deus, e o Senhor o chamou do monte, dizendo: Assim falarás à casa de Jacó e anunciarás aos filhos de Israel: Vós tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águia, e vos trouxe a mim” (19.3,4); “Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão” (20.2).

Claúsulas gerais básicas — “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes o meu concerto, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha” (19.5); “Não terás outros deuses diante de mim...” (20.3-17).

Prescrição de lembrança contínua — “E tomou o livro do concerto e o leu aos ouvidos do povo...” (24.7).

Relação de testemunhas — “Então, todo o povo respondeu a uma voz... tudo o que o Senhor tem falado faremos...” (19.8; 24.3,7).

Juramento — “Vindo, pois, Moisés e contando ao povo todas as palavras do Senhor e todos os estatutos, então, o povo respondeu a uma voz. E disseram: Todas as palavras que o Senhor tem falado faremos” (24.3).

Deuteronômio

Preâmbulo — “Estas são as palavras que Moisés falou a todo o Israel...” (1.1-5).

Prólogo histórico — Envolve 1.6—4.49.

Claúsulas gerais básicas — Vai de 5.1 a 26.19, incluindo as obrigações de uso comum (5.1—11.32) e obrigações específicas (12.1—26.19).

Bênção e maldição — São encontradas em 27.1—30.20.

Relação de testemunhas — “Os céus e a terra tomo, hoje, por testemunhas, contra ti” (30.19; 31.19; 32.1; cf. também 4.26).

Prescrição de lembrança contínua — Achamos isto em 27.1-14; 31.9-13.

Josué 24.1-33

Preâmbulo — “Então, Josué disse a todo o povo...” (v. 2).

Prólogo histórico — “Dalém do rio, antigamente, habitava vossos pais... e serviram a outros deuses... Eu, porém, tomei a Abraão, vosso pai, dalém do rio e o fiz andar...” (vv. 2b-13).

Claúsulas gerais básicas — “Agora, pois temei ao Senhor, servi-o com sinceridade...” (vv. 14-21).

Lista de testemunhos — “E Josué disse ao povo: Sois testemunhas contra vós mesmos de que vós escolhestes o Senhor, para o servir. E disseram: Somos testemunhas” (v. 22).

Prescrição de lembrança contínua — “E Josué escreveu estas palavras no Livro da Lei de Deus” (v. 26).

Juramento — “Assim, fez Josué concerto, naquele dia, com o povo e lho pôs por estatuto e direito em Siquém” (v. 25).

A comparação entre os exemplos dados acima e os tratados antigos de suseranatos são bastante impressionantes. Os escritores da Bíblia, através da forma que registraram estes pactos, esperavam que os seus leitores os reconhecessem como tratados de “suseranato”, entendendo, assim, seus vários componentes. Conhecendo esta forma de tratado e o que

está envolvido nela, permite interpretar melhor os exemplos bíblicos. Mencionaremos dois princípios envolvidos na interpretação de tais formas de tratado.

Primeiro, deve ser lembrada a natureza unilateral e misericordiosa dos pactos bíblicos. Estes pactos não são tratados entre pessoas idênticas. Pelo contrário, se originam da misericórdia de um “indivíduo” superior — o próprio Deus. Assim, de início, devemos lembrar que esses pactos não devem ser interpretados, significando que Deus deva ser comparado ao ser humano. O Senhor soberano pode se comprometer de boa vontade para conosco, mas isto não quer dizer que seja porque nós merecemos, não é mérito algum. O pacto originou-se na graça de Deus, estando baseado somente na graça.

Segundo, as cláusulas gerais básicas encontradas em um pacto não devem ser entendidas como exigências para se iniciar uma boa relação com Deus. Pelo contrário, eles supõem que essa relação já exista. Os dez mandamentos, encontrados em Êxodo 20.2-17, não são dirigidos às pessoas fora das relações do pacto, revelando, assim, como elas poderiam desenvolver tal relação. Pelo contrário, esses mandamentos foram dados às pessoas que já foram redimidas da escravidão, por Deus (Êx 20.1), descrevendo como essa relação pode ser mantida e como a bênção divina pode ser experimentada.

Leis e mandamentos

Na Bíblia uma grande seção, de Gênesis a Deuteronômio, é chamada de “Lei”. A “Lei” pode, também, se referir ao Antigo Testamento como um todo (Jo 10.34; 12.34; 15.25; 1 Co 14.21 referem-se à Lei, mas indicam outra parte do Antigo Testamento). Porém, normalmente, a Lei é associada com Êxodo 20-Deuteronômio 33. Dentro desta seção, não encontramos outros materiais, senão leis. Todavia, visto que há mais de seiscentos mandamentos e leis, encontrados em Gênesis—Deuteronômio, estes cinco livros normalmente são denominados de “A Lei”. (Gênesis, por sua vez, não contém nenhum

material sobre lei, mas é parte da Lei, porque serve como uma introdução à Êxodo—Deuteronômio e porque se aceita que Moisés escreveu todos estes livros. De fato, porém, a maioria destes cinco livros, chamada de “Pentateuco”, consiste em narrativas.)

Quando comparamos as leis encontradas nesta seção do Antigo Testamento com as leis do antigo Oriente Próximo, podemos observar, em alguns momentos, uma semelhança notável. Por exemplo, as leis sobre o falso testemunho (Êx 23.1-3; Dt 19.16-21; cf. Lei Hamurabi 1; 3; 4), furto (Êx 21.16; cf. Lei Hamurabi 14), animais deixados sob à custódia de terceiros (Êx 22.10-13; Leis Hamurabi 266-267), animais emprestados (Êx 22.14,15; Leis Hititas 75); um boi chifrado por outro boi (Êx 21.35,36; Leis Eshuá 53-54; Leis Hamurabi 250-251) são semelhantes no que se refere ao conteúdo e à redação com as leis e os regulamentos existentes em outras sociedades do antigo Oriente Próximo. Note o seguinte exemplo.

“Se um senhor feudal [um homem de classe] tiver arrancado o olho de um filho de um homem [de igual classe], o seu olho também deverá ser arrancado” (Lei Hamurabi, 196).

“Quando também alguém desfigurar o seu próximo, como ele fez, assim lhe será feito: quebradura por quebradura, olho por olho, dente por dente, como ele tiver desfigurado a algum homem, assim se lhe fará” (Lv 24.19,20)

As leis da Bíblia têm sido classificadas, de acordo com suas formas, em dois tipos: leis casuísticas e leis apodíticas. O padrão é uma lei caso por caso, cujo procedimento é o seguinte: “Se A ocorre, então B terá a mesma consequência”. Lei casuística geralmente envolve assuntos do tipo material ou civil. Lei apodítica, contudo, é declarativa e categórica. Tende a compreender proibições, mandamentos e instruções. Estas leis são freqüentemente inábeis e tendem, na realidade, a ficar no âmbito religioso. A maior parte das leis do antigo Oriente Próximo tendem a ser casuísticas. Isto também é verdade com relação ao Antigo Testamento.

Na realidade, as leis da Bíblia não são exaustivas. Elas servem como padrões que administram comportamentos por meio das implicações contidas dentro dos padrões de significado. Assim o mandamento “Não adulterarás” (Êx 20.14) tem várias implicações relativas a luxúria (cf. Mt 5.27-30) e pornografia, embora estas não estejam explicitamente mencionadas no próprio mandamento. Talvez uma analogia útil entre as leis contidas no Antigo Testamento e suas várias implicações aparece na forma como a Constituição dos Estados Unidos se relaciona com as várias leis que passaram no Congresso. Os artigos da Constituição contêm implicações que essas leis apresentam. (A analogia não é perfeita, contudo, porque algumas leis que passaram pelo Congresso podem violar a Constituição. Outras podem não estar contidas dentro do padrão de significado da Constituição, mas não o violam.) As leis do Antigo Testamento eram compreendidas pelos seus autores como envolvendo padrões de significado que iam além do significado específico encontrado na própria lei; até mesmo os autores da Constituição compreenderam seus trabalhos como contendo numerosas implicações não declaradas.

Outra distinção feita freqüentemente entre as várias leis nem ao menos envolvem a forma ou o conteúdo delas. Estas são, freqüentemente, divididas em três classes: leis éticas (como os Dez Mandamentos — Êx 20.1; 34.27,28; Dt. 4.13; 10.4); leis de veneração (como as leis rituais que envolvem sacrifícios, qualificações para obediência sacerdotal, proibição de comidas impuras etc) e leis civis (penalidades para crimes, regulamentos de herança etc). Pelo fato de o Antigo Testamento não fazer uma distinção explícita, muitas pessoas não têm concordado com esta divisão tripla, pois tais leis sobrepõem tal classificação. As leis que regulavam a doença e a purificação (Lv 13—15) eram leis de veneração ou civil? Ou eram ambos? Pelo fato de envolverem sacerdotes e sacrifícios, não é fácil determinar.

Porém, a distinção entre as dimensões éticas, de veneração e civil das leis, é a base da distinção feita no Novo Testamento. Jesus observou a distinção entre a dimensão de veneração e

ética da lei, quando disse, “(...) Ouvi-me, vós todos, e compreendei. Nada, há fora do homem, que, entrando nele, o possa contaminar; mas o que sai dele, isso é que contamina o homem” (Mc 7.14,15; cf. também vv. 18-23). Marcos também compreendeu a distinção quando ele adicionou o comentário, “(...) E, assim, considerou ele puros todos os alimentos” (Mc 7.19 — Versão Revista e Atualizada no Brasil). Lucas e Paulo igualmente auxiliaram para esta distinção em Atos 10; 15; Gálatas 2.11-21; 1 Coríntios 6;12-20; 8; 10.23—11.1; e acima de tudo em Romanos 14.

Quando o Novo Testamento se refere às leis do Antigo Testamento, reconhece as leis de veneração e civil como já não estando ligadas por muito tempo. O Antigo Testamento previu que um tempo viria quando um novo pacto seria estabelecido. Na ocasião, algumas das cláusulas gerais básicas envolvidas na velho pacto iriam ter fim. No novo pacto, todos os alimentos são puros (Mc 7.19; cf. At 10.9-16), através do sacrifício definitivo de Jesus por todas as pessoas, o sistema de sacrifício e sacerdócio tornou-se supérfluo (Hb 7—8; 10.1-10) e a circuncisão já não é mais requerida (Gl 5.2-6). As leis civis do Antigo Testamento também não estão juntas, visto que o Israel bíblico não mais existe. Os princípios de tais leis, porém, ainda podem refletir diretrizes divinas que uma sociedade organizada faria bem em seguir. Tais princípios que limitam vingança e buscam reciprocidade entre crime e castigo (“olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe” Êx 21.24,25) e que vêem uma diferença em ações intencionais ou acidentais (Nm 35.6-34) ordena boas deliberações para qualquer sociedade seguir.

Sobre a dimensão ética das leis do Antigo Testamento, não há nenhuma razão para pensar que elas mudariam drasticamente, visto que refletem o caráter de Deus. Os escritores do Novo Testamento as entendem como ainda juntas. Certamente, Mateus as entende dessa maneira a partir do momento em que transcreve o que Jesus disse, “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar, mas cumprir. Por-

que em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til ser omitirá da lei sem que tudo seja cumprido. Qualquer, pois, que violar um destes menores mandamentos e assim ensinar aos homens será chamado menor no Reino dos céus, aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no Reino dos céus” (Mt 5.17-19). Mateus então procede mostrando que a maior integridade que demanda de Jesus não envolve somente a manutenção aparente dos mandamentos específicos da lei. Os fariseus e professores da lei pensavam assim. Em Mateus 5.21-48 a integridade mais alta que demanda de Jesus envolve a manutenção do conjunto de padrões de significados encontrados nestes mandamentos e as suas várias implicações. O sumário de toda a lei feito por Jesus nos dois mandamentos para amar a Deus e o próximo (Mc 12.28-34) também indica que os ensinamentos éticos da lei ainda serão mantidos. O fato de Paulo (Gl 5.14; Rm 13.9) e Tiago (Tg 2.8) transcreverem o sumário que Jesus fez da lei indica que eles pensaram de igual modo. Desta forma, é aconselhável assumir que as leis do Antigo Testamento não foram suprimidas pelos autores do Novo Testamento, tendo, assim, sua relevância para o cristão.

Na interpretação das leis da Bíblia é importante lembrar de várias coisas. Em primeiro lugar, temos que nos lembrar que elas estão associadas a um pacto de graça. A tentativa em viver os mandamentos de modo perfeito falhará e nunca poderá conduzir à salvação. Devido a nossa natureza decadente e pecadora, não temos condições, em nós mesmos, de cumprir as ordenanças (Rm 3.1-20). Além disso, a tentativa em manter os mandamentos não pode salvar, porque para ser salva, a pessoa deve ser um beneficiário do pacto da graça. Ainda mais, é somente depois que uma relação de pacto, já está estabelecido, com base na graça de Deus, que as cláusulas gerais básicas da lei são determinadas. O êxodo (Êx 20.3-17) precedeu a entrega da lei no monte Sinai (Êx 20.3-17). A ordem não pode ser invertida. Salvação precede obediência.

Assim, depois que uma pessoa entra nesse pacto e se torna um servo de Deus, precisa e deseja servir Deus. A nova quali-

dade e gratidão sincera do cristão demanda isto. O recente debate sobre salvação adquirida de uma vez por todas, ou, “uma vez salvo, sempre salvo”, tem muito freqüentemente perdido toda visão do fato de que salvação acontece dentro de uma relação de pacto. Esse pacto traz consigo numerosos benefícios. Um deles é a regeneração. O coração regenerado buscará servir a Deus. O que envolve servir a Deus é escrito nas leis ou cláusulas gerais básicas que ele cedeu em seu pacto. Como aquele serviço é feito então é através da obediência a essas leis. Seria realmente uma estranha “fé” que não resulte em um coração e vida regenerados e isso seria indiferente ou antagonico para as leis de Deus. Contudo, ainda que a Bíblia possa descrever tal fé, poderia não descrevê-la como “fé salvadora”. Esta mais pareceria com a fé como a que Tiago descreve possuída por demônios (Tg 2.19).

Outro princípio para interpretar as leis da Bíblia é notar que o significado específico delas não esgota todos os seus significados. As leis da Bíblia são padrões de significado que contêm numerosas implicações. Até mesmo se a lei é formulada como um mandamento específico ou proibição em lugar de um princípio geral, seu significado não é exaurido, obedecendo a lei específica. Assim, até mesmo leis que parecem antiquadas e não são mais aplicáveis ao longo do tempo, podem trazer implicações úteis e apropriadas para hoje. Se um mandamento como “olho por olho, dente por dente” não parece ser aplicável hoje, é porque o interprete não está atento ao padrão de significado e as várias implicações contidas naquela declaração. Seu princípio, que castigo deveria se adaptar ao crime, sempre será pertinente.

Similarmente, a lei casuística encontrada em Êxodo 21.28,29 tem implicações importantes para hoje: “E se algum boi escornar homem ou mulher, que morra, o boi será apedrejado certamente, e a sua carne se não comerá; mas o dono do boi será absolvido. Mas, se o boi dantes era escornador, e o seu dono foi conhecedor disso e não o guardou, matando homem ou mulher, o boi será apedrejado, e também o seu dono morrerá”. Na prática, esta penalidade não parece ter sido

levada a cabo literalmente em Israel, mas uma penalidade financeira severa foi administrada. Também, hoje, precisamos fazer uma distinção entre dano ou morte, provocada por acidente ou negligência.

Um princípio adicional para interpretar as leis da Bíblia pode ser aludido. A lei tem como um de seus propósitos a revelação de nosso pecado e corrupção. Até mesmo em nossos melhores momentos, não mantemos as leis de Deus perfeitamente. Assim, temos que reconhecer que precisamos de perdão e misericórdia. A lei tem como objetivo nos mostrar a necessidade da graça de Deus. Se a nossa relação com Deus não está muito boa, a lei irá nos conduzir a que busquemos o arrependimento e a salvação graciosa de Deus. Se, por outro lado, estamos vivendo de maneira harmoniosa com o nosso Deus, ela vai nos lembrar que, de tempos em tempos, podemos cair, esquecendo-nos de nossas obrigações, por isso temos que confessar nossos pecados (1 Jo 1.9) e orar para que Deus perdoe as nossas faltas (Mt 6.12). A nossa relação com Deus está baseada na graça, e essa relação é mantida através de sua misericórdia para conosco.

Salmos

Salmos são, sem dúvida, o maior livro da Bíblia. Consiste de 150 salmos individuais organizados em cinco “livros”. Cada livro (1—41; 42—72; 73—89; 90—106; 107—150) termina com uma doxologia (41.13; 72.18,19; 89.52; 106.48 e 150). Os Salmos foram compilados durante certo tempo. O mesmo se pode dizer com relação ao seu arranjo atual. Isto pode ser visto a partir do comentário editorial, em 72.20: “Findam aqui as orações de Davi, filho de Jessé”. O número maior de salmos é atribuído a Davi (73), mas outros são atribuídos a Asafe (12), aos filhos de Coré (11), Salomão (2) e Moisés (1). Alguns dos salmos são repetidos até mesmo em parte ou como um todo (14=53; 40.13-17=70; 57.7-11=108.1-5; 60.5-12=108.6-13). (Outros lugares na Bíblia, onde podem ser achados salmos, são: Êx 15.1-18; Dt 32.1-43; 1 Sm 2.1-10; 2 Sm 22.2-51; Is 12.4-6; Jn 2.2-10; Hc 3.2-19 etc.).

No capítulo sobre poesia, já tivemos a oportunidade de lidar com a natureza rítmica dos salmos. Aqui, lidaremos com as formas dos salmos, em vez dos tipos de poesia neles encontrados. Estas formas não são rígidas, algumas classificações são um pouco arbitrárias.

Salmos de lamento

Estes, compõem o maior número salmos. Encontram-se em dois tipos: em lamento individual (3—7; 13; 17; 22; 25—28; 31; 35; 39; 42—43; 51; 54—57; 59; 61—64; 70—71; 77; 86; 88; 102; 120; 130; 140—143) e em lamentos nacionais (44; 74; 79—80; 83; 85; 90; 94; 137). O número exato é incerto porque a classificação de certos salmos é debatida. Embora nem todos os elementos, a seguir, obedeçam a uma rigorosa classificação, arriscamos a seguinte:

- Invocação — “Senhor” (13.1); “Ó Deus” (74.1); “Com minha voz clamei ao Senhor” (142.1); “dá ouvidos; Senhor, meu Deus” (7.1); “Ó Pastor de Israel, tu que guias a José como um rebanho; que te assentas entre os querubins, resplandece” (80.1); “Senhor, Deus da minha salvação” (88.1; cf. também 5.2; 70.1, 79.9).
- Descrição de abandono — “Até quando te esquecerás de mim, Senhor? Para sempre? Até quando esconderás de mim o teu rosto? Até quando consultarei com a minha alma, tendo tristeza no meu coração cada dia? Até quando se exaltará sobre mim o meu inimigo?” (13.1,2); “Ó Deus, por que nos rejeitaste para sempre? Porque se acende a tua ira contra as ovelhas do teu pasto...” (74.1-11); “Senhor, Deus da minha salvação, diante de ti tenho clamado de dia e de noite...” (88.1-12); “com minha voz clamei ao Senhor...” (142.1-4). Às vezes, dentro do lamento, é achado um protesto ou reivindicação de inocência por parte do salmista (7.3-5,8,9; 17.3-5; 26.1-3 etc.).
- Petição — “Atenta em mim, ouve-me, ó Senhor, meu Deus” (13.3,4); “Lembra-te disto: que o inimigo afrontou ao Senhor, e que um povo louco blasfemou o teu nome...” (74.18-23); “Eu porém, Senhor, clamo a ti, e

de madrugada te envio minha oração..." (88.13-18); "A ti, ó Senhor, clamei; eu disse, tu és o meu refúgio e a minha porção na terra dos viventes. Atende ao meu clamor, porque estou muito abatido" (142.5,6a). Normalmente, a petição envolve ajuda e salvação na vida presente, mas, em 49.15 e 73.24, a salvação divina envolve a vida futura.

- Confiança — "Mas eu confio na tua benignidade; na tua salvação, meu coração se alegrará" (13.5); "Todavia, Deus é o meu Rei desde a antigüidade, operando a salvação no meio da terra. Tu dividiste o mar pela tua força..." (74.12-17; isto está ausente no Sl 88); "A ti, ó Senhor, clamei; eu disse, tu és o meu refúgio e a minha porção na terra dos viventes" (142.5-7).
- Louvor — "Cantarei ao Senhor, porquanto me tem feito muito bem" (13.6; ausente nos Sl 74 e 88); "Tira a minha alma da prisão, para que louve teu nome..." (142.7); "A salvação vem do Senhor; sobre o teu povo seja a tua bênção" (3.8); "Eu louvarei ao Senhor segundo a sua justiça e cantarei louvores ao nome do Senhor Altíssimo" (7.17).

Salmos de louvor e agradecimento

Estes salmos são o oposto aos de lamento. Embora alguns eruditos têm procurado dividir estes salmos em dois tipos diferentes (salmos de louvor e salmos de agradecimento), é melhor estudá-los no mesmo grupo. Agradecimento e louvor estão sempre juntos. Não há nenhum agradecimento sem louvor, e nenhum louvor sem agradecimento. Como nos salmos de lamento, temos os salmos individuais (8; 18; 30; 32—34; 40; 66; 75; 81; 92; 103—104; 106; 108; 111—113; 116; 118; 135; 138; 145—150) e salmos coletivos (65; 67; 107; 114; 117; 124; 136) de louvor e de agradecimento. Às vezes, é difícil saber se um salmo é melhor classificado como um salmo individual ou de grupo de louvor (cf. 145—150). Este tipo de salmo, geralmente, contém o seguinte.

- Louvor introdutório — Frequentemente, eles começam com uma chamada: “Louvai ao Senhor (Aleluia)” (106.1; 111.1; 112.1; 113.1; 135.1; 146.1; 147.1; 148.1; 149.1; 150.1); “Bendizei ó minha alma, ao Senhor” (103.1; 104.1; cf. também 34.1; 67.1; 134.1; 145.1); “Eu te louvarei, Senhor, de todo o meu coração” (138.1). Às vezes, a chamada introdutória de louvor é dirigida a uma pessoa ou um grupo: “Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e todo o que há em mim bendiga o seu santo nome” (103.1b-2; 146.1-2); “Alegre-se Israel naquele que o fez, regozijem-se os filhos de Sião no seu Rei” (149.2); “A minha alma se gloriará no Senhor; os mansos o ouvirão e se alegrarão” (34.2); “Louvai a Deus com brados de júbilo, todas as terras” (66.1). Pode haver uma chamada até mesmo a um modo particular de louvor: “Louvem o seu nome com flauta, cantem-lhe o seu louvor com adufe e harpa” (149.3; cf. também 33.2,3; 81.2,3; 92.3; 108.2; 147.7; 150.3-5).
- Descrição dos feitos de Deus — Pode envolver a libertação operada por Deus da perseguição, da enfermidade ou perdão dos pecados. “É ele que perdoa todas as tuas iniquidade e sara todas as tuas enfermidades; quem redime a tua vida da perdição...” (103.3-19); “No dia em que eu clamei, me escutaste; alentaste-me, fortalecendo a minha alma...” (138.3-7); “não confieis em príncipes... Bem-aventurado aquele que tem o Deus de Jacó por seu auxílio... que faz justiça aos oprimidos, que dá pão aos famintos...” (146.3-9); “Porque o Senhor se agrada do seu povo; ele adornará os mansos com a salvação...” (149.4-9).
- Palavra final de louvor — Embora, em alguns salmos isto esteja ausente, outros, concluem com “Louvai ao Senhor” [Aleluia] (104.36; 116.19; 117.2). Alguns, igualmente, começam e concluem deste modo (106.1,48; 113.1,9; 135.1,21; 146.1,10; 148.1,14; 149.1,9; 150.1,6; cf. também 8.1,9; 103.1,22; 104.1,35; 118.1,29). Outros concluem: “... Senhor, Deus meu, eu te louvarei para sempre”

(30.12); “Alegrai-vos no Senhor e regozijai-vos, vós, os justos; e cantai alegremente todo vós que sois retos de coração” (32.11); “Bendito seja Deus, que não rejeitou a minha oração, nem desviou de mim a sua misericórdia” (66.20).

Outros tipos de salmos, cuja classificação não tem uma forma definida, somente o conteúdo, também podem ser mencionados:

- Salmos de Sião — Estes não possuem uma forma específica; mas, por outro lado, o conteúdo, freqüentemente, tem como centro Jerusalém e o templo. Alguns exemplos são 46; 48; 76; 84; 87; 122; cf. também 137.
- Salmos reais — Estes são freqüentemente associados com a esperança messiânica, porque o padrão do bom Rei, nestes salmos, descreve esse rei consagrado que virá — o Messias (2; 18; 20—21; 45; 72; 89; 101; 110; 132; 144).
- Hinos a Deus — Não é fácil de distinguir estes dos salmos de louvor e agradecimento. Podem ser incluídos: 19; 24; 29; 47; 95—100; 104.
- Salmos de Sabedoria — Estes, incluem salmos, como 1; 37; 49; 73; 112; 127—128; 133.
- Salmos de confiança — Esta classificação é um pouco arbitrária, mas este tema é achado em 11; 16; 23; 62; 91; 121; 125; 131.
- Salmos penitenciais — Tratamos desta forma de salmo sob a categoria geral de salmos de lamento. Esses salmos de lamento, que freqüentemente são chamados “penitenciais”, são 6; 32; 38; 51; 102; 130.
- Salmos imprecatórios — Fizemos referências breves a estes (35; 58; 69; 83; 109; 137) no capítulo que trata sobre expressões idiomáticas. (Veja p.126.)

Embora, o conhecimento destas formas seja de grande utilidade na classificação dos salmos, os valores primários, entretanto, repousam, na interpretação. Um exemplo disto pode ser visto no Salmo 13. Ao término deste salmo de lamento, a

confissão da confiança e o voto de louvor, encontrados nos versículos 5-6, aparece completamente fora de lugar. Não há nenhuma conexão lógica entre estes dois versículos e o que precedeu. Porém, estes versículos não são adições posteriores, feitas por um escriba ao Salmo, com o objetivo de melhorá-lo. Pelo contrário, são elementos normais em um salmo de lamento. São partes vitais nesta forma literária. Em lugar de aparecer fora de lugar, eles devem ser esperados pelo leitor. O salmista, em seu lamento, está chamando por seu Deus. Quando faz isso, sempre tem a bondade e a clemência de Deus em mente. Assim, o escritor “lamenta na esperança”, tendo a expectativa de que Deus prometeu, na sua aliança, que estará sempre ao lado dele. Temos que ler tal lamento levando em consideração que esses salmos são escritos não em desespero, mas com fé. A intenção do salmista não é amaldiçoar a Deus, mas fazê-lo lembrar do seu juramento.

A fé manifestada em um salmo de lamento envolve a essência da relação de uma pessoa com Deus. O paralelo entre a forma de tais salmos e o ordem de adoração achada em muitas Igrejas Cristãs deveria ser notado:

Salmo de Lamento

Falar a Deus	Invocação
Lamento ou descrição de necessidade	Oração de confissão
Oração de súplica por ajuda	Oração de confissão
Confissão	Garantia de perdão oração de perdão do Senhor
Culto da igreja	Hino/Doxologia

Uma ação de graças ou salmo de elogio revela que a causa para tal elogio e ação de graças sempre tem como base o que Deus fez no passado, através do pacto que Ele estabeleceu. Não está baseado em verdades filosóficas ou atributos abstratos de Deus. Até mesmo os atos de futuro de Deus estão baseados naquilo que Ele fez no passado. Isto pode envolver essas ações que Ele fez no passado do indivíduo (alguns estudiosos se referem a tais salmos de ação de graças como “salmos de elogio declarativos”)

ou o que Ele fez para a comunidade redimida (estes, às vezes, são chamados “salmos de elogio descritivos”). Assim, temos que nos lembrar que tais salmos surgem da relação de pacto que o salmista e os seus leitores possuem com Deus. Há alguns salmos que se referem à grandeza de Deus na criação (8;3-9; 19.1-6; 104). Até mesmo quando o salmista se refere a isto ou à providência de Deus sobre a criação (65.6-13), ele não está se referindo ao Deus das nações, mas ao Deus de Abraão, Isaque e Jacó. É o Deus que escolheu Israel que está sendo louvado.

Questões

1. O que é um “pacto?” Você pertence a qualquer pacto, como um pacto de comunidade de proprietários de imóvel? Uma organização que tem um pacto?
2. Como “lei” e “pacto” são relacionados? Você pode ter um somente?
3. Salmos de lamento não são salmos de desespero?

Glossário

Aplicação – Quando se aplica ao leitor o significado; ou implicações que se originam no padrão do significado.

Atos mentais – As experiências vividas pelo autor enquanto escreve.

Autor – O escritor cujo trabalho é interpretado.

Capacidade de compartilhar – A compreensão comum do texto, tanto do autor quanto do leitor.

Contexto – Passagens que vêm antes e depois do texto em estudo.

Convicção – O trabalho do Espírito Santo que assegura a veracidade do significado da Bíblia.

Iluminismo – Em estudos bíblicos, período na história (principalmente o século XIX) quando os milagres da Bíblia começaram a ser questionados e negados.

Exegese – O processo de compreensão e interpretação do texto.

Expectativa genérica – O intérprete de um texto lança mão de uma forma literária e escreve segundo as regras que regem tal literatura.

Experiências mentais – Sinônimo de atos mentais.

Falácia Intencional – Uma objeção quanto à tentativa de se buscar o significado legado pelo autor, baseada na crença de que um leitor nunca pode reviver as experiências do autor, quando escreveu (i.e., seus atos mentais), ou que o autor pode não expressar o seu significado intencional adequadamente.

Gênero – Veja gênero literário

Gênero literário – a forma literária usada pelo autor e as regras que a governam.

Iluminação – A direção especial que o Espírito Santo dá aos cristãos para que estes entendam o significado da Bíblia.

Implicações – Significados de determinado texto sobre os quais o autor não pensava enquanto escrevia, mas que servem como padrão.

Interpretação – A expressão verbal ou escrita da compreensão que uma pessoa tem de determinado escrito.

Langue – Palavra francesa para normas de linguagem.

Matéria do assunto – O conteúdo encontrado no texto.

Normas de linguagem – O alcance possível de significado que uma palavra obtém no texto.

Normas de expressão – o significado específico que o autor deu a uma palavra, frase ou sentença no texto.

Padrão de significado – O significado consciente legado pelo autor e todas as suas implicações.

Parole – Palavra francesa para “normas de expressão vocal”.

Significado – O padrão de significado que o autor dá às palavras que utiliza.

Significado inconsciente – Sinônimo para implicação.

Subtipo – Sinônimo para implicação.

Tipo – Sinônimo para padrão de significado.

Bibliografia Seleccionada

- ADLER, Mortimer J. *How to Read a Book*. New York: Simon and Schuster, 1940. (Trad. Bras. *Como ler um livro*. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Guanabara Koogem, 1990).
- BAILEY, James L. e BROCK, Lyle D. Vander. *Literary Forms in the New Testament*. Louisville: Westminster/John Knox, 1992.
- CAIRD, G. B. *The Language and Imagery of the Bible*. Philadelphia: Westminster, 1980.
- CORRERELL, Peter e TURNER, Max. *Linguistics and Biblical Intepretation*. Downers Grove: InterVarsity, 1989.
- FE, Gordon D., e STUART, Douglas. *How to Read the Bible for All Its Worth*. 2. ed. Grand Rapids: Zondervan, 1982.
- HIRSCH, Jr., E. D. *Validity in Interpretation*. New Haven: Yale University Press, 1967.
- KAISER, Walter, e SILVA, Moisés. *An Introduction to Biblical Hermeneutics*. Grand Rapids: Zondervan, 1994.
- KLEIN, William W., BLOMBERG, Craig L., e HUBBARD, Jr., Robert L. *Introduction to Biblical Interpretation*. Waco: Word, 1993.
- LEWIS, C. S. "Fern-seed and Elephants"; em: *Fern-seed Elephants*. Glasgow: Fontana/Collins, 1975.
- OSBORNE, Grant R. *The Hermeneutical Spiral*. Downers Grove: InterVarsity, 1991.
- RYKEN, Leland. *How to Read the Bible as Literature*. Grand Rapids: Zondervan, 1984.

- SCHREINER, Thomas R. *Interpreting the Pauline Epistles*. Grand Rapids: Baker, 1990.
- SILVA, Moisés. *Biblical and Their Meaning*. Grand Rapids: Zondervan, 1983.
- THISELTON, Anthony C. *New Horizons in Hermeneutics*. Grand Rapids: Zondervan, 1992.
- VIRKLER, Henry A. *Hermeneutics: Principles and Processes of Biblical Interpretation*. Grand Rapids: Baker, 1981.

ROBERT H. STEIN

GUIA BÁSICO
para a
INTERPRETAÇÃO
da BÍBLIA

Interpretando conforme as regras

Qual o significado da Bíblia? Quem ou o que determina o seu significado? Essas são algumas das perguntas mais comuns que todo leitor faz quando tem contato com a Bíblia. Além do mais, ninguém irá ler a Bíblia sem que tenha algum propósito.

Este livro — em termos práticos, e não técnicos — tem como finalidade guiar os leitores a descobrirem por si mesmos o objetivo da leitura bíblica e a maneira de alcançar esse objetivo.

O autor promete: os leitores irão adquirir uma estrutura de interpretação que os auxiliará a compreender melhor o significado dos textos bíblicos e a sua aplicação prática.

A obra é esclarecedora em questões como inspiração, inerrância, revelação contínua e orientação do Espírito Santo.

O estudo é facilitado por exercícios e questões para debate, assim como por um glossário abrangente.

John Wenham: “O livro trará luz àqueles que têm dificuldades com as passagens mais debatidas” (*Christian Arena*).

L. Russ Bush: “A qualidade desta obra, do ponto de vista acadêmico, é excelente. Estudá-la constituir-se-á em benefício para qualquer cristão amadurecido” (*Southwestern Journal of Theology*).

Autor

Robert H. Stein é professor de Novo Testamento no Bethel Theological Seminary. É autor das seguintes obras: *The Method and Message of Jesus' Teachings* e *Intepreting Puzziling Texts in the New Testament*.

ISBN 85-263-0372-4



9 788526 303720